

Marcos Antonio Ferreira do Nascimento

**Desaprendendo o silêncio:
Uma experiência de trabalho com grupos de homens autores de
violência contra a mulher**

Dissertação apresentada, como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre, ao Programa de
Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade
do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Richard Guy Parker

Rio de Janeiro
2001

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE MEDICINA SOCIAL

Desaprendendo o silêncio:
uma experiência de trabalho com grupos de homens
autores de violência contra a mulher

Marcos Antonio Ferreira do Nascimento

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do grau de Mestre em Saúde
Coletiva, Curso de Pós-graduação em Saúde
Coletiva – área de concentração em Ciências
Humanas e Saúde do Instituto de Medicina
Social da Universidade do Estado do Rio de
Janeiro

Orientador: Richard Guy Parker, PhD
Rio de Janeiro
2001

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CBC

N244 Nascimento, Marcos Antonio Ferreira do.
Desaprendendo o silêncio: uma experiência de trabalho
com grupos de homens autores de violência contra a mulher /
Marcos Antonio Ferreira do Nascimento. – 2001.
...f.

Orientador: Richard Guy Parker.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Instituto de Medicina Social

I. Masculinidade(Psicologia) - Teses. 2. Sexo(Psicologia) –
Teses. 3. Mulheres - Violência - Teses. 4. Violência familiar –
Teses. I. Parker, Richard Guy. II. Universidade do Estado do
Rio de Janeiro. Instituto de Medicina Social. III. Título.

CDU159.922.1

“(...) somos apenas homens que queremos desaprender o silêncio. Silêncio este que limita nossas emoções àquelas que são permitidas pela sociedade, que limita zonas de prazer do corpo como se fôssemos um loteamento com guardas vigiando as cercas. Silêncio que permite que os assassinos de Mônica, Denise, Claudia e milhares de Marias estejam soltos em nome de uma honra que nos permite matar. Queremos nos sentar com as mulheres e juntos discutir nossas experiências, juntos mostrar que o machismo não é papel de Homem, juntos sermos cartas marcadas de um jogo da vida. (...) Queremos, plagiando Simone de Beauvoir nos tornar Homens e viver, viver na plenitude da palavra”.

(Palavra de homem, Carlos Abenza, 1986)

Para Silvia,
in the sky with diamonds.

Obrigado,

Ao *Richard* (pela paciência com meu jeito “desorientado de ser”),
ao *Sergio* (pelas nossas primeiras conversas),
ao *Gary* (pela presença constante na feitura deste trabalho
e pelo companheirismo na ida “pro mundo”),
à equipe do *CEOM Zuzu Angel* (pela acolhida),
aos *homens* (que dividiram suas histórias comigo),
ao *Luiz, Waldemir e Cláudio* (por todos os ensinamentos),
A *Cristiane* e ao *Willer* (pela troca afetiva ao longo deste caminho),
ao *Antonio e a Marluce* (sementes da vida, nem sempre “severina”),
ao *Marcus Vinicius* (por me acompanhar na travessia rumo ao desconhecido,
levando na bagagem o “tudo ao mesmo tempo agora”),
a *Isabel* (pela perseverança na loucura que nos move adiante),
a *Adriana* (pela terra) e ao *Walter* (pela constelação),
guias preciosos de viagem,
ao *Bruno* (on the road, forever and ever),
e finalmente, a *Silvia*,
por ter sido quem foi,
por ser quem é,
e por dividir minha vida em *antes e depois*.

RESUMO

A presente dissertação problematiza as discussões sobre homens, masculinidades e violência contra a mulher, a partir de projetos de intervenção social – os Grupos de Homens. Ao longo da História, homens e masculinidades ficaram invisíveis em relação à problemática de gênero e suas correlações com o campo da saúde. Essa invisibilidade produziu um silêncio acerca da condição masculina trazendo conseqüências para a construção de narrativas de homens e mulheres.

A questão da violência intrafamiliar, sobretudo da violência contra a mulher, vem se constituindo em um grave problema de saúde pública no Brasil e demais países. Este tipo de violência cometida por homens está conectado a forma pela qual os homens exercem sua masculinidade.

Partindo de estudos do construcionismo social sobre gênero, masculinidades e violência, o autor aponta os Grupos de Homens – espaços masculinos de reflexão – como um dispositivo de intervenção social que caminha na direção de relações de gênero mais justas e eqüitativas entre homens e mulheres.

ABSTRACT

This work questions the debates about men, masculinities and violence against the woman, from projects of social intervention – the “Men’s Groups”. All over the History, men and their masculinities stayed invisible to gender problems and their connections with the health field. This invisibility produced a silence about the man’s condition bringing consequences for the construction of men and women’s reports.

The question about domestic violence, mainly the violence against the woman, has becoming into a major problem for public health in Brazil and other countries. This kind of violence made by men is connected to the way men perform their manhood.

From social constructionism studies about gender, masculinities and violence, the author pointed out the “Men’s Groups” – male spaces of reflection – as a way of social intervention that goes throughout fairer relationships between men and women.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| Resumo | vi |
| Abstract | vii |
| Introdução | 1 |
| O primeiro silêncio | |
| 1. Ajustando o caleidoscópio: gênero e narrativas masculinas..... | 8 |
| 1.1. Masculino e feminino: a perspectiva de gênero..... | 11 |
| 1.2. Masculinidades visíveis: os homens em foco | 15 |
| 1.3. Do homem e da masculinidade aos homens e masculinidades | 20 |
| 1.4. Masculinidades e a experiência do poder... .. | 23 |
| O segundo silêncio | |
| 2. Violência contra a mulher: uma questão masculina..... | 30 |
| 2.1. Violência contra a mulher: um breve panorama... .. | 34 |
| 2.2. Violência contra a mulher: um repertório masculino?..... | 37 |
| 2.3. De “agressor” para “autor de violência”: compreendendo a violência masculina | 42 |
| 2.4. Intervenção e prevenção: grupos de homens autores de violência contra a mulher..... | 51 |
| Desaprendendo o silêncio | |
| 3. Desaprendendo o silêncio: um trabalho reflexivo com Grupos de Homens..... | 55 |
| 3.1. Considerações metodológicas: alcances e limitações..... | 60 |
| 3.2. A instituição: o CEOM “Zuzu Angel” | 63 |
| 3.3. O Grupo “Renascer”: o desafio da desconstrução..... | 68 |
| 3.3.1. “Aprendendo a ser homem, aprendendo a ser mulher”..... | 71 |
| 3.3.2. “Masculinidades em construção: a linha da vida” | 73 |
| 3.3.3. “Entre homens...” | 78 |
| 3.3.4. “Em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”..... | 81 |

| | |
|---|----|
| 4. Conclusão: novas falas para os homens? | 87 |
| 5. Anexo | 92 |
| 6. Referências bibliográficas | 94 |

Introdução

“Amor, trabalho e conhecimento são as fontes de nossa vida. Deveriam também governá-la.”

(Wilhelm Reich)

O interesse do autor deste projeto de pesquisa no tema **homens e masculinidades** surgiu ainda nos anos 80. Naquela época, na cidade do Rio de Janeiro, proliferavam manifestações artísticas e culturais – chamadas de “performances” – e que eram apresentadas em espaços culturais, bares, estações de metrô, praças públicas, envolvendo desde recitais de poesia até esquetes de teatro e apresentações dos mais diversos tipos. Inserido neste contexto artístico e cultural, um grupo de homens interessados no cotidiano do universo masculino “classe média zona sul carioca” falava sobre desejos, sonhos, projetos de vida, sexualidade, angústias, encontros e desencontros entre os universos masculino e feminino, enfim “o que é ser homem” através daquelas performances. Não havia nenhum compromisso formal neste tipo de manifestação. Apenas, revelava a inquietude de alguns homens interessados em pensar sobre sua condição masculina, sob um certo “ideal romântico” sobre como poderiam ser as relações entre homens e mulheres, entre os próprios homens e chamando a atenção para aspectos da vida emocional e afetiva dos homens.

Nesta mesma época, o autor era aluno do curso de graduação em engenharia civil e observava nos corredores da universidade, cartazes falando sobre outros “grupos de homens” que se propunham a realizar trabalhos com homens interessados em descobrir “seu verdadeiro homem”, a entrar em contato com sua “energia masculina mais profunda”. Propunha-se um mergulho interior para a construção de um “novo homem”, mais sensível, mais conectado com os afetos e emoções, “mais cúmplice do feminino”¹. Ao mesmo tempo começavam a acontecer, na cidade do Rio de Janeiro, uma série de eventos em centros culturais que tinham por intuito promover debates sobre as relações entre o feminino e o masculino, alguns deles voltados para a discussão de uma “crise da masculinidade contemporânea”².

¹ Estes termos entre aspas foram pinçados de cartazes de divulgação destes grupos coletados nesse período (segunda metade dos anos 80).

² Referimo-nos aqui a eventos realizados durante os anos 80 e 90, aberto ao público em geral interessado no tema, e que eram realizados em centros culturais com a presença de psicólogos, psicanalistas, artistas, escritores etc. Não estamos fazendo referência a debates, seminários ou congressos acadêmicos.

Concluído o curso de engenharia, houve a possibilidade de realizar trabalhos dentro deste campo com diferentes grupos de homens de diversas idades, raças, origens, nível social, cultural e econômico. Chamavam-nos atenção as formas pelas quais iam expressando suas crenças e valores sobre o que é ser homem e o que é próprio de um “homem de verdade”, geralmente através das brincadeiras envolvendo a supervalorização de masculinidade de cada um e depreciações acerca da masculinidade do outro.

Posteriormente, o autor mudou sua trajetória profissional ao ingressar no curso de graduação em psicologia. Naquele momento, foi possível aliar a inquietude pessoal, resgatando as experiências adquiridas até então, a um aprofundamento acadêmico e profissional acerca do tema. A prática clínica em psicoterapia possibilitou o contato com um mundo repleto de incertezas, angústias e frustrações em relação a si mesmo e a suas escolhas, a tensão entre homens e mulheres, a forma como cada um se percebia e percebia o outro, as dificuldades de construção de um projeto de vida pessoal e coletivo. Enfim, sonhos, expectativas, alcances e limites de relação com a própria vida.

Porém, a prática clínica não se encontra dissociada do mundo social que a cerca. A opção por uma clínica que privilegiasse não só a dimensão subjetiva, mas que também levasse em conta o *socius*, remeteu a uma prática clínico/social, inspirada no trabalho de Wilhelm Reich (Câmara, 1999). Ao compreender a subjetividade, masculina e feminina, não somente através dos aspectos individuais inerentes à história pessoal de cada um, mas também conectada ao mundo social, cultural, político, econômico que a cerca, deparamo-nos com um contínuo processo de construção e desconstrução pessoal ao longo da vida de cada sujeito.

O trabalho recente em uma organização não-governamental, Instituto PROMUNDO, possibilitou uma nova oportunidade de atuar no tema homens, masculinidades e saúde nas áreas de pesquisa e intervenção direta com diferentes populações masculinas – adolescentes, jovens e adultos – tanto em bairros da periferia da cidade do Rio de Janeiro, quanto em favelas. Aplicando uma perspectiva de gênero ao trabalho com homens, foram ganhando corpo as discussões sobre diferentes tipos de masculinidade, diferentes aspectos da saúde do homem, envolvendo assuntos como saúde sexual e reprodutiva, paternidade, formas de lidar com afetos e emoções, e violência, incluindo a violência interpessoal entre homens e também a violência contra a mulher.

Assim sendo, este projeto de pesquisa é, ao mesmo tempo, fruto e síntese deste percurso pessoal, profissional e acadêmico do autor até o presente momento. É fruto e síntese na medida em que diferentes experiências da vida pessoal, profissional e acadêmica vão se aglutinando e se desdobrando em diferentes mosaicos. Temos consciência de que não estamos descobrindo a pólvora ao falar sobre homens e masculinidades, mas trilhando caminhos abertos anteriormente por uma série de estudos e trabalhos que vêm sendo realizados dentro e fora da academia. Desta forma, esperamos dar nossa contribuição a este debate que cada vez mais vem sendo levado a cabo pela mídia, por projetos e iniciativas de intervenção tanto na esfera pública da saúde e da educação, quanto pela atividade de organizações não-governamentais, pela academia, por diferentes profissionais que atuam no campo da saúde, das ciências humanas e sociais e também por aqueles comprometidos com movimentos sociais.

Assim, os projetos vão ganhando “vida própria” e se metamorfoseiam ao longo de sua execução. A sensação ao finalizar o projeto de pesquisa é que estaríamos prontos para começar a investigação. O objetivo geral deste projeto é produzir uma reflexão sobre homens e masculinidades a partir do trabalho com grupos de homens. Estes grupos pretendem constituir um espaço masculino de homossociabilidade que seja capaz de aliar discussões e reflexões a uma ação transformadora das relações de gênero. Esta ação transformadora não se restringe somente ao nível do sujeito, mas pretende também ser um dispositivo de transformação das relações sociais, ou seja, pretende engendrar mudanças de comportamento por parte dos homens, propiciando uma relação mais equitativa entre homens e mulheres. Diferentemente de outros espaços masculinos tradicionais como os espaços públicos – a rua, o bar, o futebol – estes grupos discutem o cotidiano do mundo privado em conexão com a esfera do mundo público. Resultam de uma preocupação compartilhada por vários profissionais, instituições públicas e organizações não-governamentais que trabalham no campo da saúde e que aplicam uma perspectiva de gênero ao seu trabalho, proporcionando discussões e reflexões, numa tentativa de desnaturalizar comportamentos e atitudes de homens e mulheres frente a assuntos como sexualidade, paternidade e violência.

Estes grupos são diferentes daqueles outros a que fizemos referência nos anos 80, que não possuíam nenhum compromisso institucional e tampouco eram afeitos a trabalhos sistemáticos e com vistas a efeitos replicadores e multiplicadores. Também não se trata de

grupos de psicoterapia, ainda que possam produzir efeitos terapêuticos em seus participantes dependendo da história pessoal de cada um. Resultam da articulação e mobilização de organizações não-governamentais, instituições públicas e centros de pesquisa e têm por proposta serem grupos reflexivos, de natureza sócio-educativa, com vistas a uma construção coletiva de conhecimento (Costa, 1997, ECOS, 1998, Acosta, 1999, NESC/ENSP, 2000, Gaspar, 2000).

As discussões dos Grupos de Homens, de acordo com Nolasco (1993), se articulam, via de regra, em torno de três eixos básicos: sexualidade, paternidade e violência. Apesar de sabermos que as discussões não são estanques, ou seja, os temas se entrelaçam na vida cotidiana dos homens, há um eixo principal de discussão e produção de reflexão. Optamos por enveredar nas discussões sobre violência contra a mulher, ou seja, Grupos de Homens que se reúnem por terem uma história de violência, nas suas faces física, psicológica ou sexual contra suas parceiras, numa tentativa de interromper a violência intrafamiliar³.

A questão da violência tem sido alvo de muita discussão e investigação, ultrapassando o campo jurídico e da segurança pública, ganhando corpo no campo da saúde (Minayo e Souza, 1999). Porém, como destaca Soares (2000), a violência silenciosa que ocorre no âmbito da casa, da família e das relações privadas – e que atinge, sobretudo, crianças, adolescentes e mulheres – tem, aos poucos, entrado no cenário das discussões acerca da violência. Se por um lado, houve uma maior visibilidade da violência contra a mulher, fruto de uma série de iniciativas, inclusive legais, com todo um aparato de apoio – jurídico, de segurança e de saúde – à mulher vítima de violência, por outro, muito pouco se sabe e se fez por esse homem autor da violência.

Neste sentido, o tema da violência ganha relevância em nosso trabalho como uma forma extremada de tentativa de solução de conflitos, muitas das vezes chegando ao homicídio (Machado, 1998). Portanto, o objetivo específico deste projeto de pesquisa é atrelar a discussão em torno dos homens e masculinidades dentro dos Grupos de Homens à questão da violência contra a mulher, onde o exercício de um certo tipo de masculinidade, presente no cenário das relações do cotidiano, permite, autoriza e legitima esse tipo de

³ Segundo a Organização Panamericana de Saúde, o termo violência intrafamiliar faz referência ao âmbito relacional em que se constrói a violência mais do que o termo violência doméstica que se refere ao espaço físico onde ocorre o acontecimento violento (Shrader e Sagot, 1998). Optamos por usar o termo violência intrafamiliar e, mais especificamente, violência contra a mulher, que é o eixo de discussão de nosso trabalho.

comportamento masculino, trazendo perdas e danos para todos os envolvidos. Assim, os grupos reflexivos, como um espaço masculino de discussão, reflexão e de possíveis ações transformadoras das relações do cotidiano, se constituem em um dispositivo interessante para a promoção de mudanças das relações sociais entre homens e mulheres. Espaços para que os homens possam falar e produzir reflexões representam uma brecha na representação de masculinidade dominante e permitem caminhar na direção da desconstrução do modelo de uma masculinidade hegemônica (Paniagua, 2000).

Dividimos a pesquisa em torno de alguns silêncios. O primeiro deles se refere ao **silêncio sobre os próprios homens e masculinidades**. Se durante certo tempo, houve uma invisibilidade acerca dos homens como objeto de investigação, problematização, discussão e intervenção, isso vem mudando paulatinamente (Kimmel, 1997, Heilborn e Carrara, 1998, Arilha, Ridenti e Medrado, 1998, Valdés, Olavarría, 1998, Valdés, 2000). A visibilidade de questões específicas da condição masculina e sua inter-relação com as questões femininas levaram a um aumento da produção acadêmica acerca do tema e a um número cada vez maior de projetos de intervenção, governamentais ou não-governamentais, frente a questões de saúde dos próprios homens, bem como das mulheres. Estas iniciativas procuram desnaturalizar comportamentos e atitudes de homens e mulheres, voltando-se para os impactos que a construção social tem para a vida de ambos. **Outro silêncio também presente é o silêncio dos próprios homens sobre as questões do mundo privado, dos afetos e da intimidade, e da forma como lidam com elas** (Kaufman, 1989, Nolasco, 1993, Vaitsman, 1994, Vale de Almeida, 1995, Almeida, 1996, Kimmel, 1998, Barker, 2000). O rompimento com os silêncios e, por conseguinte, com a invisibilidade do masculino, permite que se questionem dogmas como a dominação e a supremacia masculina em diferentes esferas da vida, propiciando pensar outras formas para o exercício das masculinidades.

Outro silêncio se refere aos homens que recorrem à violência como forma de solução de conflitos nas relações intimizadas. A violência silenciosa que acontece dentro do espaço das relações privadas nem sempre ganha visibilidade aos olhos de fora. “Em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher” funciona como uma postura que tampa o sol com uma peneira. A mobilização de vários grupos feministas com campanhas de esclarecimento e incentivo para que as mulheres rompessem com seus silêncios acerca da violência que sofriam, a criação de delegacias especializadas no atendimento da mulher, os

centros de orientação e os núcleos de atendimento com apoio médico, psicológico e jurídico foram fundamentais para que o ciclo de violência começasse a ser interrompido. Mas, e o parceiro masculino? O que leva a um homem usar a violência como forma de solução de conflitos? Isso está relacionado com a produção e reprodução de um certo modelo de exercício de masculinidade? Como interromper o ciclo da violência, não propiciando sua reincidência?

O conhecimento e compreensão destes silêncios – o primeiro, o silêncio social sobre os homens e masculinidades, além do silêncio dos próprios homens acerca dos caminhos do mundo privado; e o segundo, sobre os homens e sua relação com a violência contra a mulher, nos permite pensar em estratégias do que estamos chamando de “desaprender o silêncio”. Grupos de Homens, como espaço de sociabilidade masculina, onde se alia reflexão à ação, possibilitando o engendramento de comportamentos alternativos às formas tradicionais de masculinidade, podem promover uma maior equidade na relação entre homens e mulheres. Isto traz benefícios para os próprios homens, para as mulheres e, por fim, para a sociedade como um todo, tornando-a menos injusta e mais promissora.

Assim, o projeto de pesquisa abarca estes três momentos. Uma revisão bibliográfica sobre homens e masculinidades, privilegiando os estudos construtivistas que procuram desnaturalizar concepções e conceitos acerca dos comportamentos de homens e mulheres em relação a temas como sexualidade, poder e violência, centrando-os numa perspectiva histórica, de construção social e relacional (Parker, 1991, 1998, Connell, 1987, 1995, Vale de Almeida, 1995, Kimmel, 1997, 1998, Barker, 1998, 2000).

Também seguimos a trilha de estudos sobre homens e violência intrafamiliar, sobretudo a violência contra a mulher, que têm sido cada vez mais foco de atenção por parte de iniciativas de projetos de intervenção e de prevenção, tanto em países da América Latina como nos Estados Unidos e Canadá, e que têm se pautado em estudos sobre masculinidade/feminilidade e violência como uma construção social. Assim sendo, a violência também se desnaturaliza – ultrapassa os planos biológico ou psicológico, e ganha um enfoque de construto social e, portanto, passível de desconstrução e de produção de outros possíveis para a relação entre homens e mulheres (Heise, 1995, 1998, Bourdieu, 1999, Barker, 1998, 2000).

E, por fim, compartilhamos uma experiência de trabalho com homens autores de violência contra a mulher, realizado em uma instituição pública do município de São Gonçalo, na região metropolitana do Rio de Janeiro, uma das pioneiras deste tipo de trabalho. O Centro Especial de Orientação à Mulher “Zuzu Angel” realiza desde 1999, trabalhos com homens autores de violência intrafamiliar e de gênero. O trabalho com o grupo “Renascer” e a realização de entrevistas com os participantes forneceram pistas para a compreensão do exercício das masculinidades destes homens, suas posturas em relação à violência contra a mulher e ao próprio trabalho realizado em cima de reflexões e produção coletiva de conhecimento e de aprendizado de novas possibilidades de relações afetivas e sociais entre homens e mulheres.

Esperamos ao final, haver contribuído para o início do “desaprendizado” do silêncio que ainda paira sobre a vida de tantos homens e para o fomento, cada vez maior, de discussões acerca do tema, problematizando-o e desconstruindo o que ora se apresenta.

1. Ajustando o caleidoscópio: gênero e narrativas masculinas

*“nos ensinaram assim:
carregar à frente
hasteada a bandeira do pênis.
nos ensinaram assim:
carregar atrás um âmus com armadura.
nos ensinaram assim:
meia vida à frente
meia morte atrás.
nos ensinaram tudo pela metade.”*
(Macho aprendido, Ulisses Tavares)

A segunda metade do século XX foi marcada por uma série de transformações tecnológicas, econômicas, políticas, sociais e culturais que impactaram a realidade social em todo o mundo. Como alerta Castells (1999), estas transformações não se deram somente na esfera da vida pública, mas interferiram profundamente nas relações do mundo privado, produzindo transformações no plano das subjetividades dos atores envolvidos⁴.

Movimentos sociais como os movimentos feminista, negro, *gay* e lésbico deram visibilidade a uma série de questões relacionadas a estes grupos e contribuíram, sobremaneira, para delinear novos comportamentos frente à vida, produzindo novos contornos para a relação entre homens e mulheres no que se refere ao exercício da sexualidade, à compreensão do casamento, da família e dos possíveis arranjos de parcerias afetivas, ao mundo do trabalho, ao que é ser homem e ao que é ser mulher. Estes movimentos tiveram forte conotação política, alertando para injustiças e desigualdades, reivindicando direitos de cidadania pública e privada, marcando presença e promovendo novos matizes para a configuração da sociedade contemporânea (Pereira, 1983; Castells, 1999).

Mais recentemente, o surgimento da Aids contribuiu ainda mais para desvendar toda uma sorte de experiências no que se refere ao exercício da sexualidade, à construção de identidade sexual e, por conseguinte, problematizando ainda mais a noção corrente do masculino e feminino, suas inter-relações, seus discursos, representações e significados (Parker e Barbosa, 1996; Paiva, 2000).

⁴ Entendemos por subjetividade as formas de pensar, sentir, perceber, agir, não como da natureza ou da essência dos indivíduos, mas como produções históricas, datadas e localizáveis, como propõem Guattari e Rolnik (1986).

Se por um lado, diante de todo esse cenário, podemos perceber mudanças significativas nas relações de homens e mulheres, por outro, ainda convivemos com valores, comportamentos e representações tradicionais sobre o que é ser homem e ser mulher. Apesar do sistema patriarcal, como alerta Castells (1999), ter sofrido abalos consideráveis frente aqueles movimentos sociais – feminismo, *gay* e lésbico – e que foram responsáveis por fissuras num sistema até então hegemônico, ainda encontramos relações pautadas na desigualdade e na hierarquia entre homens e mulheres em vários contextos da vida contemporânea. Então, como compreender este panorama constituído por novos comportamentos e junto a permanência de valores tradicionais?

Neste sentido, Parker (1998), em se tratando da cultura sexual brasileira, destaca justamente a complexidade da interação continuidade/mudança, tradição/modernidade, enquanto marcos culturais que parecem cruzar-se e contradizer-se ao mesmo tempo, gerando assim, o que o autor chama de “múltiplas realidades”, e que se dissemina em quaisquer outros aspectos da cultura social brasileira, traduzindo-se na diversidade e complexidade, onde o moderno e o tradicional coexistem. Daí surgirem discursos referentes a um “novo homem”, à “crise da masculinidade”, à “desconstrução do masculino”, entre outros, dentro e fora da academia, tentando dar conta deste sistema de complexidade, incertezas e mudanças no mundo da vida cotidiana (Nolasco, 1993, 1997, Da Matta, 1997, Valdés, Olavarria, 1998, Valdés, 2000, Goldenberg, 2000).

Por um lado, narrativas masculinas⁵ vinculadas a um modelo de homem forte, provedor, chefe de família, conectado ao mundo público, da “rua” e do trabalho, competitivo, muitas vezes opressor, com pouca conexão com a esfera da vida privada, que não chora, não expressa sentimentos, que não possui intimidade com o terreno dos afetos e que se comporta, às vezes, de forma agressiva e violenta. Por outro, narrativas femininas baseadas em um modelo de fragilidade, sensibilidade, afetividade, muitas vezes de submissão, encarnando os papéis de esposa, mãe e dona de casa. Estas narrativas “tradicionais” não dão conta da dimensão e da diversidade de experiências humanas e passam a ser relativizadas por outros atributos presentes na vida cotidiana. De acordo com Goldenberg (2000), a sociedade revela um jogo onde há

⁵ Entendemos por narrativa, masculina e feminina, as formas como homens e mulheres atuam no mundo, incorporando as masculinidades e feminilidades operadas pela cultura, inseridas num determinado contexto social e momento histórico (Connell, 1995, Vale de Almeida, 1995).

“a coexistência de modelos tradicionais de ser homem e mulher e novas representações sobre o masculino e o feminino, traduzindo-se em múltiplos padrões que competem com os modelos hegemônicos.” (p. 34)

Portanto, a narrativa do senso comum que parte da premissa de que “homem é tudo igual” não dá conta de toda a diversidade da experiência masculina. E ser homem não trata somente da experiência subjetiva e pessoal do sexo masculino. Trata, também, de uma experiência que se constrói social e culturalmente, datada historicamente, permeada de códigos, práticas e representações que são produzidos em cada sociedade, e que conforma um certo modelo hegemônico de homem, com um leque de referenciais de conduta a serem seguidos e que acaba se traduzindo num modelo de “homem de verdade”, num *script* predeterminado de narrativa possível para a sua história pessoal (Nolasco, 1993, 1997, Da Matta, 1997).

Porém, quando Goffman (1988) faz referência ao modelo de homem americano – branco, heterossexual, de classe média, bem empregado e bem sucedido – aponta para a idealização deste modelo, e que acaba por se tornar distante da realidade da maioria dos homens. A existência de um modelo para a narrativa implica, necessariamente, em produção de desvios, em alterações desta narrativa convencional. Assim, neste espaço – entre o idealizado e o que realmente existe no mundo cotidiano – é que surgem e ganham forma diferentes possibilidades de exercício da masculinidade, conectadas com seus contextos, suas realidades e sua historicidade. O homem branco, heterossexual, classe média certamente não é o mesmo homem negro, homossexual e pobre. O fato de ambos serem homens por si só não basta como validação de masculinidade. Outras dimensões de vida se conectam às narrativas masculinas e produzem “homens e masculinidades”.

Partimos da perspectiva de uma masculinidade que não é outorgada, mas que ao contrário, é construída, afirmada, negociada e desconstruída ao longo da vida como experiência social e subjetiva que é, pertencente a uma certa cultura e datada historicamente (Parker, 1991, 1998, Connell, 1995, 2000, Vale de Almeida, 1995).

Proliferam os debates acerca do comportamento masculino, notadamente aqueles que dizem respeito à esfera da vida privada, como saúde, sexualidade, família, casamento, e paternidade entre outros, articulando esforços governamentais e não-governamentais para

investigação e iniciativas de intervenção com homens. O debate sobre homens e comportamento masculino passou a fazer parte da agenda de conferências internacionais no âmbito das Nações Unidas, como a Conferência Mundial de População e Desenvolvimento realizada em Cairo, em 1994, que enfatizou em sua plataforma de ação a necessidade da maior participação masculina nos assuntos relacionados à vida familiar, no campo da vida sexual e reprodutiva, na saúde da mulher, sobretudo no que diz respeito à transmissão de doenças sexualmente transmissíveis e Aids, e ao uso do preservativo, configurando um conjunto de propostas de ações com vistas ao re-equilíbrio das relações de poder para atingir uma maior equidade de gênero (Ariha, Ridenti e Medrado, 1998).

Gênero, conceito advindo da militância política e da produção teórica feministas, se constitui numa ferramenta útil para a compreensão dos homens e das masculinidades, dentro de uma perspectiva relacional entre o masculino e o feminino, interagindo com outras dimensões da vida humana como raça, etnia, geração, classe social e econômica (Garcia, 1999) como veremos na seção seguinte. Desta forma, os homens e as masculinidades vão ganhando visibilidade (Kimmel, 1997), e se constituindo em objetos de investigação, problematização e intervenção (Heilborn e Carrara, 1998).

1.1. Masculino e feminino: a perspectiva de gênero

O conceito de gênero está ligado diretamente à história do movimento feminista contemporâneo. Durante a década de 60, o feminismo, além das preocupações sociais e políticas que tinham por meta dar visibilidade a questões femininas como a segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas, se desdobrou também em construções teóricas. De acordo com Louro (1997) é

“no âmbito do debate que a partir de então se trava, entre estudiosas e militantes, de um lado, e seus críticos ou suas críticas, de outro, será engendrado e problematizado o conceito de gênero”
(p. 15)

Surgiam os estudos feministas⁶.

Os estudos apontavam para as desigualdades sociais, políticas, econômicas e jurídicas a que as mulheres estavam submetidas, denunciando a posição subalterna feminina dentro de uma sociedade falocrática e pautada no sistema patriarcal. Era um

⁶ Para maiores detalhes sobre a questão do feminismo no Brasil, ver Heilborn & Sorj (1998).

momento em que a ciência e a militância andavam juntas, marcando o caráter profundamente político dos estudos feministas. As mulheres passaram a reivindicar espaço de atuação no mundo público – por excelência um espaço masculino – deslocando-se do mundo privado – espaço feminino de atuação – constituindo novos e possíveis arranjos.

Era fundamental questionar a relação entre os pares homem/mulher, masculino/feminino, opressão/submissão, público/privado, compreendendo os caminhos da desigualdade social que permeava estas relações. Alguns grupos feministas foram procurar explicações nas teorias marxistas e na psicanálise, fonte de críticas por outros grupos que achavam que tais produções teóricas continham uma lógica androcêntrica. Alguns outros foram recorrer à biologia para fundamentarem a desigualdade social na diferenciação sexual entre homens e mulheres. Também em cima deste argumento, grupos de feministas apoiaram suas forças e críticas. A razão da desigualdade não está ancorada nas características sexuais entre homens e mulheres, mas sim na forma como essas características são representadas e valorizadas. O que se pensa, se diz e se faz com estas diferenças é que vai moldar o feminino e o masculino em determinada sociedade, em determinada cultura (Louro, 1997).

Faz-se necessário compreender a relação entre homens e mulheres não a partir da distinção sexual, mas sim a partir do que a cultura construiu sobre estes corpos sexuados. Passamos a contar com um outro instrumento de análise destas relações – o conceito de gênero. “Anatomia deixa de ser destino”, o determinismo biológico sai do plano de análise e passamos a ter o uso da linguagem como uma forma de chamar a atenção para “**o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo**” (Scott, 1995, p. 72, grifo nosso). Ou seja, a distinção sexual deixa de ser diferença e se configura como desigualdade, assimetria e hierarquia entre homens e mulheres, produzindo modelos sociais a serem seguidos e, por consequência, desvios destes mesmos modelos, configurando outras masculinidades e feminilidades (Parker, 1991).

Gênero não é apenas uma categoria de análise das relações sociais, mas tem um forte caráter político. Não se pretende negar a biologia ou a fisiologia. Homens e mulheres são diferentes mas, ao marcar o caráter social da distinção sexual, enfatiza-se a construção social e histórica produzidas sobre estas diferenças. E, como diz Connell (1995), é pelo gênero que a prática social se dirige aos corpos. A discussão rumo para o plano social e da

cultura – já que é no social que se produzem, reproduzem, mantêm-se e se modificam as relações entre os sujeitos.

“As desigualdades passam a ser compreendidas nos arranjos sociais, na história das condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação” (Louro, 1997, p. 22).

Mas gênero, enquanto instrumento de análise, não pode ser encarado de forma dicotomizada, onde o masculino e o feminino representam pólos opostos e estanques. Isso implica num afastamento de uma posição essencialista, sendo necessário contextualizar o que se afirma sobre o gênero. Gênero interage com raça, etnia, geração, classe social e econômica, num determinado contexto e momento histórico (Garcia, 1999). Homem e mulher não podem mais ser vistos como categorias de análise que dêem conta de todo e qualquer homem, de toda e qualquer mulher. Precisamos pensar de forma plural – homens e mulheres, masculinidades e feminilidades.

Assim, os estudos passam a ter um foco na relação entre os gêneros, ganhando novos contornos. Este caráter relacional, como adverte Louro (1997), não deve ser encarado como uma referência à construção de papéis masculinos e femininos. Segundo a autora, os papéis seriam regras arbitrárias, definidas *a priori*, que a sociedade estabelece para seus membros e que vão definir seus comportamentos, modos de relação etc. Esta é uma posição simplista na medida em que não foca a atenção para a diversidade de formas, que o exercício das masculinidades e feminilidades pode assumir.

Gênero passa a ser um constituinte da identidade do sujeito, da mesma forma que classe e etnia, por exemplo. Mas é importante ressaltar que o conceito de identidade não é visto como fixo ou imutável. Na realidade, há uma compreensão de que existem identidades plurais, múltiplas: que se transformam e que podem ser até mesmo contraditórias. Se na questão dos papéis sociais, teríamos uma identidade monolítica e naturalizada, temos agora a idéia de algo que não se encontra pronto, mas que vai se construindo/desconstruindo ao longo da vida. E é neste sentido que Adorno (1999), referenciando-se a Giddens, usa a expressão que nos parece interessante, de “identidade vazada”, que vai se preenchendo, transbordando, se preenchendo novamente ao longo da história do sujeito. Para o autor, da mesma forma que Castells (1999), é na ação dos

movimentos sociais como elemento de construção social que ocorrem as mudanças no plano das identidades.

Gênero se torna também um eixo transversal de análise na medida em que as diferentes instituições e práticas sociais são constituídas pelo gênero e, ao mesmo tempo, constituintes dos gêneros (Louro, 1997, Connell, 2000). Escola, família, igreja, política são alguns dos espaços “generificados” onde se produzem e reproduzem as relações entre os gêneros⁷.

A proposição de Scott (1995) em seu estudo sobre gênero é desconstruir o caráter permanente da oposição binária masculino-feminino. Nas análises, via de regra, observa-se uma compreensão da realidade em termos polares de masculino e feminino, opressão e submissão. O que autora propõe é que se faça implodir essa lógica, que se desconstrua essa dicotomia, problematizando a constituição de cada pólo, com a perspectiva que um contém e supõe o outro. Desconstruir essa polaridade significa problematizar tanto a oposição entre os pólos, quanto a unidade interna de cada um. Significa observá-los de forma fragmentada e dividida com suas coerências e seus paradoxos. Teríamos então uma polaridade também construída e não inerente e fixa.

Um outro ponto que se levanta nesta discussão, e que retomaremos mais adiante, é o poder presente nestas relações. Desconstruir a idéia de relação unívoca de identidade e da polaridade masculino/feminino, opressão/submissão nos leva para uma multiplicidade de direções nas quais o poder é exercido. Se existem homem e mulher em cada um destes pólos, existem também homens e mulheres de várias raças, classes sociais, credos e idades que permitem os mais diversos arranjos, perturbando a noção de todo homem dominador e toda mulher dominada. E é nos diferentes arranjos e nas frestas que se abrem nestes espaços de opressão e dominação que vão ocorrer formas variadas de culturas de resistência (Louro, 1997, Trevisan, 1998, Parker, 1998).

“Uma das conseqüências mais significativas da desconstrução dessa oposição binária reside na possibilidade que abre para que se compreendam e incluam as diferentes formas de masculinidade e feminilidade que se constituem socialmente. (...) Ao aceitarmos que a construção de gênero é histórica e se faz incessantemente,

⁷ Autores como Reich (1976) e Guattari (1987) alertam para o papel que a família, a escola e a política têm na reprodução social das relações de poder dominante

estamos entendendo que as relações entre homens e mulheres, os discursos e as representações dessas relações estão em constante mudança.” (Louro, 1997, pp. 34-35)

Imerso nesta discussão sobre os estudos de gênero, surgem os estudos sobre os homens e as masculinidades. Decorrentes de uma trajetória já trilhada pelos estudos feminista, *gay* e lésbico, os estudos sobre os homens passam a ser objeto de investigação dentro e fora da academia, revelando aspectos das identidades masculinas, sua correlação com os estudos sobre sexualidade, família, paternidade, relações de poder, violência pública e privada, estudos sobre população, direitos sexuais e reprodutivos, entre tantos outros.

1.2. Masculinidades visíveis: os homens em foco

Tornar o homem “visível”, como objeto de investigação, de problematização e de intervenção é um evento relativamente recente (Vale de Almeida, 1995, Kimmel, 1997). Como dissemos anteriormente, os estudos sobre homens e masculinidades, da forma como compreendemos, vêm na trilha aberta pelos debates feministas e por todos os movimentos sociais citados. A problematização das relações sociais entre homens e entre homens e mulheres colocou uma série de questões na berlinda. Questionar e compreender as identidades femininas e masculinas e suas implicações para temas como a sexualidade, o casamento, a família, a violência interpessoal entre homens e contra a mulher, e os reflexos no campo da saúde do homem e da mulher, foi extremamente importante para a compreensão do momento de vida atual em que nos encontramos, como também para as diretrizes das políticas públicas em relação a estas questões.

Kimmel (1997, 1998) nos alerta para a invisibilidade do homem e do masculino. Durante muito tempo, pairava um silêncio em torno dos homens. Representantes da espécie (o Homem), os homens eram todos e nenhum. Assim, havíamos percorrido séculos de história, sem haver o que se questionar ou problematizar acerca do masculino. Homem é homem e pronto. Movimentos sociais como o movimento *gay* e lésbico e o movimento feminista, ao alertar para as desigualdades sociais e ao reivindicar direitos, colocaram não só suas próprias questões em pauta, mas também apontaram para a hegemonia de uma certa masculinidade – dominante e patriarcal – e, ao mesmo tempo, para outras masculinidades que escapavam dessa hegemonia.

Há, portanto, uma distinção nesta relação entre homens. Nem todos os homens são iguais. A masculinidade hegemônica – branca, heterossexual, de classe média – não compreende todos os homens. Se por um lado, ser homem representante desta masculinidade hegemônica significa ser “invisível”, por outro, ser homem homossexual ou homem negro ou homem pobre ou ainda homem com outra qualificação qualquer que não a do modelo hegemônico, o torna visível e passível de discriminação, de subjugação, de opressão. Ou seja, simbolicamente, as “outras masculinidades” têm o mesmo estatuto do feminino, não sendo valorizados socialmente (Vale de Almeida, 1995).

A compreensão de diferentes possibilidades para o exercício da masculinidade, o entendimento da masculinidade como uma experiência subjetiva e ao mesmo tempo construída socialmente e que interage com outras dimensões da vida humana como raça, classe social, idade, religião e orientação sexual vem acompanhando os estudos de construção social do masculino e que procuram compreender, de forma ampla e abrangente, a questão do masculino e do feminino, suas inter-relações, tensões e possíveis mudanças como aponta Scott (1995).

Connell (1995), assim como Scott, aponta para uma gradual e crescente mudança nas relações de gênero. O reconhecimento da historicidade de gênero constitui um pressuposto estabelecido. Essa consciência histórica vai constituir, segundo o autor, a característica distintiva do pensamento contemporâneo sobre a masculinidade. Se, conforme vimos anteriormente, a noção de papel trazia em seu bojo um conjunto de atitudes e expectativas que definíamos como que é próprio do homem, isso já não cabe mais. Para o autor, esta noção não nos permite compreender questões mais complexas relacionadas ao poder, à violência ou à desigualdade material. Além disso, oferece poucas estratégias para pensarmos mudanças. Numa tentativa de definição, Connell (1995) diz que a masculinidade

“é ao mesmo tempo a posição nas relações de gênero, as práticas pelas quais homens e mulheres se comprometem com esta posição de gênero e os efeitos destas práticas na experiência corporal, na personalidade e na cultura” (p.71)⁸.

⁸ “Masculinity (...), is simultaneously a place in gender relations, the practices through which men and women engage that place in gender, and the effects of these practices in bodily experience, personality and culture” A tradução do original em inglês e das demais traduções é do autor deste projeto de pesquisa.

Esta definição nos leva a algumas reflexões. A configuração de práticas diz respeito ao que realmente as pessoas fazem e não aquilo que se espera ou se imagina que elas façam. Isto significa que dentro dessas configurações podemos ter inúmeras variações. Temos então diversas configurações em torno das quais a masculinidade pode se dar, permitindo-nos falar em masculinidades no plural. Produção e reprodução sociais passam a acontecer simultaneamente. As masculinidades não se dão somente na esfera da reprodução social, mas acontecem também na forma da produção social de novas formas de atuação perante o mundo social que as cerca, instaurando novas possibilidades de ser homem, novos rumos para a vida pessoal e coletiva (Guattari, 1987). Connell (1995) enfatiza ainda que falar de práticas significa falar de uma ação com racionalidade inserida num momento histórico. Por exemplo, a violência contra a mulher não pode ser vista como uma “ação racional”, mas certamente traduz o sentido de garantir a manutenção da supremacia masculina.

Falar de posição dos homens significa enfatizar que a masculinidade tem a ver com relações sociais, mas que também está referida aos corpos. Neste sentido, o autor não põe de lado a biologia e a fisiologia, mas as traz para o campo das práticas sociais. É sobre um corpo biológico e sexuado que a prática social age e se historiciza, revelando posturas, posições e atitudes corporais apropriadas para um homem, e que ainda vão ser referendados por outros como coloca Da Matta (1997), seja pela validação de sua potência e competência sexual, seja pela demonstração de jeitos e atitudes não consideradas próprias de um “homem de verdade”. A própria gramática utilizada para denominar os genitais masculino e feminino e a forma pela qual os homens se referem às relações sexuais, como coloca Parker (1991), é uma representação simbólica que expressa os valores e códigos de um *script* adequado para a narrativa masculina.

As estruturas de relações de gênero procuram enfatizar que o gênero é muito mais do que relações interpessoais entre homens e mulheres. É uma estrutura ampla e complexa que engloba a economia, o Estado, assim como a família e a sexualidade. Esta complexidade leva a diferentes masculinidades que são produzidas dentro do mesmo contexto social. O autor alerta para as relações de gênero como relações entre homens que podem se dar na forma de relações de dominação, marginalização e cumplicidade. A masculinidade considerada como hegemônica agrupa ao seu redor outras masculinidades. E outra questão que surge é que qualquer forma de masculinidade é, ela própria,

internamente complexa e até mesmo contraditória. Segundo Connell (1995), gênero é sempre uma estrutura contraditória. É isso que torna possível sua dinâmica histórica e impede que a história do gênero seja um eterno e repetitivo ciclo das mesmas e imutáveis categorias.

Portanto, se o gênero é um produto histórico, ele está aberto a mudanças. Se considerarmos que toda sociedade prescreve uma certa narrativa para a história dos homens com referenciais de conduta apropriados de como fazer, o que sentir, o que demonstrar, estes referenciais são vigiados, cobrados e negociados (Nolasco, 1993). Da Matta (1997), referindo-se ao exercício de masculinidade dos rapazes de uma pequena cidade do interior do Brasil, fala dos rituais inerentes à construção de “ser homem”, e das dúvidas, incertezas e angústias da confirmação de “não ser mulher” e “nem ser viado”. Neste sentido, o masculino não funciona somente como o pólo oposto do feminino, mas também necessita da confirmação e validação de outros homens a cada momento, já que nada garante sua confirmação para todo o sempre. Isso por si só, como aponta Vale de Almeida (1995), já traz indícios de uma masculinidade sempre em negociação, ou seja, sempre passível de refutação e/ou confirmação por parte do outro, onde os atributos de comportamento precisam ser constantemente avaliados, negociados, lembrados – um fazer-se contínuo.

A confirmação de masculinidade seja ela dada pela mulher com quem se comprova a sua “competência sexual”, seja pela comparação de sua “performance” com outros homens, seja ainda pela negação da possibilidade de ser homossexual, toma esta discussão mais complexa conforme aponta Parker (1991, 1998). A questão da atividade/passividade nas relações homoeróticas, muitas vezes confirma e valoriza a masculinidade daquele que se diz “ativo”. É o outro que confirma ou nega a masculinidade de um homem, baseado em referenciais que vão inseri-lo nesta ou naquela categoria. Como diz Vale de Almeida (1995), isso leva a uma “identidade masculina frágil”, na medida em que está conectada a um modelo de masculinidade hegemônica não passível de ser atingido por grande parte dos homens.

Se pensarmos numa narrativa convencional onde se rejeita qualquer sinal do que é considerado feminino ou não próprio de um homem em seu comportamento, estaremos operando com clichês e estereótipos. Isto nos leva a adotar uma das formas de

masculinidade para definir o que se entende por masculinidade de forma geral. Mas não se produz apenas esta masculinidade, mas outras tantas. Por outro lado, a masculinidade não é algo que se outorgue, que se imprima sem condição de mudança – se não, sairíamos do “destino da anatomia” para o “destino da cultura”, que molda, mantém e cristaliza, não levando em conta a condição dos homens em investir em mudanças – pessoais e coletivas (Reich, 1976). É por isso que Connell (1995) lança mão da idéia de um **projeto de gênero** – algo a ser construído na relação com o outro e com as instituições. Barker (2000) alerta para a importância da presença de homens com narrativas não convencionais, não vinculadas a um sistema sexista e machista na formação de posturas do que se entende por masculinidade entre homens adolescentes. É pelo exemplo de outros homens que se engendram novas narrativas possíveis de masculinidade. Portanto, a construção de masculinidade não se dá somente mediante um projeto pessoal, individualizado, mas trata-se também e sobretudo, de um projeto coletivo que envolve tanto homens como mulheres, além de instituições, sejam famílias, igrejas, escolas etc. (Connell, 2000).

Esse ponto trata de uma questão de suma importância. Connell (1995) alerta que a mudança no âmbito das relações de gênero exige a reconstrução tanto das relações pessoais quanto da vida pública já que a vida cotidiana se dá nas esferas do público e do privado. Porém, se o cotidiano apresenta tantas desigualdades acerca das relações entre o feminino e o masculino, como pensar em mudanças a nível mais amplo? Conferências internacionais como a Conferência Internacional sobre a Saúde da Mulher em Beijing (1994) e a III Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, no Cairo (1994), ambas promovidas pelas Nações Unidas, colocam em foco a importância de se levar em conta para o *empowerment*⁹ das mulheres e sua saúde, que os homens sejam levados em consideração, na sua diversidade, como um dos elementos fundamentais para a promoção de políticas e estratégias que possibilitem uma maior equidade entre os gêneros. Enfatiza também a necessidade de um caráter relacional para pensar em direitos, na saúde e no bem-estar da família, de homens e de mulheres. Mas isso não deve se restringir somente a ações políticas num nível amplo, mas se dar em iniciativas locais, micropolíticas e que são potenciais alavancadores de processos de mudança, como dizem Guattari e Rolnik (1987).

⁹ Optamos aqui por usar o termo em inglês

Tais iniciativas permitem que se dê mais visibilidade à discussão sobre homens e masculinidades como uma questão de saúde, de justiça, de educação, de direitos humanos e que se coloca a favor de um maior *empowerment* para as mulheres, mas que traz também possibilidades de novas traduções para as narrativas masculinas convencionais, como veremos na seção seguinte. Implica também em possibilidade de alianças de saberes das ciências humanas, sociais e da saúde em prol de uma visão mais ampla em relação ao masculino e aos investimentos sociais no cotidiano.

1.3. Do homem e da masculinidade aos homens e masculinidades

O uso da noção de masculinidade hegemônica (Connell, 1995, Vale de Almeida, 1995, Kimmel, 1997), ao invés de papel masculino, conforme vimos anteriormente, nos parece fundamental na medida em que coloca essa postura como uma das possibilidades de exercício da masculinidade. Outro ponto importante está vinculado ao aspecto relacional entre as próprias masculinidades, sugerindo que a masculinidade hegemônica não subordina apenas as mulheres, mas o faz igualmente com outros homens.

Portanto, não podemos cair no equívoco de dicotomizar os pólos masculino e feminino, conforme nos alerta Scott (1995), e fazer o mesmo com a masculinidade hegemônica e as outras formas de masculinidade. Da mesma forma, as masculinidades se superpõem e se conectam dependendo do contexto em que se inserem e das redes de poder que se estabelecem, como bem apontou Foucault (1993, 1997). Connell (1995) propõe um modelo de ordenação de gênero que vai para além da relação “homem/dominador vs mulher/subordinada”. Este tipo de relação entre homens e mulheres representa a tradução de um certo modelo de relacionamento baseado na assimetria e hierarquia entre gêneros, mas que não dá conta de todos os tipos de relações entre homens e mulheres. Além disso, esta assimetria e hierarquia não se restringem somente às relações entre homens e mulheres, mas estão presentes também na relação interpessoal entre homens.

Além deste aspecto das relações de poder, existe uma inter-relação com as relações de produção, onde a questão do trabalho e da alocação de tarefas se faz presente na ordenação de gênero. A posição profissional superior, a questão da desigualdade salarial entre homens e mulheres e o acúmulo de capital por parte dos homens representam formas de atuação do mundo masculino. E, por último o que Connell, tomando por empréstimo da

psicanálise, denomina de catexia, ou seja, o investimento emocional em relação a um objeto desejado, que também estabelece relações que podem ser consensuais ou coercitivas. Neste ponto, talvez caiba pensarmos não só em termos de catexia, denominação energética de investimento em direção a um objeto (Laplanche e Pontalis, 1985), mas na noção que Deleuze e Guattari (Guattari e Rolnik, 1986, Guattari, 1987) trazem sobre o desejo, enquanto produção de novas subjetividades, de novas possibilidades de relações humanas, e dos próprios movimentos sociais, chamando atenção para sua face política.

Mas não interessam a Connell (1995) tipificações estanques de masculinidades. O autor sugere, dentro de uma visão dinâmica, analisar a posição que estas masculinidades ocupam na sociedade. Assim sendo, o autor propõe quatro padrões de ordenação de gênero nas sociedades ocidentais: hegemonia, subordinação, cumplicidade e marginalização.

O primeiro – hegemonia – se refere a uma configuração de gênero que legitima o sistema patriarcal tradicional, incorporando valores, regras e atitudes que garantem a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres. Para o autor, quando as condições de defesa do patriarcado mudam, as bases para a dominação ou hegemonia também são gradualmente modificadas. Outros autores como Bourdieu (1999), em se tratando da dominação masculina, também a coloca não como um fato pronto e acabado. Tratando da historicização da questão da dominação masculina, Bourdieu aponta a necessidade da desnaturalização da supremacia masculina já que ela é um fato produzido historicamente e, portanto, passível de mudanças. A questão da hegemonia do patriarcado está tão arraigada na vida cotidiana, no mundo social, que, por vezes, parece “natural” que assim seja. Bourdieu chama a atenção ainda para as estratégias e práticas que determinam a construção social dos corpos e resultam na incorporação da dominação por parte dos homens – desde o ato sexual à divisão sexual do trabalho. Naturaliza-se a dominação masculina como se ela fosse inerente à condição social humana. Como fato histórico produzido, ela pode sofrer mudanças, o que exige pensar em formas de traçar alternativas para fugir deste esquema de perpetuação da dominação masculina, bem como pensar nas instituições que a produzem e reproduzem como a escola, a família e a igreja (Connell, 2000).

Outro padrão de ordenação é a subordinação. A relação de dominação não se estabelece somente entre homens e mulheres, mas também é possível encontrá-la entre grupos de homens. A mais clara é a questão da heterossexualidade e da homossexualidade. A homossexualidade é um dos fantasmas mais recorrentes no imaginário do homem. Como já comentamos, Da Matta (1997), ao descrever a relação entre rapazes de uma cidade do interior de Minas Gerais, coloca as brincadeiras tão comuns em relação à virilidade do companheiro como uma forma de testar, comprovar e avaliar a masculinidade do outro. Igualmente, Parker (1998) coloca a homossexualidade e a figura do “viado” como uma referência para os homens, não só pela imagem de desvio da masculinidade hegemônica, mas como um esquema de reforço dela própria. O simbolismo do esquema de atividade e passividade presentes no ato sexual – alguém que penetra, alguém que é penetrado – não afeta necessariamente aquele que se encontra na “posição superior de atividade”. Por vezes, isso pode reforçar a imagem de masculinidade daquele que se diz ativo, mesmo que esteja mantendo relações com um outro homem.

Mas isto não se dá somente em relação ao ato sexual, mas também existe em relação à forma como se conduz socialmente a relação entre homens heterossexuais e homossexuais, incluindo, muitas das vezes a discriminação e o preconceito, chegando mesmo à violência física. Casos recentes no cenário brasileiro de espancamento de homossexuais, e de homicídios, seguidos de suicídios, de homens que tiveram sua masculinidade colocada em dúvida, revelam o peso que esta dimensão tem para a vida dos homens de uma forma geral, gerando um comportamento homofóbico (Trevisan, 1998). E relações de subordinação não se dão somente entre homens na esfera do exercício da sexualidade, mas também entre aqueles cuja posição social e/ou econômica, raça, cor ou etnia são diferentes e hierarquizadas.

Um outro padrão de ordenação diz respeito à cumplicidade. Nem todos os homens cumprem integralmente seu papel dentro de um modelo de masculinidade hegemônica. Como apontam Vale de Almeida (1995) e Kimmel (1997), o modelo hegemônico idealizado é muito pouco atingido pela grande maioria dos homens. Se estão numa posição hierarquicamente superior em determinado contexto, em outro podem estar numa posição inferior. Portanto, alguns homens acabam se prevalecendo de um esquema de cumplicidade em relação à masculinidade hegemônica, valendo-se de formas de atuação coercitivas em suas relações para poderem dar conta das expectativas do que é ser homem.

Neste sentido, Chauí (1984), falando sobre o machismo brasileiro, esclarece que muitas das vezes ele é uma forma de compensação que se dá no espaço da família para “aliviar” a tensão produzida pela submissão em outras esferas da vida cotidiana, sobretudo no espaço público, no plano sócio-político. É uma estratégia de manutenção desta cumplicidade com a masculinidade hegemônica.

E por fim, a marginalização que não pressupõe a relação interna de ordenação de gênero, mas que interage com outras dimensões da vida dos homens como raça, etnia, idade e religião, ampliando mais ainda as relações entre as masculinidades. Num contexto de supremacia branca, a masculinidade de homens negros se coloca no plano da marginalização, por exemplo.

É neste sentido que Connell (1995) alerta que estes tipos de relação entre as masculinidades não possuem um caráter fixista, cristalizado, mas sim relacional de configurações de prática geradas em contextos específicos, datadas historicamente e, portanto, levando em consideração os possíveis processos de mudança.

1.4. Masculinidades e a experiência do poder

Movimentos sociais como o feminismo, o movimento *gay* e lésbico e o movimento negro deram visibilidade às formas de silenciamento a que estes grupos estavam submetidos, colocando em pauta discussões acerca de questões como discriminação, subjugação, opressão, e exercício do poder por parte da lógica de funcionamento do sistema patriarcal. Se por um lado, todo o movimento de denúncia foi extremamente importante para a causa feminista, por exemplo, por outro, a concepção de homem dominador/mulher dominada atravessou grande parte dos estudos feministas, como se essa fosse uma fórmula única, fixa e permanente (Louro, 1997).

Se as narrativas hegemônicas ditam padrões e regras para o exercício das masculinidades e feminilidades e suas inter-relações, também abrem frestas, fissuras para movimentos de resistência frente a esta hegemonia e produzem outros tantos possíveis para a vida de homens e mulheres. Isso é importante, na medida em que coloca o poder não como “algo em si” ou “entidade abstrata” localizável, mas que, ao contrário, tece suas redes (de poder), atravessa todas as relações e abre caminhos para a resistência (Foucault,

1993, 1997). Desta forma, as relações de gênero se constituem nas e pelas relações de poder, entre homens e entre homens e mulheres. Homens e mulheres, através das mais diversas práticas sociais, constituem laços e relações que se encontram permeados de negociações, avanços, recuos, consentimentos e alianças.

Seria muito simplista colocarmos as relações de poder na forma de opressor de um lado, oprimido do outro. Assim, quando pensamos nos homens, nas masculinidades e suas relações com o poder temos que analisar alguns fatores que contribuíram para a manutenção das relações assimétricas e hierarquizadas e pensar estratégias de mudança.

A “invisibilidade” em relação às questões de gênero, durante séculos de História, foi um mecanismo de manutenção de poder e *status* dominante por parte dos homens. Enquanto invisíveis naquilo que se referia ao gênero, os homens puderam gozar de privilégios do patriarcado, através de sua atuação no mundo público, das maiores facilidades de acesso à educação, ao mundo do trabalho e da política, do uso de um padrão duplo de moral que lhes permitia ter uma vida “em casa” e outra “na rua”, no afastamento das tarefas do mundo privado, sem serem considerados, pela sua forma de atuação no mundo, como passíveis de questionamento.

Cabe então analisarmos a questão do poder, não somente naquilo que se refere ao mundo público, mas também naquilo que ocorre no mundo privado, das relações interpessoais. O homem, pela tradição histórica, teve sua narrativa construída no espaço público. A rua, o comércio e a política foram, tradicionalmente espaços masculinos, palcos de sua atuação. Isso restringiu e subjugou, preferencialmente as mulheres (mas também outros homens), no seu acesso às mesmas condições sociais de atuação. O espaço privado era, por excelência, um espaço feminino. De um lado, os homens a construir, cuidar e zelar pelo patrimônio. De outro, as mulheres a construir, cuidar e zelar pelo matrimônio. Isso implicou numa divisão de tarefas, de atuação, de mundos, onde um (o público) valia mais do que o outro (privado).

Os movimentos sociais durante a segunda metade do século XX provocaram mudanças neste paradigma. A cidadania pública requerida pelo movimento feminista, e todos os demais, colocou em xeque a posição “invisível” do homem. Não era mais aceitável que houvesse desigualdades sociais de tal monta. A luta, o ativismo político, a

requisição de direitos vieram abalar as estruturas do sistema patriarcal, abrindo fissuras para criação de espaços de resistência, não somente em relação às mulheres, mas também em relação aos homens, sobretudo, os homens homossexuais (Fry, 1982, Fry e MacRae, 1986, Trevisan, 1998).

A masculinidade hegemônica passa a ser questionada não somente pelas mulheres, mas também pelas outras masculinidades subordinadas. Todo o movimento que existe atualmente, no âmbito das políticas públicas internacionais, de campanhas em prol da saúde da mulher e dos direitos humanos, coloca como questões prioritárias em suas agendas o *empowerment* das mulheres e o cumprimento de direitos humanos referentes a grupos específicos, enfocando o respeito à diversidade seja pela orientação sexual, credo, raça ou etnia.

Neste sentido, cabe ressaltar que nem todos os homens estão conectados com os privilégios do exercício de poder do sistema patriarcal. Esses privilégios são mediados pela classe social e econômica, pela raça e etnia, pela idade e orientação sexual (Greig, Kimmel e Lang, 2000). Isso implica em que não podemos conceber uma divisão de poder opressor/oprimido, sem termos em mente, uma concepção hidráulica do poder, ou seja, aumento de poder de um lado, implicaria, necessariamente, em diminuição de poder do outro. Isso traduziria uma concepção mecanicista do poder. E, como vimos, o poder não se distribui desta forma (Foucault, 1993, 1997).

Se, por um lado, a luta pela cidadania pública foi vencedora em algumas partes do mundo – é bom lembrar que, em outras partes, ainda primam relações de violência e coerção absolutas e não relações de exercício de poder – por outro, vemos alguns homens, e também mulheres, engajados num trabalho de transformação do exercício da cidadania privada por parte dos homens (e das masculinidades). Isso implica em estratégias de engajamento em assuntos relacionados à família, à paternidade, à saúde sexual e reprodutiva, ao compromisso pela não violência na relação com as mulheres etc. É nessa direção que devemos caminhar todos aqueles interessados em abrir e ocupar espaços de resistência.

Giddens (1993), quando fala da intimidade, a coloca no plano da democracia. O que seria a intimidade senão relações interpessoais baseadas numa democracia emocional que

sugere e aponta para a direção de relações mais compromissadas, mais igualitárias, mais justas? Cidadania privada e cidadania pública caminhando juntas para a transformação social. O autor alerta para a transformação da intimidade como passo necessário para a transformação social. Nesse sentido, caminhar na direção de um não silêncio em relação aos homens, a possibilidade de abrir espaços masculinos de reflexão onde se procure desconstruir o que existe enquanto modelo hegemônico, desaprendendo o silêncio acerca deles mesmos e dos assuntos mencionados anteriormente, pode se constituir em uma alternativa às formas tradicionais de exercício de poder (Paniagua, 2000). Porém, como alerta Vale de Almeida (1995), desconstruir o que é hegemônico se constitui em um desafio dos tempos atuais.

A masculinidade hegemônica, enquanto modelo, se torna eixo através do qual os homens, quer por sua adesão ao modelo, quer por traçar rotas alternativas a ele, têm como referência para suas vidas. Segundo Vale de Almeida (1995), a masculinidade hegemônica, embora seja um modelo cultural idealizado, exerce sobre os homens um efeito controlador sobre as práticas, os discursos e a expressão de emoções. Isto faz com que o exercício de uma certa masculinidade e sua conexão com o exercício do poder remeta a questões que afetam a todos os atores envolvidos – homens e mulheres. E isso não se refere somente ao mundo público. No mundo privado, do espaço doméstico, assuntos como a negociação das relações sexuais – quando ter, de que forma, com uso ou não de contraceptivo, com uso ou não de preservativo –, do poder econômico no provimento da família, do que é permitido fazer ou não em relação à educação dos filhos, etc. são alguns dos exemplos de exercício de poder. Isso, grande parte das vezes, gera conflitos, muitas das vezes levando ao uso da violência, em suas expressões verbal, sexual ou física. O machismo, enquanto estratégia de manutenção de poder e de prestígio, aparece traduzido pela questão da honra, como coloca Chauí (1984):

“Do lado dos homens da classe dominante, significa não só o surgimento de uma suspeita quanto à sua virilidade (e numa sociedade procriativa, como não valorizar a virilidade?), mas também o medo de perder postos de comando, de autoridade e de poder. É isso a desonra. Perda de poder e de prestígio.

No caso dos homens das classes exploradas, além da questão da virilidade, mais um elemento complicador aparece. Esses homens, desprovidos de poder e de autoridade no espaço público (no trabalho e na política), são assegurados de possuí-los no espaço privado, isto é, na casa e sobre a família. A perda desse poder e

dessa autoridade é sua desonra. Perdem os substitutos compensatórios para sua falta de poder.” (pp. 78-79)

Isso contextualiza a questão da masculinidade e do poder. O exercício do poder pelos homens, com objetivo de afirmação e confirmação da masculinidade e da virilidade, pode aparecer traduzido sob a forma de uso da violência contra a mulher e do comportamento homofóbico por parte de alguns homens. Porém, isso não ocorre com todos os homens. É mediado por outras interfaces além do gênero (raça, idade, etnia, classe social etc.), além dos aspectos subjetivos presentes e decorrentes da história pessoal de cada um. Não podemos fazer, o que pode parecer à primeira vista pelo texto de Chauí (1984), uma ligação entre classe explorada e exercício de poder coercitivo na vida doméstica, por exemplo. Isso seria demasiado simplista e não verdadeiro, na medida em que encontramos presentes, em classes média e alta, coerção e outras formas de exercício de poder no âmbito privado.

Desta forma, se alguns homens se ajustam a esse perfil de atitude e comportamento, outros não. Kaufman (1989) coloca que para os homens, o poder é uma relação contraditória. Se por um lado, o poder conferido pelo sistema patriarcal traz posições de prestígio e *status* e ganhos materiais aos homens, por outro, também restringe suas atuações em outros cenários da vida, sobretudo no que diz respeito à vida privada.

O modelo de competitividade e do sucesso, presente em todas as esferas da vida masculina, faz com que haja o que Kimmel (1997) chama de polícia de gênero, ou seja, a necessidade de uma aprovação homossocial da masculinidade. Os homens estão sempre confirmando e validando sua masculinidade através da aprovação do outro. São os outros – mulheres, mas, sobretudo, os outros homens, quem “fornece” esta validação (Vale de Almeida, 1995).

Portanto, esta relação contraditória não se traduz numa mera equação de perdas e ganhos, bônus e ônus, preços e custos. Nem se trata de colocar os homens como vítimas de um sistema patriarcal capitalista (que eles próprios ajudaram a construir), nem oprimidos por sua condição de opressor, como sugerem alguns discursos vitimários (Oliveira, 1998). Menos ainda, de elaborar uma escala de sofrimento a que homens e mulheres foram submetidos e ver quem ganhou o quê, quem perdeu o quê, quem sofreu mais ou sofreu

menos. Trata sim, de contextualizar o comportamento dos homens, alertando para questões nem sempre visíveis nesta rede de exercício de poder, e pensar sobre suas conseqüências para a vida dos próprios homens, e de todas as outras pessoas envolvidas. homens e mulheres.

Machado (1998), em seu estudo sobre violência mostra, através de dados estatísticos do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), que os homens cometem mais episódios de violência do que as mulheres, freqüentemente chegando ao homicídio. Igualmente, morrem mais também. A violência presente entre homens está ancorada, via de regra, na construção simbólica da masculinidade, e se apresenta sob a forma de rivalidade e no desafio.

“...não há como não perceber o profundo enraizamento entre a construção simbólica do masculino e a modalidade da violência entre homens. Há que se repensar valores de gênero enraizados e que sustentam uma violência que quer se desenraizar. A violência brasileira masculina faz lembrar os padrões mediterrâneos da construção simbólica masculina, em torno do desafio da honra, da disputa entre homens e do controle das mulheres.” (p.113).

A autora também destaca que as atitudes de violência contra a mulher, sobretudo aquelas presentes nas relações amorosas, “são mobilizadas por construções de gênero igualmente enraizadas no masculino e no feminino” (p. 115), onde a violência física como demonstração de poder parece ser um “atributo masculino”.

Laurentis (1998), em seu um estudo sobre saúde masculina, aponta através de indicadores de saúde que a esperança de vida masculina é menor, além de haver uma maior mortalidade de homens em praticamente todas as idades. O autor, aplicando uma perspectiva de gênero em seu trabalho sobre saúde, tenta compreender alguns fatores associados à saúde masculina, como o estilo de vida dos homens (encarados não como um “dato natural”, mas sim uma “construção social e cultural”), que os leva a constituir um grupo de maior risco no que tange a algumas enfermidades (como câncer de pulmão, hipertensão arterial etc.), por conta de hábitos e comportamentos masculinos. Da mesma forma que a baixa procura por serviços de saúde por parte dos homens também está associada a fatores culturais, muitas das vezes traduzidas numa “ilusão de invulnerabilidade”, ou no medo e na vergonha de parecer fragilizado, impotente, precisando de ajuda. A falta de autocuidado masculino no tocante a sua saúde ainda é

muito comum (vide os casos de câncer de próstata, por conta de alguns homens se recusarem a fazer o exame de toque retal para diagnóstico e possível prevenção), além da ausência de programas de saúde, à exceção dos programas de saúde do trabalhador, voltados para a população masculina adulta ou os que levem em consideração questões específicas da saúde masculina.

Exemplos como estes referentes à presença da violência e a questões da saúde do homem revelam a imbricação que a experiência do exercício do poder e da construção simbólica da masculinidade hegemônica trazem para a vida de homens e mulheres. Ainda que os homens tenham se afirmado como dominadores, das mulheres e de outros homens, isto não é um dado natural. Bourdieu (1999) afirma ser necessário desnaturalizar a dominação masculina, percebê-la como construção social que é, e desta forma percebê-la passível de transformação e não como uma relação fixa e imutável. O esquema da dominação masculina se dá através das mais variadas formas e sutilezas, não se restringindo à coerção física como veremos na seção seguinte.

Procuramos por meio deste panorama “ajustar o caleidoscópio” das relações de gênero, colocando os homens e as masculinidades na pauta dos debates sobre gênero, compreendendo suas especificidades e as implicações que isso traz para a vida dos próprios homens e das mulheres. Relações que, como construção da cultura que são, podem e devem ser relativizadas e problematizadas no rumo da transformação social das relações de gênero.

2. Violência contra a mulher: uma questão masculina

*“Ele fala de cianureto
E ela sonha com formicida
Vão viver sob o mesmo teto
Até que alguém decida
Até que alguém decida”*

(O casamento dos pequenos burgueses,
Chico Buarque)

O fenômeno da violência vem se configurando como um grave problema social da contemporaneidade e tem sido alvo de atenção por parte de vários segmentos da sociedade: pesquisadores e profissionais no campo das ciências sociais e da saúde, das políticas públicas, notadamente aqueles que se referem à questão da segurança e da justiça, da mídia, dos movimentos sociais etc. (Pereira et al, 2000).

Novela das oito, Rede Globo de Televisão, *Laços de Família* (2001). A personagem de Vera Fischer presencia uma discussão entre nora e filho que termina num episódio de violência entre ambos, onde ela (nora) fere, com uma tesoura, o marido que tenta, em vão, se defender. A personagem de Vera Fischer comenta com uma amiga que é contra um homem bater em uma mulher, “mas tem ocasiões que bem que elas merecem!”. Mensagem veiculada em horário nobre para o grande público. É sobre este tipo de violência, muitas vezes corroborada, legitimada e incentivada como comportamento “apropriado” ou “aceitável” dependendo da circunstância, que iremos tratar.

Este episódio representa uma forma específica de violência que afeta a vida de homens e mulheres e que se articula, sobremaneira, com a questão dos homens e das masculinidades: a violência de gênero, ou seja, atos de violência que estão baseados na assimetria e hierarquia de gênero, nas quais nossa cultura e sociedade ainda se encontram ancoradas, e que atinge preferencialmente às mulheres¹⁰. Uma forma de violência muitas vezes velada, que acontece, geralmente, no espaço privado e que é cercada por silêncios. Silêncio por parte das vítimas, seja por vergonha ou por desconhecimento de onde ou a quem recorrer para obter algum tipo de ajuda ou de apoio, ou ainda por naturalizar este comportamento masculino como fazendo parte da vida de um casal; silêncio por parte dos

¹⁰ Segundo Machado (1998), “a especificidade da violência por gênero no quadro dos conflitos interpessoais é de tal ordem, que podemos chamá-la de violência interpessoal de gênero pois ela tem como centralidade de significado os conflitos identitários de gênero, quer sejam eles entre homens e homens, mulheres e mulheres, ou homens e mulheres, quer sejam os conflitos de gênero, não só dos heterossexuais, mas também dos homossexuais e dos bissexuais” (p. 110).

autores de atos de violência que, muitas vezes, também naturalizam e banalizam esse tipo de comportamento como uma forma apropriada de solução de conflitos; e, por fim, um silêncio institucional por parte da sociedade que muitas vezes legitima tal atitude e que não percebe ou não dá a devida importância para a magnitude desta questão, corroborando o ditado popular que “em briga de marido e mulher, ninguém deve meter a colher”.

Soares (2000), quando se refere ao contexto de violência no Brasil, faz um destaque deste tipo de violência – seja ela doméstica ou intrafamiliar¹¹. Soares comenta que se trata de um tipo de violência que perpassa todos os circuitos sociais e que

“... atinge sobretudo as mulheres, mas também as crianças, e revela uma realidade espantosa, dramática e quase completamente desconsiderada no Brasil. Sua principal arena é a casa e seu nicho social são as relações de parentesco, de conjugalidade e de vizinhança. A casa, outrora cantada em prosa e verso como espaço de proteção e amor, é palco freqüente das mais diversas formas de violência, as quais nos remetem à discussão sobre a opressão das mulheres e sobre as condições em que são criadas as crianças no país.” (p. 41)

O autor ainda enfatiza a pouca atenção que vem sendo dada à problemática política das relações entre os gêneros. Relações estas que acontecem nos espaços público e privado, nas quais a diferença se torna hierarquia, acabando por produzir relações permeadas pela opressão e dominação, levando, muitas das vezes, à violência dentro dos relacionamentos intimizados, revelando aquilo que Giddens (1993) chama de “a face escura da família, palco de amor e ódio”.

Machado (1998), em seu estudo sobre violência, faz uma análise à luz do conceito de gênero. A autora, por intermédio de dados do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), mostra que se por um lado os homens cometem muito mais homicídios, por outro, são também as vítimas preferenciais. As mulheres morrem bem menos e matam menos ainda. Conforme aponta a autora, a relação entre gênero e violência se constrói de forma diferenciada e se encontra ancorada na cultura e no processo de socialização diferenciado entre homens e mulheres. A construção cultural do masculino parece indicar que na relação entre homens, a violência se dá por conta dos desafios, da

¹¹ Como já havíamos mencionado na nota de nº 3, a Organização Panamericana de Saúde recomenda o termo violência intrafamiliar por fazer referência ao âmbito relacional em que se constrói a violência mais do que o termo violência doméstica que se refere ao espaço físico onde o ocorre o acontecimento violento (Shrader e Sagot, 1998).

rivalidade e da disputa entre aqueles que de certa maneira se pensam iguais. Em contrapartida, na relação entre homens e mulheres, o significado parece ser a articulação do controlar, ter ou perder. Em ambos os caminhos, o significado do poder para estes homens parece atravessar o caminho do exercício das masculinidades nas relações, seja com outros homens, seja com as mulheres.

No que se refere à violência de gênero, incluindo a violência doméstica, Machado (1998) comenta que:

“A violência doméstica é muito mais ampla que o homicídio doméstico. (...) A violência física doméstica é cotidiana, rotineira e rotinizada, e geralmente produtora de uma escalada, em que a morte pode vir a ser (mas nem sempre é) o ponto final. A morte é sempre o significante evocado por meio da constância das ameaças.” (p. 103)

Mas a violência não se apresenta de uma maneira linear e uniforme tendo um único “rosto”. Segundo Minayo e Souza (1999), é muito difícil conceituar violência. Isto ocorre por conta da violência aparecer como uma forma própria de relação pessoal, política, social e cultural: ou como uma resultante de interações sociais, ou ainda como um componente cultural naturalizado. Assim, a violência acaba fazendo parte de nossas vidas, nos afetando desta ou daquela maneira, em maior ou menor grau, tornando-se algo “natural e banal”, e sem solução. Está presente nos conflitos de trânsito, nos conflitos entre adversários de times de futebol, nas denúncias de corrupção política, nas demonstrações, veladas ou abertas, de preconceitos, enfim, nos direitos básicos de cidadania pública e privada.

De acordo com as autoras, a violência se torna um tema de interesse da sociedade em geral e que vem sendo tratada no âmbito da justiça, da segurança pública e também, como objeto de movimentos sociais. A violência se torna interesse no campo da saúde basicamente por dois motivos. Primeiramente porque, numa perspectiva mais ampla, tudo o que significa agravo ou ameaça à vida, às condições de trabalho, às relações interpessoais, e à qualidade de vida interessam ao campo da saúde. E segundo porque a violência, de maneira mais restrita, afeta à saúde e frequentemente produz a morte. Especificamente no que se refere à violência de gênero, ela passa a integrar a agenda dos trabalhos na área da saúde, não somente naquilo que se refere aos cuidados assistenciais e pontuais oferecidos nas emergências hospitalares, mas como objeto de prevenção e

promoção de saúde, formulando estratégias que rumem na direção de mudanças de atitudes, crenças e práticas e que ultrapassem o cuidado de lesões físicas e emocionais.

Além disso, não podemos deixar de assinalar a correlação que existe entre a presença de violência numa relação de parceria afetiva entre homem/mulher e os impactos decorrentes noutras esferas da saúde, notadamente no que se refere à saúde sexual e reprodutiva, onde a negociação de quando e de que maneira ter relações sexuais, de usar ou não preservativo também se torna, freqüentemente, fonte de conflitos e desencadeadora de mais violência, seja ela física, emocional ou sexual.

É ainda importante ressaltar que a violência contra a mulher não se divide de maneira estanque entre as formas apresentadas – física, psicológica e sexual¹². Pelo contrário, estas formas se encontram entrelaçadas, gerando impactos na própria mulher vítima da violência e nas demais pessoas ao seu redor: próprio parceiro, filhos, vizinhos, a própria comunidade a sua volta, enfim, toda a sociedade. Nesse sentido, a violência que ocorre no âmbito doméstico não fica restrita a ele, mas ganha o mundo público.

Desta forma, tanto para a prevenção da violência contra a mulher como para intervenções neste campo¹³, é necessário considerar, sobremaneira, o parceiro masculino e as interlocuções entre masculinidades e o uso de violência. Heise, citada por Greig, Kimmel e Lang (2000), comenta que quanto mais ela vem trabalhando com o tema da violência contra a mulher, mas ela vê a necessidade de se redefinir o que significa ser homem. E é nessa direção que caminharemos.

¹² A violência física envolve atos de agressão física contra o outro tais como empurrão, soco, tapa, chute, arremesso de objetos, estrangulamento, queimadura entre outros. Entende-se por violência psicológica, atos de agressão verbal, atitudes que envolvam xingamentos, críticas, desqualificações, humilhações, indiferença, coerção, ameaça etc. Já a violência sexual pode incluir desde um toque indesejado até uma relação sexual forçada ou com provocação de dor.

¹³ Segundo Greig, Kimmel e Lang (2000), entende-se por prevenção a interrupção da violência antes mesmo dela acontecer, o que inclui iniciativas como campanhas de conscientização e educação focada nos processos de socialização. Intervenção se refere aos trabalhos com aqueles atores que cometeram atos de violência.

2.1 Violência contra a mulher: um breve panorama

A violência contra a mulher¹⁴ está localizada nas relações interpessoais e associada às desigualdades de gênero, de onde decorrem conflitos e rupturas de relacionamento, chegando-se ao extremo da violência física, psicológica e/ou sexual. Observa-se que este tipo de fenômeno ocorre de forma cíclica, ou seja, apresenta um padrão que, em geral, obedece a três fases: a construção da tensão, a explosão da violência e a tentativa do casal em reorganizar sua parceria em outros padrões de relacionamento em que a violência não esteja presente. O que acaba acontecendo, geralmente, é a recorrência do padrão, levando a cronificação do ciclo de violência dentro da relação. Cerca de 78% dos casos de agressão registrados nas Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (DEAM), no estado do Rio de Janeiro, são casos reincidentes (Soares, Soares e Carneiro, 1996).

A violência contra a mulher representa uma das formas mais comuns de manifestação de violência e, no entanto, uma das mais invisíveis, sendo uma das violações dos direitos humanos mais praticadas e, ao mesmo tempo, menos reconhecidas do mundo. Um fenômeno mundial e que não encontra fronteiras de classe social, raça/etnia, religião, idade ou grau de escolaridade (Redesaúde, 1999a).

Muitas mulheres vítimas de violência permanecem dentro da relação, ou porque têm a esperança de que seu parceiro mude de comportamento, ou porque têm medo de denunciá-lo, ou ainda por não saberem onde e de que forma podem fazê-lo, ou por que não possuem autonomia econômica para recomeçar a vida sendo capazes de se auto-sustentar. Essas situações produzem uma fragilidade emocional muito grande, gerando sentimentos de desvalorização e de culpa e fazendo com que as mulheres acreditem que não há saída para aquela situação em que se encontram ou de que a culpa pela situação é delas mesmas. Isso revela a construção de uma cidadania não plena de direitos que termina por gerar uma impotência diante da vida. Portanto, viabilizar um processo de autonomização, de cidadania pública e privada para as mulheres constitui um passo adiante para interromper esse processo cíclico de violência e propiciar um recomeço de vida (Gaspary, 1999).

¹⁴ De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), o termo de violência contra a mulher se refere a qualquer ato de violência baseado em gênero que resulta em prejuízo ou sofrimento para a mulher (físico, sexual ou psicológico), incluindo ameaça, coerção ou privação de liberdade, que ocorre na vida pública ou privada. Na Assembleia Geral de 1993 foi adotada a Declaração de Eliminação da Violência Contra a Mulher e considerou-se este tipo de violência como um problema de saúde pública (Heise, Ellsberg e Gottemoeller, 1999).

Mas, devemos assinalar que a violência que ocorre no interior do mundo privado não é unívoca, ou seja, algoz de um lado e vítima de outro – vitimização de um lado, culpabilização do outro. Há relações de toda a sorte e trabalhar com estes pólos estanques seria demasiado simplista e generalista, reduzindo a complexidade do tema. As relações homem/mulher se encontram permeadas pela construção social e cultural do que é ser homem, do que é ser mulher, do que é conjugalidade, das cidadanias pública e privada, enfim de instrumentos pessoais e coletivos para o enfrentamento das dificuldades do cotidiano. Se, geralmente, a mulher é a vítima da violência, por outro lado, em algumas situações, ela também é partícipe ativa dela. Vale acrescentar que, ainda que em menor grau, há a presença de violência de mulheres contra homens. Este tipo de situação sugere outras formas de violência que não apenas a violência física (muito menos frequente), como a violência psicológica onde humilhações e ameaças estão presentes. Portanto, a violência é fruto da forma como ambos foram socializados, e das crenças, valores e práticas que vão orientar a construção desta relação. Mas, como vimos, em se tratando da violência de homens contra mulheres, muitas vezes elas não conseguem romper com este ciclo de violência, com esta história de sofrimento. Quando há a procura por um atendimento especializado, inaugura-se o primeiro passo para a transformação desta situação.

E os dados sobre a violência contra a mulher são alarmantes. Uma em cada quatro mulheres já sofreu algum tipo de violência. Segundo a Sociedade Mundial de Vitimologia (Holanda), que pesquisou a violência doméstica em 138.000 mulheres de 54 países, 23% das mulheres brasileiras estão sujeitas à violência doméstica. Mais de 40% das violências resultam em lesões corporais graves decorrentes de socos, tapas, chutes, amarramentos, queimaduras, espancamentos e estrangulamentos. No Brasil, cerca de 60% dos casos de que chegam aos Juizados Especiais Criminais são de violência intrafamiliar. E as estatísticas disponíveis e os registros das delegacias especializadas no atendimento à mulher demonstram que 70% dos incidentes acontecem dentro de casa e que o autor da violência é o próprio marido ou companheiro (Redesaúde, 1999a). Segundo dados apresentados pelo Dossiê “Violência contra a Mulher: interesse de toda a sociedade” (Redesaúde, 1999b), metade das mulheres têm entre 30 e 40 anos e 30% têm entre 20 e 30

anos. Em 50% dos casos o casal tem entre 10 e 20 anos de convivência e em 40% entre um e dez anos¹⁵.

Mas isto também se repete nos cenários internacionais. Na região da América Latina, a violência doméstica incide sobre cerca de 25% a 50% das mulheres. E um em cada cinco dias de falta ao trabalho, no mundo, é decorrente de violência sofrida por mulheres em suas casas e uma em cada três mulheres já sofreram algum tipo de abuso em suas vidas (Heise, Ellsberg e Gottemoeller, 1999).

Heise (1995) aponta duas direções de trabalho na questão da violência contra a mulher. A primeira diz respeito ao desafio em que consiste a mudança nos padrões das relações de gênero que perpetuam a assimetria e hierarquização, colocando a dominação masculina e, por conseguinte, a idéia de uma “violência masculina” como algo “natural”. A segunda trata do provimento de serviços e suportes que dêem conta deste desafio. Isso é uma tarefa complexa que envolve esforços integrados de vários segmentos sociais, das políticas públicas, dos movimentos sociais, dos profissionais das áreas da saúde, justiça, segurança pública etc.

Como vimos no capítulo anterior, apesar das mudanças trazidas por uma série de movimentos sociais e dos abalos que o sistema patriarcal sofreu, a questão da tensão na relação entre homens e mulheres continua se configurando como tema de discussão, problematização, análise e intervenção com intuito de gerar, como colocam Minayo e Souza (1999), um projeto de saúde mais abrangente, que traga bem-estar e benefícios na vida cotidiana para todos os atores envolvidos.

Neste sentido, diante deste breve panorama cabe perguntar: e o parceiro masculino? Como pensar um projeto de discussão, reflexão e iniciativas de prevenção/intervenção relacionadas à violência contra a mulher como uma temática masculina, já que os homens, na maioria das vezes, são os autores destes atos de violência? Como colocam Heise (1995, 1998), Barker (1999), Redesaúde (1999a), Heise, Ellsberg e Gottemoeller (1999), Gaspary (1999, 2000), entre outros, é necessário incluir os homens como uma parte importante

¹⁵ Estes dados fazem parte de dados iniciais apurados da pesquisa “Violência Doméstica, Questão de Polícia e de Sociedade” coordenada pelas professoras Heleith Saffiotti e Suely Souza Almeida, que desde 1994 vem coletando dados nacionais sobre violência doméstica a partir dos casos registrados em delegacias policiais.

neste processo de desnaturalização, desbanalização e desconstrução da violência contra a mulher.

2.2. Violência contra a mulher: um repertório masculino?

Como podemos perceber, a violência contra a mulher é um assunto atual, constituindo um desafio na área das políticas públicas e encontrando um eco na questão da saúde, da justiça e da segurança pública. O que queremos ressaltar nesta seção é a compreensão da relação entre a violência exercida contra a mulher, por parte de seus parceiros, dentro de uma relação afetiva, e as narrativas masculinas que abordamos no capítulo anterior. Que relação é esta, o que impele os homens a agirem desta forma, o que se pode fazer a respeito, é nossa tentativa de responder nesta e nas demais seções.

Existe uma série de autores e pesquisadores sobre os temas da violência doméstica e intrafamiliar que colocam a necessidade de se incluir como foco de discussão e análise, o parceiro masculino, numa tentativa de interromper o ciclo de violência intrafamiliar e de engajar os homens em campanhas, estratégias e iniciativas de compromisso da não violência contra a mulher. Ainda que esforços sistemáticos no Brasil sejam incipientes, a necessidade de engajar os homens nesta causa nos parece fundamental.

Existem iniciativas, tanto governamentais como não governamentais, que vêm tratando do assunto da violência contra a mulher em suas ações. Uma série de dispositivos legais foram criados como as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM), os Núcleos Integrados de Atenção à Mulher (NIAM), os Centros Integrados de Atendimento à Mulher (CIAM) e as casas-abrigo para mulheres em situação de risco de vida entre outros. Há ainda uma preocupação na capacitação de profissionais da área de saúde, em hospitais e postos de saúde, para a atenção e o cuidado no tocante ao atendimento de mulher vítima de violência. Porém, o que se nota, é uma lacuna no atendimento aos homens autores de violência intrafamiliar, inclusive contra a mulher, seja de orientação, reflexão, atendimento psicológico etc. Nota-se ainda uma carência de campanhas dirigidas aos homens em relação à violência intrafamiliar e/ou cometida contra mulheres.

Machado (1998) indica que a violência cometida pelos homens está enraizada na construção simbólica do masculino. No que tange à violência que surge nos conflitos domésticos e amorosos, a autora destaca que as agressões verbais são recíprocas e igualmente fortes e graves entre homens e mulheres, mas que o exercício da violência física, entendida como demonstração de poder evocador, e não de uma legitimidade compartilhada, parece ser um “atributo preferencial masculino”. E de onde isso vem? O que isso quer dizer? Vamos tratar aqui de dois pontos relevantes nesta análise.

O primeiro ponto trata da questão do poder nas relações de gênero e, portanto, nas relações intimizadas. Como vimos, a conexão entre o exercício de poder e os exercícios de masculinidade é estreita. O sistema patriarcal conseguiu fomentar a invisibilidade masculina no que diz respeito às relações de gênero, o que acabou por constituir um dispositivo mantenedor do poder e da dominação masculinos (Kimmel, 1997, 1998).

Mas, como alerta Bourdieu (1999), a dominação masculina não é um dado natural e apriorístico das relações humanas. Como produção que é, está sujeita a historicidade e, portanto, a transformação. O autor afirma que

“as estruturas de dominação (...) são produto de um trabalho incessante (e, como tal, histórico) de reprodução, para o qual contribuem agentes específicos (entre os quais, os homens, com suas armas como a violência física e a violência simbólica) e instituições, famílias, Igreja, Escola, Estado” (p. 46)

Desse modo, a desconstrução dessa violência masculina é também responsabilidade de todos os agentes sociais envolvidos em sua reprodução e manutenção.

No que se refere aos homens e masculinidades, o autor destaca o senso de honra e de virilidade, como fatores que vão denunciar a posição que o homem ocupa perante si mesmo e perante os demais homens. Como vimos anteriormente, a masculinidade hegemônica necessita de uma validação homosocial, com intuito de manter-se em sua posição de prestígio e *status*. Relacionando virilidade e violência, Bourdieu (1999) alerta para a posição dúbia do homem no que concerne à representação dominante (ou hegemônica) do que é ser “homem de verdade”. Se, por um lado, os homens compactuam com um exercício de masculinidade que lhes confere prestígio, honra, valorização, *status*, enfim, as “benesses do poder”, por outro, eles também estão “prisoneiros e, sem se

aperceberem, vítimas da representação dominante” (p. 63). Neste ponto, Bourdieu se aproxima de outros autores, que colocam a questão do poder e da masculinidade como uma experiência contraditória na medida em que, se por um lado traz as benesses, por outro se constitui numa espécie de prisão, num “deve ser assim”, dirigindo os homens na direção de comprovar, em toda e qualquer situação, sua virilidade e sua honra.

Autores como Kaufman (1989), Connell, (1987, 1995), Kimmel (1996), Bourdieu (1999) e Barker (2000) chamam a atenção para o fato desta experiência contraditória. A posição do homem em relação ao poder, e seus esforços para manter esta posição imprimem uma série de crenças, valores e atitudes sobre o que são, e como devem ser as relações entre homens e mulheres. E a violência, conforme vimos anteriormente, desponta dentro das relações cotidianas como uma forma de solução de impasses e conflitos.

Afirmamos anteriormente que não devemos encarar a violência contra a mulher em termos de pólos estanques, algoz de um lado e vítima do outro. Da mesma forma, devemos ser cuidadosos ao analisar a questão desta dubiedade da experiência do poder para os homens. O risco de cairmos num discurso vitimário e vitimizante em relação aos homens, como chama atenção Oliveira (1998), é bastante grande. Não se trata, pois, de colocar o homem como vítima das circunstâncias culturais que engendraram estas práticas patriarcalistas, androcêntricas, assimétricas e hierarquizantes. Se, escapamos da armadilha do “destino da anatomia”, não podemos simplesmente aceitar a imposição do que a cultura nos impinge, ou do “destino da cultura”, fomentando a alienação e não a transformação social. Como construções culturais, sociais, históricas, econômicas e políticas que são, as masculinidades e as feminilidades, devem ser vistas enquanto projetos complexos (Connell, 1995), onde estes fatores representam atravessamentos que produzem e reproduzem a ordem social, mas que, ao mesmo tempo, apontam brechas para a transformação, para a sua desconstrução (Paniagua, 2000).

Portanto, cabe aqui ressaltar a importância da responsabilização dos homens que cometem atos de violência contra as mulheres. Estes atos são de sua responsabilidade e isso não é questionável. O que se pode e se deve questionar, e esse é o nosso objetivo, é que este tipo de violência não é “natural” do homem, mas está atrelado a um processo de socialização masculina em que honra e virilidade são atributos valorizados e onde a violência contra a mulher representa uma tentativa de “resgate desse poder”, que acontece

em uma relação marcada por um viés “tradicional” de relacionamento homem/mulher. Neste caso, o repertório de ações deste tipo de narrativa masculina não engloba outras formas de lidar com situações de conflito e impasses, propiciando a banalização e naturalização desse tipo de conduta (Barker, 2000).

Da mesma forma que não podemos cair na naturalização, banalização e tolerância social deste tipo de comportamento em relação à mulher, igualmente não podemos nos furtar de chamar a atenção para a problemática “homem e violência”. Se por um lado os homens são os autores preferenciais de violência, por outro, existem homens que não o são e que não se valem dessa forma de ação para solução de impasses e conflitos, que se encontram interessados na construção de um projeto de vida em comum baseados em uma relação de intimidade com suas companheiras, enfim, que constróem outros referenciais de conduta para suas vidas, afastando-se desse padrão violento (Barker, 1998, 2000). Assim, não podemos generalizar a violência como algo inerente à condição masculina mas, como alerta Bourdieu (1999), como um referencial de conduta construído e, portanto, passível de transformação.

Neste sentido, como colocam Lorentzen e Lokke (1999), o homem autor de violência não é um homem diferente dos demais homens de seu contexto social. Não se deve, portanto, rotulá-lo como “o agressor”, “o homem mau e perverso” ou qualquer outro tipo de rótulo. Trata-se de um homem comum, que se encontra inserido num sistema de relações sociais, e influenciado por uma série de fatores pessoais, afetivos, sociais, culturais, políticos, econômicos, etc. onde, muitas vezes, a violência perpassa toda esta estrutura.

O segundo ponto de análise trata de entender a subjetividade masculina como uma produção, inserida neste contexto social e cultural, datada historicamente e, como tal, passível de construção de novos referenciais de conduta (Guattari e Rolnik, 1986). Pesquisas mostram dificuldades dos homens em lidar com questões do mundo privado, no manejo de expressões de sentimentos, no terreno dos afetos gerando angústia, ansiedade, temor, vergonha e silêncios (Kaufman, 1989, Nolasco, 1993, Vaitsman, 1994, Almeida, 1996, Da Matta, 1997, Kimmel, 1997). Ampliar esse repertório, produzindo novos referenciais para as condutas masculinas não se trata de tarefa fácil. Pelo contrário, é tarefa

complexa. Lidar com as questões do mundo privado é relativamente recente na vida de alguns homens, e ainda distante da vida de outra parcela deles.

Costa (1989), analisando a política higienista sobre a família brasileira no século XIX, ressalta a normatização das formas de agir e sentir apropriadas para um homem. Assim,

“ser homem, segundo os médicos, importava em ser mais sensual e menos amoroso, mais racional e menos sentimental, mais inteligente e menos afetivo etc.” (p. 251).

Podemos ainda hoje encontrar repertórios masculinos baseados nestes preceitos e aceitos como apropriados para um homem.

Isso levava as mulheres, como alerta Vale de Almeida (1995), a funcionarem como “embaixadoras emocionais” das relações afetivas. ou seja, era a elas, mulheres, que era atribuída a função de cuidadora, de zeladora pelos terrenos afetivos e emocionais da própria relação, bem como da família como um todo. Aos homens, somente em situações especiais e, via de regra, com uso de “facilitadores” como o álcool, era “permitida” ou “autorizada” tal atitude. Era preciso estratégias, artifícios para demonstração de emoções sem parecer “feminino”, fragilizado, ou algo similar. A demonstração de fragilidade emocional equivale, no imaginário masculino, à fraqueza, à falha em seu “papel de homem de verdade”. Essas representações de masculinidade levam à produção de um repertório emotivo empobrecido. E, para se manter em posição de honra e *status*, os homens, geralmente, se valem de posturas machistas (Chauí, 1984), recorrendo à violência como uma contrapartida para essa fragilidade, para esse tipo de conduta masculina. Isso também é apontado por Bourdieu (1999) quando fala do processo de incorporação da dominação masculina como um processo de “desfeminização”, ou seja, de retirar do repertório de conduta de um homem tudo o que possa parecer emotivo, frágil, enfim feminino. Assim, a honra e a virilidade passam a ser atributos valorizados e metas a serem procuradas, negociadas e alcançadas.

Na seção seguinte, baseado em um modelo de análise desenvolvido por Heise (1998), pretendemos traçar algumas pistas para a compreensão de possíveis origens e do panorama onde se insere a questão da violência contra a mulher nos relacionamentos afetivos masculinos.

2.3. De “agressor” para “autor de violência”¹⁶: compreendendo a violência masculina

Esta seção tem a proposta de compreender o uso do recurso da violência contra as mulheres por parte dos homens. É bom frisar mais uma vez, que em momento nenhum estamos isentando os homens pela responsabilidade que têm neste tipo de conduta em relação às mulheres. O que pretendemos, conforme coloca Heise (*apud* Greig, Kimmel e Lang, 2000) é repensar o que significa ser homem segundo o modelo hegemônico, enquanto exercício de masculinidade para uma parcela de homens, e modelo de referência para outros, no que se refere à produção de narrativas masculinas tradicionais.

Assim sendo, deixar de lado o termo de “agressor” para referir-se aos homens que cometeram violência nos parece um passo interessante. Não estamos querendo produzir um “eufemismo” ou “abrandamento” para a ação cometida. Parece-nos, que o uso do termo “agressor” não só qualifica aquele que comete o ato de agressão, mas acaba fazendo parte da identidade do sujeito, ou seja, que ser agressivo, e por conseguinte agressor, é parte da identidade masculina. O termo “autor de violência” traz a discussão sobre violência, agressão e agressividade para o plano social, cultural e político, demonstrando que este tipo de comportamento não apresenta uma única causalidade, seja ela biológica ou psicológica, mas que é resultante da articulação de uma série de vetores pessoais, situacionais e sociais.

Como salienta Heise (1998), a violência contra mulheres não pode ser encarada em termos de uma única causalidade, o que significaria simplificar o que é da ordem do complexo. Tampouco pode ser vista em termos de correspondência biunívoca – masculinidade e violência. Pelo contrário, a violência cometida por homens contra mulheres é um fenômeno multifacetado e que envolve a conjugação de diversos fatores: fatores pessoais, referentes à história de vida de cada um; fatores relacionados à própria constituição de uma relação intimizada; e, por último, fatores que ultrapassam o próprio sujeito e a relação, ou seja, as condições sociais, culturais, econômicas e políticas referentes tanto ao seu contexto comunitário como a sociedade de forma mais ampla.

¹⁶ O uso do termo “autor de violência” vem sendo usada pelo Instituto NOOS, uma organização não-governamental do Rio de Janeiro, em seus trabalhos com homens que cometeram violência contra a mulher. Agradeço a Carlos Eduardo Zuma e Fernando Acosta pelo uso do termo.

Baseada em pesquisas realizadas nos Estados Unidos e em várias outras regiões do mundo, Heise destaca que a violência contra a mulher se dá segundo a conjugação destes fatores pessoais, situacionais e socioculturais. Neste sentido, ela propõe um modelo de análise para a compreensão do fenômeno do uso, pelos homens, da violência contra as mulheres. Porém, é importante alertar que os fatores apresentados pela autora não podem ser vistos como determinantes de causalidade direta e fixa de um comportamento violento atual ou futuro. O que queremos ressaltar é que estes fatores podem fornecer pistas para a compreensão da violência masculina contra as mulheres e que não são fatores fixos, deterministas e causais *stricto sensu*. Os fatores mencionados pela autora – pessoais, situacionais e socioculturais – estão interconectados e não acontecem de forma dissociada. Precisamos também ressaltar que a existência de dificuldades em diferentes áreas da vida não significa, necessariamente, uma consequência de uso de comportamento violento nas futuras relações afetivas, mas, certamente oferecem material para reflexão e possibilidades de pensar modos alternativos de narrativas pessoais para a própria vida dos homens e de construção de relações afetivas.

Assim, o **primeiro plano de análise** que Heise (1998) aponta, trata da história pessoal do homem envolvido no ato de violência, focando alguns aspectos de sua vida que podem exercer influência na produção da sua subjetividade e promover o uso da violência em situações futuras. Heise (1998) destaca os seguintes fatores: ter sido testemunha de violência contra a mulher durante a infância, ter sofrido algum tipo de abuso (físico ou sexual), ter o pai (ou a figura paterna) ausente, o uso de drogas, sobretudo o álcool, e a forma como este homem percebe o que é “ser homem”.

A autora coloca que, em alguns estudos nos Estados Unidos e em outras partes do mundo, o fato de um menino ou do homem jovem ser testemunha de violência em sua família de origem – do pai ou padrasto exercer algum tipo de violência contra sua mãe, irmãs ou outras mulheres de sua família – pode ter uma relação com uso posterior da violência contra suas parceiras. Este tipo de vivência representa, de certa forma, um aprendizado de como tratar uma mulher em situações de conflito. A violência passa a ser uma forma rotineira e adequada para a solução de impasses, conflitos, expressão de contrariedade. Outros autores, como Barker (1998, 1999, 2000), também chamam a atenção para este aspecto na vida de meninos e adolescentes que são testemunhas de atos

de violência intrafamiliar, criando um certo tipo de modelo de comportamento com as mulheres, onde a violência é um instrumento rotineiro e “natural” de solução de conflitos.

Um outro ponto abordado é o fato de um menino ter sofrido abuso, seja físico ou sexual, durante a infância, como um fator a ser considerado na compreensão do uso de violência posteriormente. Não se pode afirmar uma correlação direta, como alerta a autora, mas alguns estudos mostram que tais ocorrências produzem um forte impacto na vida emocional deste menino vítima de violência durante a infância, trazendo transtornos emocionais, que incluem ansiedade, dependência e desequilíbrio emocionais entre outros. Este fator, associado a outros fatores situacionais, pode desencadear, mais tarde, comportamentos e atitudes baseados no uso da violência.

A necessidade, por parte dos homens, de um modelo masculino como referência para a construção de sua própria masculinidade, tem sido abordada por diferentes autores (Nolasco, 1993, Heise, 1998, Barker, 1998, 2000). A ausência desse modelo pode trazer consequências futuras. Ausência aqui deve ser entendida não somente como a ausência física do pai ou de uma figura paterna, mas também como a ausência emocional, da indiferença, da desqualificação, a que muitas crianças são submetidas. Esta ausência pode ser vista como um modelo de como os homens lidam com seus afetos e expressões de emoções – de forma distante e indiferente – pode gerar um exercício de masculinidade onde as dimensões do mundo privado não encontram espaço no mundo masculino. Da mesma forma, como alerta Barker (1998, 2000), a presença de homens vinculados a formas de exercício de masculinidade permeado por uma presença afetiva, com versões não tradicionais de masculinidade, não machistas, não violentas, pró-sociais como chama o autor, constituem uma forma de engendrar formas não violentas de masculinidades entre meninos e homens jovens.

Outro ponto trata do uso do álcool como um facilitador para expressão de emoções. A partir do uso do álcool, com uma censura interna diminuída, alguns homens se sentem autorizados para expressar emoções, sentimentos, chorar em público etc. (Vale de Almeida, 1995, Heise, 1998). Porém, o uso do álcool, assim como de outras drogas, pode propiciar a falta de controle sobre si mesmo e levar a comportamentos e atitudes violentos. Inúmeros relatos de agressão dão conta de que ocorreram quando o homem se encontrava alcoolizado (Gaspary, 1999). É bom lembrar que o álcool, juntamente com o tabaco, faz

parte da socialização masculina. Os primeiros porres, o uso costumeiro de álcool e a ida ao bar, espaço público de socialização masculina, fazem parte de um repertório masculino para muitos homens. E muitas das vezes o que se nota é uma retroalimentação da violência e do uso do álcool. Para alguns homens, a ingestão de álcool precipita atos de agressão verbal, física e sexual contra mulheres, o que, por sua vez, retroalimenta esse consumo de álcool numa tentativa de “esquecer e apagar” os acontecimentos, gerando um ciclo de violência nesta relação. Entretanto, não podemos dizer que todos os homens que utilizam álcool têm maior propensão a serem violentos. Para alguns isso é verdade, mas para outros não. Mais uma vez, não custa afirmar que essas correspondências não são fixas, mas que favorecem a este tipo de comportamento.

E por fim, como os homens entendem o que é “ser homem”. O que é ser homem é uma pergunta difícil de ser respondida por grande parte dos homens (Nolasco, 1993, Vale de Almeida, 1995, Almeida, 1996). O discurso acerca do que é ser homem muitas vezes se revela em discursos distantes de si mesmo, numa espécie de “homem modelo”, no qual evoca-se o lado da sexualidade, da heterossexualidade, da performance bem sucedida, ou, então, a responsabilidade, a necessidade de ser um provedor bem sucedido, um “homem de caráter”. Isto cria uma expectativa a ser cumprida em termos de um ou do outro aspecto. Quaisquer dificuldades no cumprimento destas “metas” masculinas provocam um sentimento de fraqueza, fragilidade e fracasso com os quais os homens, em geral, não estão habituados a lidar. A necessidade de uma valoração constante, de uma comprovação contínua e de uma validação, sobretudo homosocial, de sua masculinidade, fazem com que muitos homens se sintam compelidos, nem que seja pela força física, a se valerem de sua “posição masculina” de superioridade, mantendo uma relação baseada na hierarquia e na dominação.

Um **outro plano de análise** trata do relacionamento propriamente dito, ou seja, da forma como ambos, homem e mulher, construíram e mantêm esta relação. A presença da dominação masculina manifestada através do controle da renda familiar e das decisões acerca da educação dos filhos, do que é permitido e do que não é, de quando e de que forma manter relações sexuais – enfim das atribuições de ser chefe da família – produzem uma série de conflitos que podem desencadear episódios de violência. A produção e reprodução de um sistema familiar patriarcal favorecem a presença da violência. Segundo Heise (1998), alguns estudos mostram que a presença desta autoridade masculina na

família, inclusive do controle financeiro, é um dos fatores mais importantes para o favorecimento da violência contra as mulheres. Conforme vimos anteriormente, existem casos em que as mulheres se mantêm em relações violentas por não terem condições econômicas e financeiras para romper esta relação. Isso se deve a um esquema social de divisão sexual do trabalho onde o homem é impelido, desde cedo, a ocupar sua posição de provedor, incentivado a trabalhar e a gerenciar financeiramente a casa e produzir patrimônio. Por sua vez, as mulheres foram, durante muito tempo, incentivadas a permanecer no espaço doméstico da casa, zelando pela família, pelos filhos, pelo matrimônio, não fazendo parte de mão de obra assalariada, e, quando tinham essa oportunidade, ganhavam salários menores. Houve um grande avanço na direção do processo de autonomização e de cidadania femininas (Gaspary, 2000), porém ainda encontramos mulheres, em diversas localidades, vivendo este tipo de realidade.

Vale ressaltar que, quando estamos falando aqui da presença de violência, não queremos tratar apenas de episódios de agressão física. A violência, como vimos anteriormente, não se restringe a manifestações de agressão física e/ou sexual, mas se manifesta também através de violência psicológica, onde humilhação, indiferença, agressões verbais e ameaças se fazem presentes. Isso acarreta um desnível muito grande na relação intimizada entre homens e mulheres – aquilo que Giddens (1993) entende por intimidade enquanto democracia emocional se “explode”, se “esfarela”. Chegamos a um “totalitarismo emocional” onde todos – mulher, homem, família e mais extensamente a própria comunidade onde vivem e a sociedade como um todo – são atingidos por ele.

E, certamente, os conflitos presentes numa relação de casal estão na linha de frente nas situações de violência. Porém, não existe construção de um projeto comum de vida sem conflitos. O conflito faz parte da própria relação entre a construção do desejo individual de um projeto pessoal e do desejo de ambos de construir um projeto em comum. Barker (1999) chama a atenção para a “cultura de conflitos” a que muitos casais estão submetidos, ou seja, relações em que não há habilidade para a solução dos conflitos que vão aparecendo na própria relação, e fruto das tensões da vida cotidiana, que acabam por gerar episódios, às vezes, sistemáticos e recorrentes, de violência. E esta violência não é necessariamente unilateral, ou seja, de homens contra mulheres, mas também de mulheres contra homens, ainda que a prerrogativa da agressão física mais contundente seja do homem contra a mulher. A violência não fica restrita ao âmbito da violência física, mas

possui outros “rostos” e muitas vezes acaba por atingir outros membros da família como crianças e adolescentes. Portanto, esta “cultura” a que o autor se refere passa a fazer parte não só de uma relação intimizada de homem e mulher, mas também de um contexto, de uma comunidade, da sociedade de uma forma em geral, que necessita estar atenta para esta questão.

Todos estes fatores se encontram relacionados à própria problemática das relações de gênero entre homens e mulheres e tratam, sobretudo do exercício do poder dentro da relação por parte dos homens. O que ocorre, muitas das vezes, é que o homem que comete atos de violência não se vê com esse poder, ainda que isso possa parecer contraditório. Ele se sente despreparado para lidar com situações de conflitos e impasses e não possui, como chama a atenção Barker (1999, 2000), habilidade para lidar com estas situações de outras formas que não sejam violentas, e acaba por “explodir” e lançar mão da violência nas suas diversas faces, como forma extremada de solução de conflitos.

Um **terceiro plano de análise** proposta por Heise, trata da comunidade, ou seja, da influência que aspectos externos têm nas relações conjugais e familiares. O desemprego representa uma fonte importante de conflitos e impasses. E, sabemos que o trabalho representa um dos pilares da identidade masculina (Nolasco, 1993, Vale de Almeida, 1995, Almeida, 1996). Estar desempregado, não poder cumprir o papel de provedor, é uma situação que muitas vezes é encarada como humilhante para um homem, sobretudo se sua companheira está trabalhando e assumindo este papel de provedora da família. O homem se vê despojado de sua posição de provedor, de chefe da família, enfim, de seu poder afetando, sobremaneira, sua auto-estima. E, nessa tentativa equivocada de reassumir seu posto, ainda que de forma simbólica, lança mão de recursos como a violência.

Não estamos aqui defendendo a posição de uma conexão entre pobreza e violência. Sabemos que a violência intrafamiliar atinge indivíduos de todas as classes sociais e de todos os níveis socioeconômicos. Porém, de acordo com Heise (1998), estudos e pesquisas mostram que homens de baixa renda que se encontram desempregados, por conta de um grande *stress* econômico, que provoca uma baixa auto-estima, muitas vezes se valem de uma postura violenta para que, ainda que simbolicamente, tenham a sensação de poder dentro da relação de conjugalidade. Como alerta Chauí (1984), o machismo presente na

relação familiar é uma forma de atuação de demonstrar autoridade e prestígio que não, estão presentes em outras esferas da vida social.

O que também se observa de forma bastante freqüente é o isolamento a que muitas mulheres vítimas de violência se encontram submetidas – de seus familiares, vizinhos, amigos. Quanto mais existe este tipo de isolamento social, maior a probabilidade de ocorrer violência sem a presença de testemunhas, sem possíveis fontes de apoio e de ajuda.

E um outro ponto importante diz respeito aos grupos de pares. Quando falamos sobre homens jovens, sabemos que o grupo de amigos, a “turma”, exerce uma forte influência sobre o comportamento e as atitudes de seus membros. Mas isso não fica restrito aos homens jovens. Espaços homosociais – “clubes do Bolinha” fazem parte da vida de muitos homens, seja pela turma do trabalho, do futebol ou de quaisquer outros grupos de homens. Estudos recentes mostram que um grupo de pares machistas, violentos e com atitudes sexistas favorece a este tipo de comportamento por seus pares, inclusive na coerção e obtenção de relações sexuais entre homens e mulheres jovens (Heise, 1988, Barker, 1998, 2000). Da mesma forma, como coloca Barker (1998, 2000), grupos de pares não violentos, com atitudes de respeito e consideração em relação às mulheres também engendram atitudes respeitadas entre seus pares. Como dizia o “profeta” Gentileza, famoso nas ruas do Rio de Janeiro, em seus escritos gravados nas paredes de viadutos e pontes da cidade, “gentileza gera gentileza”.

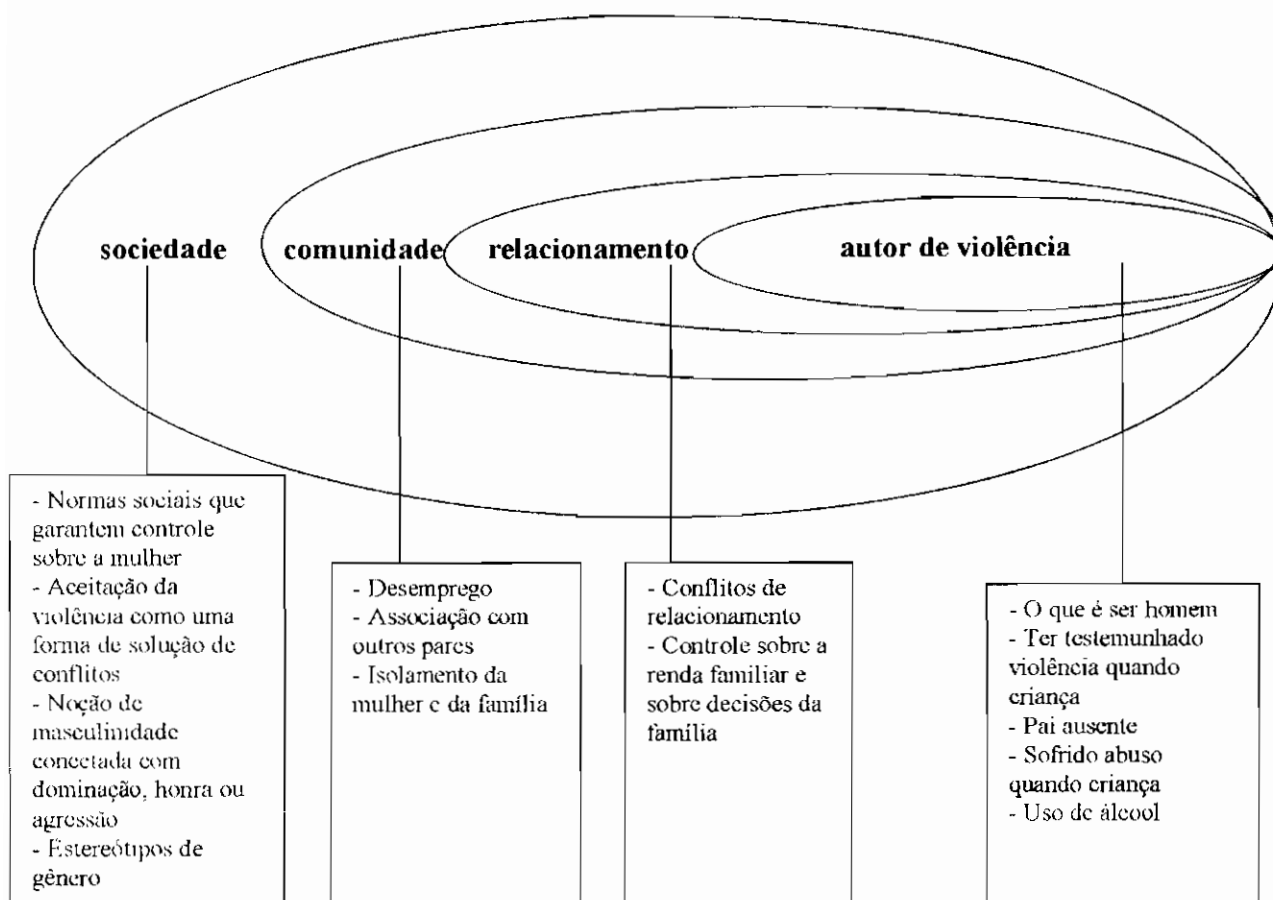
E, por fim, o **último plano de análise**, diz respeito a fatores sociais e culturais que produzem valores e crenças e engendram práticas e narrativas para homens e mulheres, que permeiam e alimentam todas as esferas da vida cotidiana. O patriarcado tem sido o grande vilão social que ronda a relação entre homens e mulheres, e que se conecta com uma noção de masculinidade onde a dominação, o sentimento de honra e o uso da força estão presentes. Sociedades em que a masculinidade hegemônica, falocrática e machista ainda vigora com forte presença, trazem em seu bojo a legitimidade de comportamentos como a dominação, a coerção e a defesa da “honra masculina” a qualquer custo, como formas “naturais” e apropriadas para o exercício da masculinidade. Porém esse cenário não se resume às conseqüências do patriarcado. A forma como a sociedade atual se estrutura em termos econômicos, sociais e políticos, afeta fortemente a vida cotidiana e engendra formas de atuação no mundo.

Padrões estereotipados de gênero, onde homens e mulheres têm *scripts* predefinidos para suas narrativas de vida, alimentam relações assimétricas e hierarquizadas entre homens e mulheres. Essa desigualdade propicia que a violência contra a mulher faça parte do repertório masculino de solução de conflitos diante das dificuldades de relacionamento.

Da mesma forma, normas sociais que entendem que a dominação masculina é aceitável e apropriada para a relação entre homens e mulheres, tanto no espaço público quanto no privado, também são formas de manutenção deste tipo de atitude masculina. O uso da violência como uma alternativa para a solução de impasses e conflitos, sobretudo naqueles que se referem à manutenção da honra masculina, como apontam Corrêa (1981) e Machado (1998), está ligado a estas normas sociais de que fala Heise (1998). Durante muito tempo, e até recentemente, a defesa da honra constituiu uma forma jurídica de argumentação para os homens que haviam cometido homicídios contra suas companheiras, os chamados “crimes da paixão” (Corrêa, 1981). A posição do movimento de mulheres teve uma grande importância no questionamento desse tipo de argumentação, onde a honra masculina havia supostamente sido manchada.

Mas isto também não se restringe à traição, ao ciúme ou a qualquer outra questão de relacionamento entre homens e mulheres. Trevisan (1998) comenta que o fato de um homem cuja virilidade foi colocada em dúvida por uma “suposta” homossexualidade. Sua reação violenta provocou a morte de 15 pessoas, numa tentativa de resgatar sua “honra que estava manchada”, provando assim sua “macheza”. Chegamos novamente ao mesmo ponto – a defesa da honra, da virilidade, e da posição de prestígio que o modelo de masculinidade hegemônica confere ao homem. Este modelo, vinculado ao sistema tradicional de relações de gênero, faz com que qualquer dúvida em relação à masculinidade de um homem deva ser dirimida.

Os fatores pessoais, situacionais e socioculturais a que Heise (1998) faz referência não ocorrem de forma isolada entre si. Ao contrário, como dissemos anteriormente, estão interconectados e permeiam todos os pontos de análise. A representação gráfica a seguir mostra a inter-relação entre estes aspectos.



É preciso compreender que todos os planos representados pelas elipses estão em contínuo processo de interação: sociedade, comunidade, relacionamento e o homem autor de violência. Além disso, os fatores relacionados por Heise (1998) em cada um dos planos não são fixos nem deterministas de comportamento de violento atual ou futuro por parte do homem, assim como não dão conta de todos os aspectos da diversidade humana. São frutos de pesquisas em diferentes sociedades, que comungam da mesma intenção de compreender as relações que estes espectros revelam entre o fenômeno da violência e o exercício das masculinidades. Porém, o que achamos de mais interessante neste diagrama é a interface dos planos de análise na questão do fenômeno da violência contra a mulher. Nem os determinantes culturais, nem a história pessoal por si sós, serão responsáveis por este tipo de comportamento masculino, mas sim a conjugação destes fatores, que passa, desde a construção do projeto de gênero deste homem e desta mulher, das condições em que este casal constrói seu projeto de vida em comum, associados a toda uma estrutura social que imprime um certo *script* para as narrativas de ambos, além das condições econômicas e políticas do contexto em que se encontram inseridos. E é preciso ressaltar que nem todo

homem, ainda que inserido em um mesmo contexto social que legitima ou corrobora tal atitude, irá se tornar violento por conta disso (Barker, 2000). Alguns homens são violentos, outros não, apesar de suas histórias parecidas. É preciso, portanto, estar atento à tradução necessária para a singularidade de cada história de violência cometida contra a mulher.

2.4 Intervenção e prevenção: grupos de homens autores de violência contra a mulher

A violência contra a mulher passou a fazer pauta de uma série de iniciativas referentes à saúde da mulher e à questão dos direitos humanos, tanto que a Organização das Nações Unidas (ONU) a declarou como um problema de saúde pública. Atualmente, há uma perspectiva de inclusão de homens neste processo de intervenção e prevenção da violência contra a mulher, da violência intrafamiliar e da violência de gênero. É tal a magnitude desta questão que somente nos Estados Unidos, existem mais de cem diferentes organizações da sociedade civil trabalhando com o tema de homens e violência contra a mulher (Greig, Kimmel e Lang, 2000).

E em várias outras partes do mundo, uma parcela de homens ativistas procura engajar outros homens em campanhas de sensibilização, de conscientização, educacionais acerca deste comportamento masculino de violência contra a mulher em que todos saem perdendo: as mulheres vítimas de violência, os homens pela falta de habilidade em tratar de assuntos da ordem da vida privada, as famílias, os filhos, a comunidade, enfim toda a sociedade.

Uma das mais importantes campanhas neste tema, e que já se espalha por mais de 20 países, é a *White Ribbon Campaign (Men working to end men's violence against women)*¹⁷ ou Campanha do Laço Branco, surgida no Canadá, ainda nos anos 80, e que procura engajar homens na causa pelo fim da violência contra a mulher¹⁸, alertando para

¹⁷ White Ribbon Campaign ou Campanha do Laço Branco é uma iniciativa de homens contra a violência contra a mulher e que tem como símbolo um laço branco. Teve sua origem no Canadá e atualmente conta com sua presença em mais de vinte países, incluindo o Brasil. Para maiores detalhes da campanha, ver o sítio <<http://www.whiteribbon.ca>>.

¹⁸ O dia 25 de novembro é o dia internacional da não violência contra a mulher. A data foi instituída durante o I Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe (Bogotá, 1981), e reverencia a memória das irmãs Mirabal, brutalmente assassinadas na República Dominicana durante o regime do ditador Trujillo, em 1960 e que vem ganhando visibilidade através de atos de manifestação pública em vários países do mundo (Redesaúde, 1999b).

inaceitabilidade deste tipo de comportamento, procurando, através de uma série de iniciativas, envolver cada vez mais homens na formação de um mundo mais equitativo em termos de relações de gênero. Além disso, **se os homens fazem parte do problema da violência contra a mulher, eles têm que fazer parte da solução.** Partem do princípio que a violência masculina contra as mulheres, contra outros homens e contra as crianças é um repertório aprendido pelos homens no exercício de uma certa forma de masculinidade, onde poder, privilégios e controle estão presentes. Liderada por Michael Kaufman, esta campanha vem tendo adesão de diferentes grupos da sociedade civil interessados no tema, inclusive no Brasil.

As iniciativas da Campanha alertam para o fato da necessidade de se investir na compreensão do significado do que é ser homem, da representação de mulher e do que significa conjugalidade, família, paternidade para os homens, ou seja, como percebem e lidam com o mundo privado, da intimidade. Isto é importante na medida em que podem ser realizados trabalhos, tanto na intervenção como na prevenção, com homens que já cometeram atos de violência. Temos, portanto, um desafio pela frente. O primeiro passo já foi dado, com a visibilidade da masculinidade nas questões da problemática de gênero. Ainda que recente, encarar as relações de gênero em sua dimensão relacional é fundamental para compreender a necessidade da desnaturalização dos comportamentos feminino e masculino, abrindo possibilidade para a desconstrução destes projetos de narrativas tradicionais de gênero, vinculadas a um sistema patriarcal, e rumar na direção de um mundo mais equitativo.

Recentemente, algumas iniciativas de trabalho com homens que cometeram atos de violência onde havia a produção de uma reflexão em termos de masculinidade e projetos de gênero, e que se tornaram, posteriormente, agentes multiplicadores deste tipo de trabalho em suas comunidades, têm sido documentadas e servem como experiências para outras localidades (Heise, Ellsberg e Gottemoeller, 1999).

Iniciativas como estas vem sendo desenvolvidas por vários grupos na região da América Latina. O CORIAC (Colectivo de Hombres por Relaciones Iguatárias), um grupo mexicano, trabalha com homens salientando a necessidade do reconhecimento, por parte deles, de que suas atitudes são violentas, de compreensão do porque o fazem, de que este tipo de comportamento não é aceitável, tornando-se homens com mais recursos

internos para expressar sentimentos e emoções, incluindo frustração e raiva, e maior capacidade de negociação quando em situações de conflitos e impasses (Zangoni, 1998).

Um outro grupo, localizado na Nicarágua, Puntos de Encuentro (Telleria, 1998), faz trabalhos com homens autores de violência, tentando compreender a mesma questão: por que alguns homens necessitam recorrer à violência para demonstração de sua masculinidade? Isso é um repertório masculino “natural”? Trabalhando com grupos de homens que cometeram violência e com um outro grupo que não, tentaram traçar pistas que pudessem ser usadas na prevenção e intervenção com os homens. O machismo latino aparece como uma forma cristalizada de atuação dos homens naquela sociedade e, por extensão, como já vimos, em várias outras regiões das Américas, levando muitos homens – numa tentativa perene de se manterem naquilo que percebem como posição de poder e de controle, na sua função de “chefe de família” – a recorrerem à violência como uma atitude de demonstração de sua masculinidade e de sua posição. Tellería (1998) coloca que os homens não violentos são um “terreno fértil” para envolvimento em iniciativas de educação, no cultivo de novas formas de ser homem. Da mesma forma a constituição de grupos de homens produzindo reflexões sobre gênero e violência se constitui numa forma possível de trabalho na direção de alternativas para o exercício da masculinidade destes homens.

Vários outros grupos – tanto de homens como de mulheres – interessados no fim da violência contra a mulher estão articulando esforços para esta causa (Valdés, Olavarría, 1998, Acosta, 1999, Barker, 1999, Gaspari, 1999, 2000, Valdés, 2000, Barbosa, 2000). No Brasil, campanhas pelo fim da violência contra a mulher vêm sendo realizadas com o foco voltado para a mulher vítima de violência. Mais recentemente, iniciativas de engajamento dos parceiros masculinos envolvidos em episódios de violência, além dos homens de uma forma geral, e a sociedade como um todo, vêm ganhando espaço no debate sobre a violência intrafamiliar, doméstica e de gênero. Estas iniciativas se dão nos níveis da intervenção direta com homens autores de violência, e da prevenção através de campanhas de conscientização e de sensibilização em torno da importância do tema para o campo da saúde, da justiça e dos direitos humanos. O lançamento no Brasil da Campanha do Laço Branco, iniciada no Canadá, envolve diversas instituições governamentais e organizações não-governamentais em prol do engajamento dos homens pelo fim da violência contra a mulher.

Neste sentido, o próximo capítulo trata de uma experiência de trabalho com um grupo de homens que cometeu algum tipo de violência contra suas parceiras, e que estiveram juntos num processo reflexivo de gênero. Esta experiência envolve o esforço de uma instituição governamental de atenção à saúde da mulher, da justiça local, e das parcerias com organizações não-governamentais que trabalha com a temática da violência contra a mulher e que representam em nosso entendimento, um dispositivo de desaprender o silêncio que cerca a vida dos homens no mundo privado, que cerca o uso de violência e que pretende, ao explicitar essas questões, produzir uma reflexão com vistas a uma ação transformadora das relações de gênero.

3. Desaprendendo o silêncio: um trabalho reflexivo com Grupos de Homens

“A vida inventa! A gente principia as coisas, no não saber por que, e desde aí perde o poder de continuação – porque a vida é mutirão de todos, por todos remexida e temperada.”

(Guimarães Rosa)

Existe toda uma literatura acerca de teorias e práticas grupais dentro do campo da psicanálise e das psicoterapias (Saidon et al, 1983, Câmara, 1999). Como o enfoque deste projeto de pesquisa se voltou para a relação entre homens e mulheres, segundo uma perspectiva que leva em consideração a análise das relações de gênero, nosso interesse se foca em grupos cujo objetivo é a reflexão, a discussão e possíveis ações em torno de questões do universo cotidiano masculino e da própria condição masculina, fugindo ao escopo deste trabalho os grupos de cunho psicoterápico.

A produção de ações desses Grupos não pretende ficar restrita ao nível de transformações de relações interpessoais, mas também se posicionar frente a outras questões como discriminação, intolerância, opressão, violência etc., e engendrar transformações sociais. Porém, como ressalta Câmara (1999), estes níveis deveriam estar presentes em todas as práticas grupais, quer terapêuticas, quer educativas, que visem igualmente a transformação social.

Conforme foi mencionado na introdução deste trabalho, alguns Grupos de Homens começaram a surgir no cenário carioca ainda nos 80 e 90. Estes grupos, em sua maioria de homens de “classe média da zona sul”, se caracterizavam por serem grupos de caráter espontâneo, cujo objetivo era o autoconhecimento ou, conforme dizia um cartaz da época, representava um espaço para “discutirmos e vivenciarmos uma construção do novo referencial masculino”. Na mesma época, debates acerca da crise do masculino ou da masculinidade, se proliferavam em centros culturais, tentando dar conta dos “novos papéis” de homens e mulheres no cenário da vida cotidiana¹⁹.

¹⁹ Estamos fazendo referência apenas ao contexto da cidade do Rio de Janeiro. Estes grupos, conforme mencionado anteriormente, foram pinçados de anúncios de divulgação veiculados pela cidade e também via internet. Alguns grupos tinham por objetivo a psicoterapia e eram alinhados às mais diversas abordagens no campo das psicoterapias (destacam-se, sobretudo, aqueles vinculados ao movimento mitopoético de Robert Bly e da psicologia analítica). Outros grupos se autodenominavam de reflexão e, geralmente, eram coordenados por um profissional da área “psi”.

Em outros países, sobretudo Estados Unidos e Canadá, começavam a surgir, de maneira organizada e sistemática, Grupos de Homens que atrelavam suas discussões e reflexões àquelas engendradas pelo movimento feminista. NOMAS (*The National Organization for Men Against Sexism*)²⁰, nos Estados Unidos, e *Men for Change*²¹, do Canadá, são alguns exemplos de grupos engajados em discussões em torno dos homens e das masculinidades, incluindo temas como racismo, homofobia, violência, sexualidade, paternidade etc., e que existem há quase trinta anos, articulando debates dentro e fora de espaços acadêmicos, lançando mão de projetos e iniciativas não só em seus respectivos países como também em outras regiões²².

Encontros internacionais, como a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994) e a Conferência Internacional de Mulheres (Beijing, 1995) enfatizaram a necessidade de se focar atenção para questões masculinas em suas plataformas de ação. Arilha, Ridenti & Medrado (1998), tendo como referência a plataforma de ação da Conferência de Cairo, destacam:

“a necessidade de maior participação dos homens na vida familiar, com o propósito de re-equilibrar as relações de poder para atingir maior igualdade de gênero, bem como a participação masculina no campo da vida sexual e reprodutiva, em programas de educação sexual para crianças e adolescentes e de prevenção da Aids” (p. 16).

Isto se dá não somente pela questão da própria saúde masculina, mas também para a produção/manutenção da saúde das mulheres, sobretudo nos temas ligados aos direitos sexuais e reprodutivos incluindo doenças sexualmente transmissíveis, Aids e contracepção. Assim, os eixos básicos de discussão dos Grupos de Homens, colocados por Nolasco (1993) – sexualidade, paternidade e violência –, deixam de ser pauta somente de grupos

²⁰ O NOMAS existe desde 1981 (com este nome desde 1983). Surgiu como um desdobramento da “The First Conference on Men and Masculinity”, realizado em 1975 e que vem se realizando anualmente nos EUA. Para maiores detalhes ver o site <<http://www.nomas.org>>.

²¹ O grupo *Men for Change*, do Canadá, existe desde 1989, e se define como um grupo pro-feminista dedicado à promoção da equidade de gênero e ao fim do sexismo e da violência. Para maiores detalhes ver o site <<http://www.ehebucto.ns.ca/CommunitySupport/Men4Change>>.

²² Alguns autores falam de um movimento masculino, sobretudo nos EUA. Throop (1996) destaca a presença de pelo menos cinco tipos de organização de grupos de homens nos EUA: aqueles ligados ao movimento mitopoético de Robert Bly; os grupos ligados ao movimento de homens profeministas (*feminist men's movement*), que se identificam com a militância dos grupos feministas; aqueles ligados à reivindicação dos direitos dos pais, sobretudo de homens solteiros e divorciados que têm filhos; grupos ligados aos direitos dos homens, associados aos grupos anteriores de pais; e, por fim, o movimento de homens cristãos, favoráveis à manutenção dos papéis tradicionais de gênero. Para maiores detalhes ver o site <<http://www.vix.com/pub/history/accounts/throop5.html>>.

autônomos, e passam a se configurar como centro de atenção e discussão de grupos institucionalizados, ou seja, grupos vinculados a ações de instituições públicas e de organizações não-governamentais que atuam no campo da educação e da saúde.

Neste sentido, apoiados por estas questões programáticas e tendo em vista suprir uma lacuna no campo da saúde que focasse atenção nas especificidades das necessidades masculinas neste campo e que abarcasse assuntos como saúde sexual e reprodutiva, violência, incluindo a violência de gênero e intrafamiliar, paternidade etc., começam a surgir na segunda metade década dos anos 90, trabalhos sistemáticos com Grupos de Homens, procurando compreender as identidades masculinas, as dinâmicas afetivas e emocionais masculinas, sua relação com o mundo privado e público, com intuito de desnaturalizar e desconstruir alguns comportamentos dos homens (e das mulheres também), colocando-os em pauta para reflexão e discussão, fomentando a transformação das relações de gênero.

Diferentemente daqueles grupos que mencionamos anteriormente, nossa atenção se volta para estes grupos que se autodenominam como grupos reflexivos de gênero (Acosta, 1999, NESCE/ENSP, 2000), grupos de discussão de cunho sócio-educativo (Costa, 1997), grupos reflexivos-dialógicos (Gaspary, 1999) entre outras formas. Esta denominação se dá em função da proposta de trabalho e da metodologia empregada. Não temos a intenção de fazer uma análise das metodologias de trabalho ora citadas. Procuramos perceber em nossa pesquisa o que estas metodologias têm em comum, suas ideologias e formas de trabalho. Genericamente, podemos dizer que todos estes Grupos estão baseados numa perspectiva relacional de gênero, com ênfase nas questões do cotidiano, com vistas à transformação de relações entre homens e mulheres. Como afirma ECOS (1998):

“pequenas mudanças no cotidiano podem contribuir para a construção de relações humanas mais solidárias e prazerosas, promovendo o bem-estar individual e coletivo”. (p. 5)

Sabemos ainda a importância que o grupo tem na socialização masculina. Os “pares”, a “turma”, o “pessoal”, que se reúne no futebol, no bar, na rua, fazem parte da socialização de meninos e rapazes e têm grande importância na construção das masculinidades (Da Matta, 1997, Barker, 1998, 2000, Connell, 2000). Pela interação com outros homens, os meninos e rapazes vão constituindo e incorporando crenças e valores a respeito do que é ser homem. Se o grupo tem essa importância na construção da

masculinidade, nos parece interessante pensar na mesma estratégia dos grupos de pares para a desconstrução e desnaturalização de comportamentos masculinos, e construção de novos referenciais de conduta para os homens.

Neste sentido, a forma de trabalho se dá privilegiando metodologias participativas, ou seja, através de “oficinas”, “dinâmicas de grupo”, “vivências” etc. Baseados numa concepção de que a produção de conhecimentos é uma construção coletiva e participativa, estes grupos não se propõem a um tipo de “educação bancária”²³, mas que se constrói ativamente a partir do conhecimento prévio que já se possui. Ou seja, ninguém é detentor de uma verdade absoluta, mas juntos estabelece-se a possibilidade de construção de novos conhecimentos, novos discursos e novas práticas. Além disso, a utilização de metodologias participativas possibilita que os encontros sejam mais lúdicos e, por conseguinte, disparadores de aprendizado afetivo e efetivo.

Os Grupos são constituídos por facilitadores e participantes. Os facilitadores têm a função de coordenação dos trabalhos, propondo as atividades, coordenando e participando delas e dando um fechamento aos trabalhos, ou seja, articulando as atividades desenvolvidas com uma reflexão coletiva final do que ali foi vivenciado. Alguns relatos de experiência argumentam que a presença de facilitadoras mulheres não constitui um elemento dificultador do trabalho com Grupos de Homens. Ao contrário, qualquer dificuldade neste sentido pode-se constituir em um material rico de trabalho dentro do próprio grupo. Há ainda outros relatos que defendem a participação somente de homens trabalhando com homens, porque isso seria um facilitador do processo de trabalho. Porém, não existem regras fechadas acerca disso. Em ambos os casos, o que interessa é a postura do facilitador/a – atenta, respeitosa, despida de preconceitos e de pré-conceitos – e não, se se trata de um homem ou de uma mulher conduzindo as atividades (ECOS, 1998). Além disso, as equipes envolvidas em projetos de intervenção nas áreas de educação e saúde ainda são constituídas em sua maioria por mulheres. O que, sem dúvida, é bastante significativo. Conforme vimos anteriormente, essas áreas de investigação e intervenção, durante muito tempo, foram levadas a cabo por mulheres e, também, durante muito tempo,

²³ Termo utilizado por Paulo Freire. Queremos enfatizar aqui que a proposta de trabalho dos Grupos conduz a um tipo de relação horizontal entre os participantes e os facilitadores, ou seja, todos aprendem e todos ensinam. Não há uma relação verticalizada onde alguém sabe e ensina, e outro alguém aprende. A “educação bancária” se refere a esta segunda posição, ou seja, um conhecimento que é depositado naquele que não o possui. Maiores detalhes ver em Freire (1970)

vistas, como “assuntos de mulher” (Heilborn e Sorj, 1998). A participação masculina em assuntos da esfera da vida privada é relativamente recente. Portanto, não se pode esperar que tais trabalhos fiquem restritos à presença de equipes masculinas para fazê-lo. Como dissemos, mais vale a postura do facilitador do que quaisquer outros fatores.

Quanto aos participantes, é preciso saber quem é esse público com o qual vai se trabalhar (Costa, 1997, ECOS, 1998, Acosta, 1999, Gaspar, 1999). Isso vai determinar a forma como o trabalho se dará. Qual será o tema central que vai nortear o trabalho com o grupo: sexualidade, violência, paternidade; e por quem esse grupo será formado, ou seja, homens de que faixa etária (adolescentes, jovens, adultos ou terceira idade), e de qual condição sócio-econômica, são dados relevantes para a organização de um projeto de trabalho. A mediação da interação do Grupo (facilitador/participantes) é feita através de um “contrato de convivência” em que são estabelecidas regras para o funcionamento do grupo e firmado o compromisso de todos com a proposta de trabalho a ser desenvolvida.

Segundo as fontes consultadas, a maior dificuldade reside em atrair os homens para tal atividade. Na maioria das vezes, estes trabalhos estão voltados para as camadas de média e baixa renda da população. Para este público, esse tipo de iniciativa é uma “novidade”, já que não faz parte do repertório masculino falar sobre assuntos de sua intimidade em profundidade e em grupos. É bastante freqüente entre homens, haver relatos de aventuras sexuais (bem sucedidas) como uma fonte de distinção e de admiração perante outros homens, mas não é comum falar sobre dores, angústias, incertezas e dificuldades presentes na vida cotidiana.

Existe um silêncio em torno do cotidiano da vida privada dos homens. Ter espaços onde se possa desaprender esse silêncio, sem julgamentos ou críticas *a priori*, refletir sobre as formas que aprenderam para condução de suas vidas no mundo privado e público, construir formas alternativas a uma condição masculina conectada com o sistema hegemônico, nos parece uma alternativa interessante para desconstruir esta mesma hegemonia. Como diz Paniagua (2000):

“Queda em el aire la necesidad de espacios masculinos de reflexión. Toda vez que los sujetos intimaron y pudieron salir del lugar común hasta su propia vivencia, terminaron reflexionando en

profundidad sobre las deudas del modelo. Éste es un desafío para la intervención social.” (p. 242)²⁴

Os Grupos que começam a surgir apontam não só que é possível realizar este tipo de trabalho, como também que existe uma lacuna na oferta deste tipo de serviço, abrindo espaço para engendrar pequenas mudanças nas atitudes do cotidiano que podem, por sua vez, produzir um maior bem-estar nas relações interpessoais (Valdés, Olavarria, 1998, Heise, Ellsberg e Gottemoeller, 1999, Valdés, 2000, Paniagua, 2000).

A partir da visibilidade de iniciativas como estas, outros projetos de intervenção social que tenham por intuito a promoção de relações de gênero mais equitativas podem surgir e se difundir. Além disso, nos parece fundamental “ir onde os homens estão”, ou seja, sensibilizá-los para os temas de saúde, paternidade e violência a partir dos lugares que já tradicionalmente freqüentam, sejam espaços de trabalho, de lazer, de esporte ou outros quaisquer. Muito se fala que os homens não procuram ajuda em espaços de saúde, quer seja para tratamento médico específico, quer seja para obter orientações em relação a temas ligados à saúde. Mas cabe perguntar: eles não vão por que não existem serviços específicos para a população masculina ou os serviços não existem por que não há demanda específica? Isso é uma pergunta difícil e que foge ao escopo de nosso trabalho responder. Mas é uma questão pertinente e que interessa para este tipo de trabalho com Grupos de Homens. Se atraí-los é um desafio, isso não indica que este tipo de iniciativa não seja importante e/ou válida. Pelo contrário, em nosso entendimento, iniciativas como aquelas apresentadas no capítulo anterior, nos mostram experiências bem-sucedidas e apontam a direção de novos rumos em termos de intervenção social com homens, segundo uma perspectiva de construção social da masculinidade e de um caráter relacional de gênero

3.1 Considerações metodológicas: alcances e limitações

É necessário frisar alguns pontos referentes à escolha de nosso trabalho de campo. Nosso interesse sobre o debate “homens e masculinidade” e nos trabalhos com Grupos de Homens enquanto um dispositivo de transformação das relações de gênero é fruto de uma trajetória pessoal, profissional e acadêmica de seu autor. Optamos por enveredar pela

²⁴ Optamos por conservar aqui a citação original em espanhol.

realização de um projeto de pesquisa que levou a investigação de trabalhos que estão sendo desenvolvidos com homens na temática da violência contra a mulher.

Isto possibilitou a produção de uma reflexão crítica a respeito de nossa própria prática profissional enquanto psicólogo interessado na questão de masculinidade e violência, incluindo a violência contra a mulher, direcionando nossas atividades para projetos de pesquisa e intervenção neste campo. Decidimos, então, entrar em contato com uma instituição pública que promove, de forma pioneira, trabalhos reflexivos com homens sobre a temática da violência intrafamiliar e de gênero, e ali desenvolver nosso trabalho de pesquisa. Além de ser uma instituição pública, procurada em sua maioria por um público de classe popular no município de São Gonçalo, a instituição tem uma tradição de trabalhos com mulheres e, mais recentemente, vem desenvolvendo trabalhos com homens por entender a necessidade de atrelá-los a esta discussão sobre violência intrafamiliar.

E para a execução de nosso projeto, procuramos nos valer de uma metodologia de pesquisa que estivesse de acordo com a situação a ser pesquisada. Sabemos que existe uma diversidade de métodos empregados na realização de pesquisas no campo social. E dentro dessa diversidade de métodos, devemos estar atentos ao método mais adequado ao tipo de objeto que queremos pesquisar. Em nosso caso, temos um pesquisador homem, com sua trajetória pessoal, profissional e acadêmica, implicado com o debate sobre homens e masculinidades. E pesquisar a realidade social que nos cerca, de forma implicada e engajada nos levou a um projeto de pesquisa qualitativa e participante. Como coloca Brandão, citado por Costa (1997), a pesquisa participante trata de:

“conhecer a sua própria realidade. Participar da produção deste conhecimento e tomar posse dele. Aprender a reescrever a História através da sua própria história. Ter no agente que pesquisa uma espécie de gente que serve. (...) onde pesquisadores e pesquisador são sujeitos de um mesmo trabalho comum, ainda que com situações e tarefas diferentes – pretende ser um instrumento a mais de reconquista popular.” (p. 60)

Pareceu-nos que, numa perspectiva de transformação social das relações de gênero que orienta nossa motivação neste projeto de pesquisa não poderíamos nos furtar de uma posição implicada em nosso trabalho. Assim, optamos por nos valer da observação participante, enquanto método de pesquisa (Becker, 1994). Além disso, nossa análise leva

em conta as diretrizes da pesquisa qualitativa, presentes na obra de Minayo (1994) e Rizzini et alii (1999).

Através da participação nos encontros de um Grupo de Homens autores de violência contra a mulher, pudemos coletar dados sobre as discussões realizadas durante este processo grupal. É necessário frisar, como destaca Thiollent (1989), que a observação a que nos referimos valoriza também as manifestações não verbais do comportamento, que devem ser levadas em consideração na análise do material. Desta forma, choro, mudanças de assunto, recusas em falar, perguntas “não ouvidas”, tom de voz e silêncios são tão importantes quanto o material da fala em si.

Optamos, ainda, pela realização de entrevistas individuais semi-abertas como um complemento necessário para entender mais profundamente alguns aspectos da história individual de cada participante no que se refere à percepção do que é ser homem, do exercício de masculinidade e da relação com a violência e, também, entender como percebiam sua participação no Grupo, o que fora apreendido desta participação, suas opiniões a respeito do trabalho desenvolvido, o que poderia ser melhorado etc²⁵. A realização destas entrevistas se deu cerca de três meses após a conclusão do grupo. Nossa intenção era escapar, na medida do possível, de um discurso “politicamente correto” por parte dos participantes e verificar como estavam em suas vidas, em seus relacionamentos conflituosos, após a participação no Grupo. É importante esclarecer que não temos a pretensão de fazer uma “avaliação de impacto” da participação em um Grupo como este, para avaliação das alterações de comportamento no rumo de relações mais equitativas em termos de gênero, mas acreditávamos que através de seus relatos após um certo tempo de participação neste tipo de trabalho, teríamos acesso a casos de reincidência de uso de violência, bastante freqüentes em se tratando de violência intrafamiliar. Um outro ponto se refere à amostra. Não temos uma amostra que seja quantitativamente significativa. Mas, acreditamos que, ainda assim, ela fornece pistas interessantes para pensarmos sobre este dispositivo de trabalho com homens.

Respeitando a singularidade de cada grupo e a história pessoal de seus participantes, o modelo de Heise (1998) nos parece interessante como fonte inspiradora da

²⁵ Verificar o roteiro empregado na realização das entrevistas no Anexo.

análise dos dados coletados sobre a relação entre as masculinidades destes homens e a presença do uso de violência nas relações intimizadas. Compreender a construção deste tipo de violência como parte integrante da construção de um repertório masculino, conectado com uma construção de masculinidade hegemônica, nos permite pensar, de forma crítica, projetos de intervenção com homens autores de violência contra a mulher, que levem em consideração os seguintes planos de análise: a história pessoal do homem autor de violência, o contexto em que ocorre o relacionamento de parceria afetiva e o contexto social e comunitário em que se encontram inseridos.

3.2. A instituição: o CEOM “Zuzu Angel”

O Centro Especial de Orientação à Mulher Zuzu Angel (CEOM – Zuzu Angel) é uma instituição governamental, vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do município de São Gonçalo, Rio de Janeiro²⁶. Foi inaugurado em 1997 e, segundo Gaspary (2000), representa uma conquista do Movimento de Mulheres local que se realizou, e que tem por intuito fomentar discussões sobre as questões relacionadas à violência contra a mulher, bem como prestar atendimento às mulheres vítimas de violência.

O CEOM é uma instituição de âmbito municipal e que vem trabalhando em articulação com outras instituições governamentais e com organizações não-governamentais, numa série de projetos e iniciativas para a promoção de novas relações entre homens e mulheres. Conta com uma equipe de cerca de 27 integrantes composta por assistentes sociais, psicólogos, educadores em saúde, advogada, e estagiários do curso de serviço social das universidades federais (UFF e UFRJ), além de funcionários administrativos, e que prestam atendimento a mulheres (e homens) de diferentes classes sociais, etnias, opções políticas e religiosas e que procuram atendimento/orientação, tanto de forma individual como coletiva, em situações de violência/discriminação – intrafamiliar e de gênero.

O CEOM presta assessoria nas áreas social, psicológica, jurídica, de educação e saúde, tanto individual quanto em grupo, para que as mulheres com mais informações

²⁶ O município de São Gonçalo está localizado na região metropolitana do Rio de Janeiro e possui a terceira maior população do Estado, com cerca de 890.000 habitantes segundo dados do IBGE (2000). Para maiores informações, consulte o sítio <<http://www.saogoncalo.rj.gov.br>>.

acerca de seus direitos de cidadãs, possam refletir sobre suas opções de vida, traçando alternativas para superação de tratamentos desiguais e opressivos a que muitas delas vêm sendo submetidas por seus parceiros, por vezes, numa situação crônica de violência conjugal e familiar. Além disso, há a promoção de oficinas, palestras e debates de temas que estejam relacionados a gênero e à violência contra a mulher, sexualidade, DST/Aids, planejamento familiar, prevenção do câncer ginecológico, abuso sexual, drogas, relação mãe/filho entre outros (Gaspary, 2000).

De acordo com Gaspary (1999), a filosofia da instituição em relação ao atendimento de mulheres vítimas de violência pressupõe uma abordagem crítica e complexa da construção sócio-cultural das relações de gênero, procurando não repetir nem reforçar um discurso de vitimização em relação à mulher. Ao contrário, procura-se, respeitando a singularidade e a história pessoal de cada mulher, estimular e ampliar seus direitos de cidadania e promover a busca de uma maior autonomia em suas vidas. Muitas vezes, as mulheres que procuram atendimento se encontram num processo de grande fragilização emocional, necessitando tanto de apoio e suporte afetivos, bem como de ajuda para resolver situações do cotidiano quer seja em relação a sua família, quer seja na relação direta com seu parceiro. Neste sentido, o CEOM dispõe de uma gama de serviços oferecidos, inclusive encaminhamento de mulheres em situação de risco de vida e que não têm para onde ir para casas-abrigo.

Dependendo do contexto em que cada situação de atendimento se encontra, procura-se fazer um atendimento conjunto com o homem autor da violência. Isto só acontece quando a mulher não se encontra sob risco de vida e se sente fortalecida para dialogar em igualdade de condições com o parceiro.

Apesar de existir a preocupação em atender o homem autor de violência nas situações de mediação e, quando se dispõem, a um atendimento individual na própria instituição, a partir de 1999, o CEOM começou a receber uma demanda espontânea de homens interessados nos serviços, independente de sua parceira. Muitos apresentavam uma história inicial de vitimização, que nem sempre correspondia à realidade, conforme os relatos feitos durante o atendimento à mulher. Porém, a instituição encarava essa demanda como um pedido de ajuda, de auxílio para frearem o ciclo de violência em que se encontravam, mostrando-se disponíveis para a reflexão de seus problemas.

Uma das possíveis razões que justificava essa demanda, segundo Gaspary (1999), se encontrava na difusão pela mídia, escrita e televisiva, dos serviços oferecidos pela instituição, bem como de depoimentos de alguns homens que passaram pelo atendimento, gerando um efeito multiplicador do trabalho que vinha sendo feito até então. Essa demanda gerou a necessidade de se fazer um projeto de atendimento destes homens, sob a forma de grupos de reflexão, para a “troca de vivências e construção de novas identidades sócio-culturais” (p. 7). De acordo com o projeto, a metodologia empregada no atendimento a esta demanda está baseada numa ação reflexiva e dialógica, onde o gênero passa a ser visto não como uma estrutura fixa das relações entre homens e mulheres, mas como um processo relacional contínuo, desigual e assimétrico, porém, aberto à negociação e disputas de significados e formas, onde se observa uma estreita relação entre uma masculinidade patriarcal e falocêntrica e o uso da violência como recurso da solução de impasses e conflitos, numa tentativa de afirmação/confirmação de sua condição e de seu *status* de homem.

Neste sentido, o viés de atendimento passa a ser uma construção coletiva de conhecimentos e aprendizagem, onde se procura produzir uma reflexão sobre a educação diferenciada a que homens e mulheres são submetidos e que acabam reproduzindo, muitas das vezes, sem poder de crítica acerca dela, naturalizando comportamentos, valores, práticas e atitudes do que é próprio de um homem ou de uma mulher. Este processo contínuo é reforçado pela família, pela escola e por outras esferas da vida social.

Gaspary (1999) comenta que:

“A assimetria no campo dos direitos e o não acesso às mesmas oportunidades acabam gerando diversas formas de violência (sexual, psicológica e física) que precisam ser visualizadas e assumidas pelo poder público, com vistas à proposição de políticas que revertam o atual quadro de violência intrafamiliar para que homens e mulheres possam rever seus valores, signos e posturas diante do mundo e das pessoas.” (p. 8)

A partir de 1999, o CEOM estreitou uma parceria com a Subsecretaria de Pesquisa e Cidadania da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro para a

discussão da lei 9.099/95²⁷. Esta relação propiciou um convênio com o I e II Juizados Especiais Criminais de São Gonçalo que autoriza o CEOM a prestar atendimento – nos setores social e psicológico – a homens autores de violência intrafamiliar, tanto de forma individual como através da inserção em grupos reflexivos de gênero constituindo uma medida alternativa para casos de violência intrafamiliar e de gênero. Além destas medidas alternativas, os Juizados Especiais passam a encaminhar homens também para a prestação de serviços comunitários, como penas alternativas, facultando a estes homens participarem dos grupos reflexivos. Estas ações visam a responsabilização do autor de violência pelo ato cometido e, também, a oportunidade de participar de uma iniciativa como esta, com intuito de gerar novos comportamentos e novas relações entre homens e mulheres.

Desta forma, o CEOM atende a homens e mulheres, em atendimentos individuais e em grupos reflexivos de gênero, onde os participantes têm a oportunidade de discutir questões relacionadas à identidade de gênero de forma coletiva e reflexiva. Esta experiência se propõe a possibilitar mudanças substanciais, de caráter sócio-educativo, no próprio relacionamento conjugal e familiar, e nos próximos que venham a ser constituídos. Em termos de atendimento público para homens autores de violência intrafamiliar, esta iniciativa é inovadora.

Diante do exposto, procuramos esta instituição para participar de um dos grupos que ora se realizava. A escolha da instituição nos interessava por alguns pontos que merecem destaque. O primeiro se refere a uma instituição que tem uma história voltada para as questões da mulher e da saúde da mulher numa concepção de aplicação de gênero aos seus trabalhos, enquanto uma perspectiva de construção social do lugar que essa mulher ocupa na sociedade. Isso é interessante na medida em que houve uma procura espontânea de homens para atendimento a um setor de saúde “feminino”. Não existia, até então iniciativa pública que incluísse os homens em seus atendimentos. Como Laurentis (1998) coloca em sua pesquisa sobre a saúde masculina, fora dos atendimentos à saúde do trabalhador, não há uma especificidade no atendimento à saúde do homem. Não seria o fato, como destaca o pesquisador, de haver serviços em separado, mas certamente levar em

²⁷ A lei federal 9.099 de 26/09/95 cria os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e se baseia na informalidade, oralidade e economia processual para resolução de conflitos que envolvam infrações de pequena monta e crimes considerados de menor potencial ofensivo e que não ultrapassem uma pena de detenção de 12 meses.

consideração a especificidade que a saúde masculina, entendendo saúde aqui no sentido mais amplo possível.

Assim, a procura de um serviço público de saúde por parte de homens no tocante à violência intrafamiliar e violência de gênero, nos parece um alerta para as questões masculinas no âmbito da saúde. Não é, como vimos anteriormente, uma conduta comum no repertório masculino. Isso implica também em uma preparação da equipe de saúde no recebimento e atendimento a esses homens. Não rotulá-los como “agressores”, e sim compreender a dinâmica deste casal, levando em conta a perspectiva da construção social das masculinidades e feminilidades, na qual a violência, conforme vimos, representa uma tentativa de resgate e/ou de imposição do poder masculino que se vincula a uma masculinidade hegemônica.

Além disso, a parceria com o sistema de justiça local, respaldado na lei 9.099/95, aponta para o entendimento de um problema que não está restrito à alçada da justiça. Não se trata, pois, de punir simplesmente. Estratégias como estas vêm ganhando visibilidade nos debates que envolvem a área social, da saúde e da justiça. Medidas e penas alternativas procuram contribuir para minorar um problema que, como dissemos anteriormente, é de saúde pública.

Outro ponto interessante é que a equipe do CEOM é uma equipe basicamente feminina atendendo um público feminino (conta-se apenas com um psicólogo homem). Atender homens constituiu uma novidade dentro do serviço. E, novamente, ressaltamos a necessidade de sensibilização e capacitação da equipe para poder fazer esse trabalho. A dinâmica de gênero – gênero da equipe e gênero da população atendida – não pode ser desconsiderada em um tema tão delicado.

Desta forma, através de observação participante, acompanhamos os encontros do grupo, juntamente com duas facilitadoras (psicóloga e assistente social). Procuramos nos inteirar e participar dos trabalhos propostos ao longo de oito encontros quinzenais, com duas horas de duração cada. O CEOM dispõe de apenas uma sala para a realização dos grupos. A escolha de uma periodicidade quinzenal para os encontros foi feita por conta de o trabalho com os homens ser alternado com um trabalho semelhante para as mulheres, numa perspectiva relacional de atendimento.

3.3. O Grupo Renascer: o desafio da desconstrução

Todos os homens que participaram deste Grupo vieram encaminhados através do Juizado Especial Criminal (JEC) de São Gonçalo. Haviam sido denunciados por suas esposas e companheiras na Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM) da região por algum ato de violência: física, verbal ou algum tipo de ameaça. Após terem participado de audiências junto ao JEC, foram encaminhados para o CEOM para participarem de um grupo reflexivo sobre gênero e violência intrafamiliar com outros homens em semelhante situação. Isso como dissemos anteriormente, não representa uma pena. O processo é suspenso para que os homens possam participar do Grupo, mas não é arquivado. A participação dos homens no Grupo tem por intuito dar-lhes a chance de fazer coletivamente uma reavaliação dos atos de violência que cometeram. Isso se baseia na concepção de que somente uma pena pura e simples para esse homem – quer trabalhos comunitários, fornecimento de cestas básicas para alguma instituição ou outra forma qualquer de punição – não colabora para a reavaliação da postura deste homem perante si mesmo, sua parceira, sua família, enfim, a sociedade, alertando que este tipo de atitude violenta contra a mulher não é aceitável sob hipótese alguma. Entende-se ainda que estas narrativas masculinas são construídas socialmente e que este tipo de comportamento está diretamente ligado às relações sociais de gênero.

Em um primeiro momento, o mal-estar pairava sobre esses homens. Sentiam-se injustiçados por estarem ali, não entendiam que proposta era essa de ficar “conversando com outros homens” em um “lugar para mulheres”. Acreditavam que estavam sendo punidos – “injustamente” – pelos atos que haviam cometido. Esse era o primeiro desafio a ser vencido: explicar a proposta do grupo, desconstruindo a idéia de penalização ou castigo. A participação neste tipo de iniciativa, conforme dito anteriormente, tratava de oferecer um espaço de reflexão com intuito de interromper o ciclo de violência a que este casal/família estava submetido.

Disse um dos homens, durante a entrevista realizada:

“Durante os dois ou três primeiros encontros achava que estava sendo castigado pelo que fiz. Mas depois com o tempo, fui vendo que não. Era legal estar com a rapaziada e poder falar sobre coisas que normalmente a gente não fala. Todo mundo com sua história, sua posição...”

Foi interessante observar que todos os homens, sem exceção, após o término da participação no Grupo, se referiram “ao pessoal”, “à rapaziada”, “à turma”. Quando o Grupo passou a ter essa característica de coletivo, onde havia uma sensação de pertencimento, o fantasma do castigo não aparecia mais. Parece-nos interessante destacar esse aspecto necessário da construção de uma identidade para os Grupos com intuito de integração, de pertencimento a um coletivo, e que é tão presente no mundo da socialização masculina. Além disso, tal inserção pode propiciar um engajamento de homens na questão da violência contra a mulher, produzindo efeitos multiplicadores do trabalho realizado, com disseminação de informações acerca do tema e se posicionando de forma pró-social diante de outros homens que têm esse tipo de comportamento, qualificando-o como um comportamento masculino inaceitável (Barker, 1999).

Participaram cinco homens neste Grupo²⁸:

- a) Walter, 28 anos, divorciado. Tem uma filha do primeiro casamento e está casado novamente. Tem um filho desta segunda união. É um pequeno comerciante da região. Foi denunciado pela ex-esposa por agressão física.
- b) Joaquim, 61 anos, casado. Está aposentado. Vive com a companheira. Foi denunciado por agressão verbal e física.
- c) Paulo, 33 anos, separado. Tem dois filhos. Atualmente trabalha como manobrista, mas “faz de tudo”. Foi denunciado por ter feito ameaças à ex-companheira.
- d) Jorge, 44 anos, militar. Casado, 3 filhos. Denunciado por agressão física. O casal possui um histórico de violência física de ambas as partes.
- e) José, 47 anos, pequeno comerciante. Casado, 3 filhos. Denunciado por agressão verbal e física.

A própria noção e interpretação do que seja violência para estes homens é um ponto importante no trabalho com os Grupos. Todos falam de “brigas normais de casal”, de “discussões que acontecem com qualquer de casal”. Esse discurso vai se repetindo ao longo dos encontros. E isso se torna importante na medida em que, como aponta Heise (1995, 1998), os conflitos do dia-a-dia vão se banalizando e as formas violentas de solução vão surgindo na relação deste casal, tornando-se rotineiras e, por conseguinte, “naturais”.

²⁸ Todos os nomes são fictícios para preservar a identidade dos participantes

Para estes homens, violência se refere a atos extremados com graves conseqüências físicas, podendo chegar ao homicídio, mas não às “pequenas desavenças” do dia-a-dia, as agressões verbais envolvidas nas discussões e, eventualmente, o uso de um “sacolejo”. Dai, acharem que estavam sendo punidos injustamente. Achavam que elas (as companheiras) foram injustas ao tomarem este tipo de atitude para com eles.

Reconheciam sim, que suas relações eram conflituosas, algumas delas com inúmeras tentativas de separação, mas que não haviam sido levadas a cabo. Argumentavam que a situação econômica, muitas vezes, fazia com que as pessoas permanecessem atreladas a este tipo de relação. Esse é um outro ponto a ser destacado. Todos os homens têm uma renda mensal que varia de 1 a 5 salários mínimos da época. E, para aqueles que são pequenos comerciantes locais, e que não possuem salários fixos, a vida acaba sendo muito oscilante no que se refere à renda mensal. As dificuldades financeiras eram colocadas como um ponto muito estressante na vida de um casal e, muitas vezes, responsáveis pelo desatino cometido ou pela manutenção de uma relação já desgastada.

Jorge exemplifica isso:

“A gente fica naquela situação, ninguém quer perder nada... É aquela coisa, tem a ver com o patrimônio que já é pouco...Eu sou o único que trabalha, ela é do lar. E a partilha de bens? Fica naquela dúvida, vai separar, não vai.”

As reflexões acerca do que é violência, e da própria violência praticada, acompanham as discussões de todos os encontros do Grupo, chamando a atenção para as pequenas agressões do dia-a-dia, destacando a importância do respeito nas relações interpessoais, sejam relações sociais, sejam relações intimizadas.

No primeiro encontro do Grupo, após o estabelecimento de um “contrato de convivência” em que algumas regras de funcionamento foram feitas (respeito à palavra do outro, sigilo sobre as histórias de cada um e compromisso com o grupo e com os profissionais), os participantes decidiram denominar o Grupo com o nome de Renascer. Por que Renascer? Segundo um dos participantes, “porque estar aqui é uma forma de abrir mais a cabeça, de pensar na vida e recomeçar”, ou seja, uma possibilidade de começar a encontrar pistas para inaugurar novas formas para lidar com os acontecimentos de conflitos

e brigas. A partir deste primeiro encontro, em que o “contrato de convivência” ficou firmado, houve a proposta de encontros quinzenais dali por diante.

3.3.1. “Aprendendo a ser homem, aprendendo a ser mulher”

A cada encontro se fazia um “aquecimento” para o trabalho proposto a seguir. Eram “as brincadeiras” como eles chamavam e que passou a fazer parte da rotina do grupo. Pequenos “ritos” lúdicos para “aquecer” os participantes para as discussões que se sucediam. A primeira discussão tratou da socialização diferenciada que homens e mulheres recebem. A partir de aspectos comuns da socialização de meninos e meninas, foram construindo um painel:

| HOMEM | MULHER |
|---------------------------|----------------------------|
| Cor azul | Cor rosa |
| Bola | Boneca |
| Sapato | Sandália |
| Short | Vestido |
| Espaço da rua | Espaço da casa |
| Menos afetivo | Mais afetiva |
| Com mais responsabilidade | Com menos responsabilidade |

Esta relação, a princípio feita sobre os homens e as mulheres de uma forma genérica, foi disparadora para compreendermos a dinâmica da socialização de gênero que estes homens vivenciaram, e como entendiam a produção de repertórios e *scripts* para homens e mulheres atuarem em sociedade. Tudo o que se refere ao masculino e feminino passa a ser “natural”. O homem se comporta dessa maneira, a mulher dessa outra porque “faz parte da natureza” de cada um. Os comportamentos masculinos são atribuídos, todo o tempo, à natureza do homem. Desde cedo os meninos vão para rua, tanto para os afazeres domésticos – é responsável pelas tarefas que envolvem o espaço de fora da casa: a limpeza do quintal, as compras, enfim todos os “mandados de rua”, como também para as brincadeiras, a pipa, o futebol, a turma de amigos. Isso faz com que desde cedo os meninos passem a ocupar o espaço público e, como apontam Nolasco (1993), Barker (1998, 2000), faz com que se conectem a um repertório masculino tradicional que valoriza este tipo de atuação no mundo público, onde disputa, rivalidade, camaradagem e exploração do “mundo de fora” se fazem presentes.

As meninas são, igualmente “por natureza”, mais carinhosas e afetivas. Como diz Joaquim:

“Até uma certa idade é tudo igual, menino e menina. Mas depois o menino vai crescendo e a coisa muda. Lá em casa não tinha essa coisa de ficar abraçando e beijando menino não. Com homem não tem essa coisa de abraço não. Já com as meninas é diferente...elas precisam mais de um chamego...”

Como se vê, a construção de uma narrativa masculina que valoriza a rua, em contrapartida, não valoriza o espaço da intimidade, da expressão de carinho e afetos, sobretudo aquela que envolva toques físicos. Isso vai marcar a construção de um certo *script*, onde atitudes e comportamentos distanciados da expressão de sentimentos leva, muitas vezes, aquilo que Vale de Almeida (1995) chama a atenção, às mulheres como “embaixadoras emocionais” nas relações afetivas. Passa a ser uma dificuldade para o homem transitar pelo terreno dos afetos (Nolasco, 1993, Vale de Almeida, 1995, Barker, 1998, 2000).

O “jeito” que as mulheres têm para o cuidado com os filhos, sua “natureza carinhosa e zelosa” também se coloca na divisão sexual do trabalho doméstico. As tarefas domésticas são preferencialmente feitas por mulheres onde a presença do homem se dá quando “não tem jeito”, à exceção de Jorge que por sua função militar está acostumado a fazer todas as tarefas do mundo doméstico, tornando-se para ele uma coisa “natural”.

Esta distribuição de tarefas não se restringe somente à esfera doméstica, mas envolve outros aspectos da construção desta relação de parceria. A questão da responsabilidade dentro da relação e o papel que os homens têm como provedores se tornam um ponto de acordo dentro do Grupo. Todos se colocam nesta posição, chamando para si a maior cota de responsabilidade na manutenção da casa. Ao mesmo tempo, isso é também um indicativo de posição de poder, já que, quem tem mais responsabilidade, pode mais.

“Eu sou o chefe da casa por que eu sou o dono da casa (...) o cara tem que ter a última palavra não estou certo?” (Joaquim)

Um outro homem:

“Eu sempre mantive tudo de bom e do melhor dentro de casa, não faltava nada...” (Walter)

Ainda que “hoje em dia”, como eles colocam, as responsabilidades estejam divididas, todos concordam que ela (a responsabilidade) não é eqüitativa, recaindo sobre o homem a maior parcela da responsabilidade.

Houve um debate no sentido de apontar que todas estas formas de ser homem e de ser mulher são construídas pela cultura. Não faz parte da natureza da mulher ser mais carinhosa, nem parte da natureza do homem ser violento. Mas que estas posições ocupadas na sociedade são aprendidas ao longo da vida, durante o processo de socialização de ambos, e que envolvem valores e crenças tradicionais sobre o que é ser homem e o que é ser mulher, sobre o que cada um está autorizado a expressar, e a forma como pode fazê-lo. Isso vai indicar também como é que, posteriormente, estes homens e estas mulheres vão construir relações de parceria afetiva, um projeto comum de vida. A própria divisão de tarefas e da responsabilidade que cada um tem em diferentes esferas da vida em comum denota a construção de uma relação hierarquizada e assimétrica como chamam a atenção Machado (1998) e Heise (1995, 1998) e que, associado a outros fatores, propicia o desencadeamento de uma relação onde o uso da violência pode estar presente.

3.3.2. “Masculinidades em construção: a linha da vida”

Houve a proposição de caminharmos juntos pela “linha da vida”. O objetivo desta atividade era traçar uma linha em que fossem discutidas as etapas do processo de socialização, desde crianças até se tornarem adultos, produzindo uma reflexão sobre de onde vieram, onde estavam e para onde iriam. Uma técnica relativamente simples e que dava conta de termos um panorama da vida de cada um, e do que havia em comum entre aquelas histórias. Mas, ao mesmo tempo, esta técnica levou a muitos silêncios, e a um certo estranhamento de pensar retrospectivamente sobre suas atuações no mundo.

O quadro a seguir apresenta uma consolidação sucinta dos dados que saíram na execução desta atividade que levou três encontros para ser realizada. Dividiu-se a vida em três períodos: infância, adolescência e fase adulta da vida.

| <i>Infância</i> | |
|--------------------------------------|--|
| Atividades ligadas ao espaço público | Basicamente brincadeiras, jogos e esportes praticados na “rua”. constituindo-se em um espaço de socialização entre os meninos. Mesmo as tarefas domésticas eram voltadas para o lado de fora de casa (varrer o quintal, ajudar no churrasco, fazer compras). Trabalhar para ajudar em casa. |
| “Zoeira” infantil | Brigas com colegas, fuga da escola para poder brincar. |
| Brincadeiras sexuais | Salada mista |
| Afetos | A presença marcante da mãe, as reuniões de família, amor e carinho. |

Quase todos passaram o período da infância em áreas rurais, no interior do estado, onde a atuação do pai e da mãe se deu de forma bastante tradicional. A infância teve como forte presença, a mãe. O nome do pai não é mencionado. Como colocam Nolasco (1993), Heise (1998) e Barker (2000) a ausência da figura paterna constitui uma lacuna na formação da identidade do menino e, por conseguinte, do próprio exercício de sua masculinidade, levando a um modelo de homem ausente da vida privada e dos assuntos ligados aos cuidados e à educação infantil. Ainda que isso esteja mudando (Valdés, 2000), é uma característica fortemente presente na geração destes homens, cuja tendência é a reprodução.

Podemos perceber também a reprodução de valores e crenças a respeito do ser homem e da expectativa que se tem em torno do filho homem e de que maneira deve se comportar, sentir e agir. Um *script* consoante com o modelo tradicional e hegemônico. Perguntado sobre os filhos, durante a entrevista, Walter mostra o retrato do filho, comentando orgulhoso:

“olha só meu garanhãozinho... é o garanhãozinho do pai...”

Todos começaram a trabalhar ainda crianças, se envolvendo em tarefas e responsabilidades desde muito cedo – todos tinham algum tipo de tarefa a ser cumprida, e que era cobrada pelos pais. Nenhum deles relata história de violência em suas famílias de

origem. O pai era visto como o representante da autoridade e, às vezes, um pouco “enérgico”, sem perceberem isso como algo destoante, e sim como algo inerente ao papel de pai. Sabemos que a presença de castigos físicos, como uma forma de educação, é tolerada, dentro de certos limites, em várias famílias, fazendo parte da cultura social brasileira, como um gesto e ato disciplinador (Machado, 1998). Esse “enérgico” a que fazem referência fazia parte dos contextos familiares, e era considerado por todos como fazendo parte da educação dos filhos.

A ocupação, desde cedo, da “rua”, da intimidade com o mundo público, se, por um lado, garantem sua presença no lado de fora da casa, por outro, também implica num correr riscos e enfrentar diversidades desde muito cedo, como destaca Barker (2000). Esta vivência na “rua”, não traz somente a vantagem do domínio do mundo público, mas também é produtor de riscos e, conseqüentemente, de perigos para a segurança e para a saúde dos homens, como coloca o autor. Além disso, vai produzindo uma desconexão cada vez maior com o mundo privado, da casa. E esse estilo de vida segue assim durante o período da adolescência, como veremos a seguir.

| <i>Adolescência</i> | |
|-----------------------------|---|
| Sexualidade | Desperta o interesse pelo sexo oposto, as paqueras, namoros, timidez, vaidade |
| Atividades no mundo público | O mundo público se abre: cinemas, Maracanã, o cigarro, o primeiro porre, o trabalho como fonte de renda para si e para a família. |

Durante a adolescência a vida continua se encaminhando para o mundo público. Todas as atividades se voltam para o espaço público. A atividade sexual se torna fonte de curiosidade e de angústia, como apontam Vale de Almeida (1995) e Da Matta (1997), quando se referem à vida dos rapazes, aos temores e às incertezas de um comportamento adequado em relação às meninas. E a rua passa a ser o local de aprendizagem e de experimentação de como um homem deve agir, deve fazer. Neste sentido a presença de pares, dos amigos, da turma se torna fundamental. E associado a isso, vem os “ritos de iniciação” – a primeira transa, o primeiro cigarro, o primeiro porre. As saídas à noite, os bailes, a diversão se tomam foco de atuação para todos eles.

Além disso, o trabalho – agora remunerado – o primeiro emprego passa a ser mais um outro rito de iniciação. Através do trabalho remunerado, passam a se sentir adultos, “homens de verdade”. Além de ajudar nas despesas de casa, eram autônomos em relação ao que se faz com o dinheiro que lhes sobrava. Como colocam Nolasco (1993), Vale de Almeida (1995) e Almeida (1996), o trabalho representa um dos pilares para a construção da masculinidade, fonte de prestígio e de honra masculina. Homens desempregados sentem-se inferiorizados, fracassados no cumprimento do seu exercício de masculinidade, conectado com a produção, com o sucesso, com a competência.

A fase adulta se torna menos lúdica e mais dura, representando a configuração atual de vida de cada um.

| <i>Fase adulta</i> | |
|--------------------|--|
| “Zoeira” de adulto | Descobrir o mundo, “cair na vida”, brigas em bares. |
| Responsabilidade | Casamento, paternidade, responsabilidade, trabalho/casa. |
| Amargura | Crises conjugais, “ficar curtido” |

O final da adolescência e início da vida adulta representam um período de transição onde “cair na vida”, experimentar, descobrir o mundo são os objetivos da vida. As eventuais brigas em bares e bailes fazem parte do contexto masculino de “cair na vida”. Sabemos, como apontam Machado (1998), Laurentis (1998), Barker (1998, 2000), que as maiores causas de morte entre homens adultos jovens são por causa externa, ou seja, acidentes de trânsito e episódios de violência. A recorrência de episódios de conflitos e brigas entre homens jovens leva a um percurso em que a parada final pode ser a morte. O enfrentamento de riscos tem a intenção de confirmar e validar uma masculinidade consoante com um modelo hegemônico (Vale de Almeida, 1995).

Se, num primeiro momento, o foco se volta para a questão de “cair na vida”, o casamento e a constituição de uma família passa a ser o foco seguinte. Todos, sem exceção, têm na responsabilidade de manter mulher e filhos, o seu foco. A vida muda a partir deste momento. Agora eles têm uma estrutura de vida que depende deles. Interessante observar como, para estes homens, “casar e ter filhos” é o “projeto natural”

para os homens, algo assim como um “destino marcado”. Neste projeto evocam mais o peso da responsabilidade do que a presença dos afetos, do que a possibilidade de construir um projeto de vida em comum, e de poder exercitar a paternidade. Isso não quer dizer que estes fatores também não estejam presentes nas relações de parceria afetiva. Mas não são explicitados, não são ditos, se encontram envoltos numa “nuvem de silêncio”. Para os homens cabe, sim, explicitar o que é “externo”, a capacidade de dar conta de prover a família e não deixar que lhes falte nada em termos materiais, o seu sustento.

E a presença de conflitos, dificuldades, decepções, vão tornando todos meio “curtidos”, endurecidos diante deste panorama. Como diz um dos homens: “aqui só tem cara sofrido, anestesiado...”. O silêncio que os homens imprimem sobre as dificuldades no terreno dos afetos, acaba por ser dito através de outras atitudes que acabam, em algumas situações, por se traduzir em atos de violência (Kaufman, 1989, Nolasco, 1993, Vale de Almeida, 1995, Kimmel, 1997, 1998, Barker, 1998, 2000).

E isso se revela na forma como encaram as relações afetivas atuais. Walter comenta em relação a sua atual companheira:

“Não caio nessa de amar mais. Não vou falar para você que eu a amo (a atual companheira), mas eu gosto muito dela, (...), trato com carinho e respeito a pessoa dela, entendeu... eu acho que é assim que se consegue viver uma vida a dois...”

O fato de estarem no Grupo por conta de uma relação conflituosa, os faz muito céticos diante da possibilidade de um resgate de uma relação mais afetiva dentro de seus casamentos. Sentem-se injustiçados diante desta situação que ora se encontram – um misto de traição (“como ela pode fazer isso comigo?”) por terem sido denunciados pelas companheiras, de injustiça (“eu não sou o único culpado por esta situação”), e de vulnerabilidade diante da justiça (“você chega lá, ninguém te ouve e já acham de antemão que você é o culpado, o covarde”).

Todos estes sentimentos vão sendo conversados e pensados em Grupo. Uma coisa é a responsabilização pelo ato cometido, outra coisa é caminhar para além das posições de vítima e algoz. O trabalho do Grupo propunha uma reflexão nessa direção. Os homens devem ser responsabilizados pelos atos, mas há que se considerar todos os planos de que Heise (1998) propõe para contextualizar este episódio de violência e produzir ações que

propiciem mudanças de comportamento nos homens e nas mulheres diante de situações de conflito e impasses.

3.3.3. “Entre homens...”

Propusemos à equipe do CEOM, a realização de uma “oficina” onde estariam apenas os homens – um “clube do Bolinha”. Nossa proposta era realizar uma atividade que tratasse do corpo e da expressão de emoções, cujo objetivo era ver como eles percebiam seus corpos e a expressão dos afetos na relação com as pessoas e com o mundo. Como coloca Connell (1995), a prática social se dirige aos corpos e o corpo é o *locus* do gênero. Além disso, os atos de violência se materializam por ações corporais como expressão dos afetos envolvidos na relação consigo mesmo e com os outros.

Decidimos batizar essa oficina “entre homens” a partir da expressão utilizada por um deles. O fato de estar somente entre homens propiciou um clima mais descontraído, com mais brincadeiras e também mais “sacana”. Isso é bem interessante, pois revelava o cuidado com a linguagem usada quando havia mulheres presentes. Como dissemos anteriormente, a utilização da linguagem – verbal e não verbal – faz parte de uma gramática corporal, aonde o uso de palavras e de gestos fazem referência à forma como entendem e apreendem a sexualidade e o próprio corpo, demonstrando virilidade, poder, hierarquia, atividade, passividade (Parker, 1991).

Logo na primeira proposta de um voluntário deitar no chão sobre um papel e os outros traçarem o contorno de seu corpo, a primeira brincadeira que surgiu foi “vai deitar de bruços?” seguida por risos de todos. Ficar deitado de bruços é expor a bunda ao público, que segundo Da Matta (1997), é uma “zona sagrada” do corpo masculino, intocável pois qualquer sensação nesta região pode denotar uma suposta homossexualidade e, portanto, uma atitude não apropriada para um “homem de verdade”, coisa de “viado” ou de “mulherzinha”.

Jorge deita no chão sobre um papel e os outros desenham o contorno de seu corpo. A partir dali cada um dá sua contribuição no desenho deste homem. Em cada ponto da atividade proposta de desenhar o corpo, eles iam coletivamente dando palpites e desenhando juntos o corpo do homem/seu corpo. Ao mesmo tempo em que havia a

preocupação de fazer bem feito, de desenhar da melhor forma possível, havia também um sentimento lúdico ao ver aquele grupo de homens sentados no chão e desenhando, construindo e desconstruindo aquele homem – viravam todos “crianças”, como apontado por um deles. E, ao longo do trabalho iam sugerindo o que cada parte do corpo representava em termos de atitude e afetos.

Na cabeça localizaram o cérebro, os olhos e a boca como partes importantes do corpo. Primeiramente, nos chamava a atenção o cérebro como uma parte constituinte do corpo, “o centro da razão” e que, de alguma forma, conduz as ações na vida dos homens. Os olhos, além de expressar emoções como alegria ou tristeza, vão dando conta de outras interações entre os homens e o mundo que o cerca. Diferentemente das mulheres, que “são curiosas”, os homens não olham muito, mas “encaram” o mundo. Isso se torna significativo na medida em que denota a forma como se estabelecem as relações em um primeiro momento. Lembrando Machado (1998), há uma certa lógica masculina em que a base das relações de poder entre os homens que se pensam iguais repousa na rivalidade e no desafio, e entre homens e mulheres está ancorada no controle.

Igualmente a fala que tanto pode representar verdades e mentiras, mas também se cala e se silencia diante de alguma situação embaraçosa. Mas que acaba se revelando quando se “perde a cabeça”. “Perder a cabeça”, “estar de cabeça quente” são expressões muito utilizadas por eles como uma justificativa para os atos “impensados” de violência. O uso do álcool (“umas cervejas a mais”) aparece, para alguns homens, como um catalisador para as discussões, brigas e agressões. José comenta durante a entrevista:

“Chegava em casa com a cabeça quente. A gente começava a discutir e acabava brigando...”

Segundo eles, algumas vezes não há como evitar “perder a cabeça”. Começam discussões, reclamações, cobranças e junto com o *stress* da vida cotidiana, acaba por descontar no outro. Como já dissemos anteriormente, Chauí (1984) aponta para o exercício de posturas machistas por parte dos homens dentro da relação conjugal como uma válvula de escape do *stress* do dia-a-dia onde não há possibilidade de exercer posturas firmes, de demonstração de poder em outras faces na vida, sobretudo no que diz respeito à relação patrão/empregado, ou no trabalho de uma forma geral.

O tórax é desenhado com o peito e o coração como locais dos afetos e também da angústia (do “nó no peito”). Associaram os braços ao vigor, ao esforço, a necessidade de atacar e se defender. Vigor, força e esforço são atributos masculinos valorizados que permeiam a construção da masculinidade, levando na direção de uma auto-suficiência ilusória. Diz um outro homem, Walter:

“Sempre batalhei sozinho, sempre corri atrás sozinho, sempre aprendi as coisas sozinho, praticamente... Sempre procurei não depender de ninguém...”

Mas, a primeira coisa que lhes chama a atenção é o braço que ataca para se defender – uma referência ao vigor físico e à agressão física. Se um homem é atacado em sua honra, seja por palavras, seja por alguma ação física, deve reagir para assegurar que ela (a honra) seja mantida. De maneira geral, os conflitos entre os homens estão relacionados à questão da defesa da honra (Barker, 2000). E nos conflitos com a mulher, a necessidade do controle e o medo de perder, fazem parte do repertório masculino de violência contra a mulher, como aponta Machado (1998), mas que, em última instância, remetem também a questão da defesa da honra e da manutenção de um *status* de prestígio e de poder. Assim, o braço segura e assegura a posição de hierarquia.

Interessante observar a marcação da cintura no homem. Ela ganhou um *status* de oposição ao pescoço. Se pelo pescoço se “perde a cabeça”, quando se tem “jogo de cintura” para lidar com as situações do dia-a-dia existe a possibilidade de ter uma relação menos violenta com a parceira. Desta forma, “perder a cabeça” está em oposição ao “jogo de cintura” que a vida exige para lidar com as situações do cotidiano. O Grupo pode representar um espaço de aquisição de conhecimento, de aprendizagem através das histórias de cada um, da solução que cada um vai encontrando para lidar com situações de conflito e impasse sem recorrer ao uso da violência, a ter “mais jogo de cintura”.

Num primeiro momento o contorno dá a idéia de que o homem está nu. Mas quando chega na região da pélvis, decidem cobri-lo, vesti-lo. Quando questionados, discutem entre si e decidem colocar o “pau para fora”. Relacionam o pênis a urinar, fazer sexo, procriar, masturbar e, por último, ao prazer. Ao desenhar o pênis, representam também os testículos que, como apontam Parker (1991) e Vale de Almeida (1995), são simbolicamente a fonte da macheza, da virilidade. Brincando, eles relembram uma expressão que ganhou a mídia por conta de um ex-presidente da República, que dizia ter

“aquilo roxo”, referindo-se, simbolicamente, ao orgulho de ser macho, viril, potente, destemido, corajoso como aponta Bourdieu (1999).

Nesse episódio lúdico, Walter comenta que, “já que estamos aqui entre homens”, podemos falar. Estaria sendo cantado por uma mulher casada, reconhecendo que “as mulheres de hoje também têm tesão e partem para cima”. Os outros concordam. Isso é interessante na medida em que há uma inversão no papel tradicional de quem toma a iniciativa da relação, e como eles se sentem diante desta investida. Todos concordam que existe um investimento feminino, mas que o ato de conquistar, de dar em cima, é “papel do homem”.

Interessante observar o olhar masculino sobre o corpo do homem voltado para o exterior, para a ação, seja pelo movimento, seja pela atividade sexual, seja pelo desbravamento e pela conquista do mundo lá de fora. Não foram feitas reflexões mais intimistas sobre o próprio corpo e a demonstração de afetos, não aparecendo em momento algum, a palavra amor. Esta atividade, além do próprio objetivo de relacionar o corpo como *locus* do gênero, tinha também a intenção de perceber como seria a dinâmica do Grupo na presença de um facilitador homem, diferentemente do usual com a presença de facilitadoras mulheres. Não acreditamos que o conteúdo do que foi expresso seria muito diferente do que foi exposto. Mas, certamente, o clima de brincadeira, de “sacanagem”, a despreocupação com a forma de falar, o uso de palavrões, denotam uma certa cumplicidade masculina – “já que estávamos entre homens”.

3.3.4. “Em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”

A atividade seguinte teve como tema central a questão da violência que praticaram e que sofreram. Foi passado um vídeo onde algumas mulheres davam depoimentos sobre a violência por elas sofrida.

Como já dissemos anteriormente, a violência tem muitos “rostos”, muitas “faces”. Os homens reconhecem suas relações conflituosas, ainda que não se reconheçam como violentos. São homens comuns, casados, com filhos tentando viver ou, como diz Barbosa (2000), sobreviver e deixar viver. Como afirmamos no capítulo anterior, deixar de rotulá-los como “agressores” e passar a vê-los como “autores de violência” que são, nos parece

uma forma de colocar a discussão sobre homens e violência contra a mulher num plano social e político que engendra certas masculinidades e apóia, legitima e corrobora certas atitudes e comportamentos que acabam por se naturalizar e banalizar.

Todos estes homens cometeram algum tipo de violência contra suas mulheres, quer atos de violência física, quer atos de violência psicológica como ameaças, por exemplo. Todos foram denunciados à justiça criminal e estão respondendo a processo junto ao Juizado. Alguns reconhecem o ato de violência, sobretudo aqueles homens que cometeram atos que envolvam agressão física. Outros homens não conseguem perceber a agressão verbal ou as ameaças “da boca pra fora quando tava de cabeça quente” como atos de violência. Essa é uma questão que perpassa a história de todos os homens. Existe um discurso, num primeiro momento, vitimizante por parte destes homens. Sentem-se injustiçados quando denunciados.

Mas a violência eclode nestas relações intimizadas. E, se os homens não são violentos “por natureza”, trata-se, então, de um comportamento aprendido no processo de socialização masculina, que produz formas pelas quais os homens exercem suas masculinidades, e que envolve concepções de relação intimizada, de família, de paternidade, do que é ser homem.

Falam do impacto que é para os filhos testemunharem estes episódios de discussões e de brigas constantes. Muitas vezes, os filhos, independentemente da idade que têm, interferem, tentam apartar o casal, e pedem que parem com tais situações de conflito. Alguns filhos, já maiores, tentam dar conselhos e fazerem ponderações sobre as atitudes dos pais e das mães. Walter, quando resolveu se separar da primeira companheira mencionou o olhar assustado de sua filha, ainda no berço, com toda aquela confusão causada pelas brigas repleta de agressões verbais e físicas. Comenta que “isso não podia ser bom para um bebezinho” e optou pela separação.

Quando perguntados “o que é ser homem para você?”, todos, sem exceção, recorreram ao modelo de homem de caráter, honesto, cumpridor de seus deveres, mantenedor da casa, o provedor.

Isso, necessariamente, implica em um modelo de homem que conforma um certo tipo de relação entre homens e mulheres. Manter-se nesta posição de homem de bem,

cumpridor de seus deveres, provedor, também traz, em contrapartida, cobranças de como esta relação deva ser, dos “direitos” que eles possuem, e de que forma podem cobrá-los – uma relação assimétrica e hierarquizada. Os motivos recorrentes de conflitos eram por ciúmes, por desconfiança, e acabavam, por conta da “cabeça quente”, a se traduzir em agressões verbais, chegando à violência física, alguns deles de ambas as partes. Machado (1998) comenta que:

“não são poucos os conflitos domésticos e amorosos onde as agressões verbais são recíprocas e igualmente fortes e graves entre homens e mulheres, mas o exercício da violência física, entendida como disciplinar ou como demonstração de poder evocador ou não de legitimidade compartilhada, parece ser ‘atributo preferencial masculino.’” (p. 115)

José relatando o ato que deu origem ao seu ato de violência diz que:

“Ela abusou demais. Ficou lá de trela com outro cara no portão. Fui lá e chamei ela pra dentro e ela nem aí... Chamei de novo e nada. Então fui lá e botei ela pra dentro. O que os vizinhos não iam falar?”

Isso denota a necessidade de validação da masculinidade, da honra, do prestígio pelos outros, sobretudo se são outros homens (Vale de Almeida, 1995). Qualquer ato que possa ser desabonador de um repertório de narrativa masculina deve ser evitado e a manutenção da honra de um homem, ou da “sua personalidade”, como se dizia no Grupo, deve ser procurada incessantemente.

O compromisso com a não violência e a tentativa de aprender novas formas de lidar com os conflitos inevitáveis do dia-a-dia passam a ser a tônica dos encontros seguintes. Perguntados sobre o que pensavam do grupo, três meses depois dos encontros, todos disseram que havia sido bom para “abrir a cabeça” sobre coisas que, geralmente, não se fala. Afirmavam ainda a necessidade de se fazer este trabalho em conjunto, com o casal envolvido no conflito, já que, como dizia um dos homens “a violência brota na relação”, não é atributo nem de um, nem de outro. Após o término do Grupo, nenhum deles havia se envolvido em episódios reincidentes de uso de violência contra suas companheiras.

Retomando o modelo de análise proposto por Heise (1998), verificamos que a violência praticada por esses homens é fruto da conjugação de fatores presentes nos planos pessoal, situacional e sociocultural referente a cada um deles.

A forma como entendem o que é ser homem é, ao mesmo tempo, produto de sua história pessoal e de normas, padrões e regras culturais tão arraigados que acabam por serem percebidas como fazendo parte da “natureza de ser homem”. Esse processo de desnaturalização e desconstrução de discursos e práticas acerca do que é ser homem torna-se tarefa constante ao longo de todo o processo do Grupo. É necessário respeitar a singularidade de cada uma destas narrativas masculinas, compreendendo que ela é fruto de uma construção pessoal, mas que se articula com as narrativas de outros homens devido ao processo semelhante de socialização masculina, onde valores e crenças a respeito do que é ser homem vão se desenvolvendo.

Isso leva a analisar cada um dos itens mencionados por Heise (1998), partindo da perspectiva da desnaturalização e desconstrução. O processo social de construção das masculinidades vai modelando uma série de referenciais de conduta para os homens, que ganham a pecha de “naturais” e “banais”, fazendo parte da cultura social e sendo referendados, legitimados e incentivados através de um processo contínuo de produção e reprodução sociais.

Conflitos vão sempre existir na interação humana fruto de interesses, preferências e discordâncias de pensamentos e desejos. Ciúme, desconfiança, *stress* econômico são recorrentes nas histórias desses homens. Esses motivos vão configurando um certo tipo de relação que, conectado ao exercício de masculinidade de cada homem, leva a um comportamento de atitude violenta. Neste sentido, o exercício assimétrico de poder como uma forma tradicional de conduzir as relações – garantindo a manutenção da honra e do prestígio masculinos –, muitas vezes imprime uma conduta violenta na relação, como forma de solução destes conflitos.

A postura de que “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher” se pauta na preservação do que acontece no mundo privado, das relações intimizadas, como fora da alçada do mundo público. Isso leva a um silêncio em torno desta questão, como chama a atenção Barker (1999). Quando as mulheres denunciam tais atos de violência a que estão, por vezes, submetidas por vários anos, dão o primeiro passo para que “alguém meta a colher”. Mas é necessário, como aponta Heise (1998), um trabalho sistemático e a longo prazo com os parceiros masculinos para que se consiga frear esse ciclo de violência.

Como dizia um dos homens, “tem que ser muito homem para não bater”. Queria dizer que havia aprendido que a violência praticada e sofrida dentro de seu casamento não levava a nada e que talvez fosse o momento de se separar. Um dos homens, após a participação do Grupo, se separou, depois de mais de vinte anos de casamento e conflitos.

A participação em um Grupo auxilia a abrir um canal de reflexão e diálogo que leve na direção de um bem-estar pessoal e coletivo. Há, como diziam alguns dos homens que participaram no Grupo, a necessidade de ter um “CEOM para homens”, e a conjugação de um trabalho misto com homens e mulheres. Onde recorrer quando se está em dificuldades? Todos os homens, durante as entrevistas, colocaram a necessidade de ter um espaço próprio para homens, colocando o CEOM como uma opção de local para outros homens na mesma situação, preferencialmente, antes da situação de violência acontecer. Muitas vezes, falavam da necessidade de ter um certo tipo de “aprendizado para os casais” (tipo como “ser feliz no casamento em dez lições”), como se houvesse uma fórmula mágica para as relações sociais, sem conflitos. Ao contrário, isso envolve um esforço conjunto, diário e persistente na construção de um projeto em comum de intimidade, como fala Giddens (1993).

Este é um desafio a ser enfrentado por quem se interessa em caminhar na direção de relações de gênero mais eqüitativas – preencher esta lacuna que, conforme vimos existe no tocante ao atendimento aos homens de uma maneira geral, não somente àqueles que estão envolvidos em questões de violência intrafamiliar. O que queremos ressaltar é que este Grupo, com apenas oito encontros de duas horas, não pode mudar séculos de História que, por tradição, conferiram aos homens poder no espaço público e privado, que produziram narrativas para homens e mulheres, legitimando repertórios de conduta para ambos. Os conflitos presentes nas relações entre homens e mulheres continuarão a existir. O que se pretende é que as relações de gênero sejam mais eqüitativas e, portanto, propiciem espaços para negociação, em bases pautadas no respeito e na eqüidade de direitos, nos episódios de conflitos.

Para tal, o trabalho com homens nos parece fundamental. Espaços como este, onde se possa falar sem julgamentos, pensar criticamente sobre suas condutas, desnaturalizar o que, na realidade é um comportamento aprendido, e se engajar num compromisso com a não violência ocorrem a partir de iniciativas de quem está implicado com este tema. É

desafiador desconstruir o que séculos de História construíram, mas se torna tarefa necessária e primordial quando se pensa em um mundo mais justo e igualitário.

4. Conclusão: novas falas para os homens?

“Nós não somos aquilo que pensamos ser, mas aquilo que a cada momento nós mesmos construímos.”

(Luigi Pirandello)

Nossa intenção ao falar sobre **homens, masculinidades e projetos de intervenção social** com esta população – através dos Grupos de Homens – foi contribuir para fomentar os debates acerca das questões de gênero, de saúde e de cidadania. Movimentos sociais como o feminismo, o movimento *gay* e lésbico e o movimento negro, todos com forte conotação política, apontaram para a necessidade de transformações das relações sociais, incluindo as relações de gênero pautadas na assimetria e na hierarquia entre homens e mulheres. Estes movimentos, aliados a outras transformações ocorridas na segunda metade do século XX, propiciaram novos delineamentos para a construção das narrativas masculina e feminina, e novas configurações para as relações entre homens e mulheres.

Durante muito tempo, gênero, como uma categoria de análise das relações sociais, e oriundo do movimento feminista, esteve associado às questões das mulheres. Fez-se necessário ajustar o caleidoscópio das relações entre os universos masculino e feminino, focando a abordagem de gênero também para as questões masculinas, e incluindo neste debate, outros aspectos da vida humana, como raça, etnia, geração, classe social e econômica.

O sistema patriarcal, como modelo hegemônico das relações sociais de gênero, propiciou a “invisibilidade” dos homens nas questões referentes à própria dinâmica de gênero, à saúde e à vida do mundo privado, trazendo consequências para o cotidiano dos próprios homens, e também das mulheres. A ausência de discussão e problematização sobre a construção de narrativas masculinas e suas conexões com o exercício de cidadania nos mundos público e privado, garantiu a manutenção do patriarcado e de seu modelo de masculinidade.

A presença desses movimentos sociais no cenário contemporâneo “explodiu” com a “lógica” da dominação masculina e, conseqüentemente, da submissão feminina como único padrão das relações de gênero. A reivindicação de direitos iguais para homens e mulheres no que se refere ao exercício da sexualidade, às condições do mundo do trabalho,

ao acesso à educação e às oportunidades iguais, e a revelação de preconceitos, produziram fissuras neste sistema, até então, hegemônico. Isso encontrou eco na preocupação de diversos segmentos da sociedade interessados numa melhor qualidade de vida da população em geral, e em relações mais justas e eqüitativas entre homens e mulheres.

Conferências internacionais, como a Conferência do Cairo (1994) e a Conferência de Beijing (1995), que trataram da condição feminina, da saúde da mulher, do *status* das mulheres em várias regiões do mundo, enfatizaram que para uma melhoria da qualidade de vida das mulheres e de sua saúde, sobretudo no que se refere à saúde sexual e reprodutiva, fazia-se necessário incluir os homens e as questões masculinas em suas plataformas de ação, compreendendo os diversos aspectos da condição masculina, e aplicando uma abordagem de gênero aos trabalhos de intervenção e de prevenção em diferentes esferas da vida cotidiana – incluindo a sexualidade, a paternidade e a violência.

Iniciativas como estas, dentre outras, proporcionaram a oportunidade de ser perceber os homens na sua pluralidade, com diversas possibilidades de exercício de masculinidade. Desta forma, **homem e masculinidade** se transformaram em **homens e masculinidades** para dar conta da diversidade da experiência humana. Assim, a masculinidade não se resume a um modelo hegemônico que se conecta a uma versão tradicional do patriarcado. Outras masculinidades integram o cenário da vida cotidiana, conformando relações com as, também, feminilidades no plural. Portanto, **as masculinidades não são outorgadas, mas construídas enquanto experiência subjetiva e social que são**. Se elas são construídas social, cultural e historicamente, **podem ser desconstruídas e reconstruídas ao longo da vida de um homem**.

A versão “tradicional” de masculinidade legitima determinados comportamentos e estilos de vida para os homens, produzindo repertórios masculinos que incluem: exposição a atividades que envolvem riscos, pouco cuidado em relação a aspectos de sua saúde, privilégio da vida do mundo público em detrimento da vida do mundo privado, poucas habilidades para a expressão de sentimentos, muitas vezes recorrendo à violência interpessoal para a solução de conflitos e impasses, uma noção de honra que deve ser assegurada e mantida etc. Ainda é por intermédio desses repertórios que uma grande parcela de homens constroem suas narrativas masculinas.

Desconstruir esse modelo de hegemonia, apontando na direção de um mundo de relações sociais mais justas e igualitárias, representa um desafio. Chamar atenção para o fato de que alguns referenciais de conduta dos homens trazem conseqüências graves para a saúde e para o bem-estar das mulheres e também para eles próprios, representa o primeiro passo para possíveis transformações sociais. Abrir espaços para que os homens possam falar e refletir sobre sua condição masculina possibilita a desnaturalização de determinadas crenças e valores a respeito do que é ser homem, e pode promover ações concretas na direção de relações mais eqüitativas em termos de gênero.

Neste sentido, as discussões dos Grupos de Homens pretendem aliar a reflexão a possíveis ações transformadoras, em torno de três eixos principais: a **sexualidade**, a **paternidade** e a **violência**. E a questão da violência contra a mulher é um dos problemas mais graves de saúde pública e de direitos humanos em todo o mundo e que atinge a todas as classes sociais. Muito se tem feito em relação às mulheres vítimas de violência, seja em relação ao atendimento assistencial, seja em campanhas de conscientização para romper com o silêncio em torno das agressões, muitas vezes, cronificadas dentro das relações com o parceiro.

Mas **como pensar em prevenção se não houver um foco de atenção voltado para o parceiro masculino**, o autor deste tipo de violência? A prevenção – tanto no que se refere à reincidência do uso da violência, quanto ao nível do engajamento dos homens pelo fim da violência contra a mulher – passa a ser um ponto fundamental neste processo. Deixar de lado a pecha de agressor e compreender que os homens **autores de violência** foram socializados dentro de um contexto que legitima, corrobora e, por vezes, incentiva este tipo de atitude, lançando mão do exercício do poder e da autoridade que o modelo hegemônico lhes confere, traz esta discussão para o **plano social e político**. Os homens não são violentos por natureza, nem a dominação masculina pode ser encarada como um fato natural da vida social. Representam uma construção social e histórica, produzida e mantida por uma série de instituições sociais – família, igreja e escola – e, portanto, passível de transformações que envolvem esforços de toda a sociedade. **Se os homens fazem parte do problema, eles têm que fazer parte da solução**. Neste sentido, é necessário que se compreenda a dinâmica do fenômeno da violência praticada por homens contra mulheres, num contexto amplo que **leve em consideração os fatores sociais, situacionais e pessoais** desta história de violência.

Os Grupos de Homens – como uma prática de intervenção para a população masculina – nos parece constituir um dispositivo interessante para o “desaprendizado” do silêncio que durante muito tempo envolveu a vida de grande parcela dos homens. Vale lembrar que esse silêncio não está restrito à questão específica da violência contra a mulher, ou da violência doméstica e intrafamiliar, mas que também se encontra no exercício da sexualidade e da paternidade.

Portanto, desaprender este silêncio significa construir novas referências de conduta para os homens, produzindo novas formas de relacionamentos entre homens e mulheres. Ao falar sobre a construção de novas referenciais de conduta, não estamos propondo a troca de um modelo hegemônico de masculinidade, por outro. Isto seria simplificar o que é da ordem do complexo. A configuração da sociedade atual é um mosaico de “múltiplas realidades” onde valores tradicionais convivem com valores modernos. O que se pretende com as discussões dos Grupos de Homens é fomentar a produção de outros possíveis para os homens, com relações baseadas na construção de parcerias de intimidade, como destaca Giddens (1993), de democracia emocional, que envolvam respeito e espaço para a negociação permanente. Como disse um dos homens do Grupo Renascer: “a gente não pode parar de amar...”

Projetos de intervenção com homens têm pela frente o desafio de desconstruir o que séculos de História produziram. Certamente, não serão poucas horas de trabalho que poderão cumprir sozinhas esta tarefa. É necessária a conjugação de esforços que incluam a participação de ativistas, de setores organizados da sociedade civil, de instituições governamentais, de gestores de políticas públicas, e de homens e mulheres interessados em uma vida com mais qualidade e justiça. As mudanças do coletivo se fazem a partir das pequenas mudanças no dia-a-dia. As “microrevoluções” podem, portanto, engendrar relações baseadas em outros pressupostos que não a assimetria e a hierarquia, caminhando para além dos estereótipos, fomentando o exercício do poder de crítica e de realização de transformações sociais.

Assim, ao final deste trabalho, cabe desejar que as pistas desenvolvidas por esta pesquisa possam auxiliar todos aqueles que se interessam na produção de novas palavras

para os homens que não estejam atreladas à dominação, à coerção ou à violência, construindo novas possibilidades, novos mundos, novas relações, novas falas!

5. Anexo

ROTEIRO DE ENTREVISTA

(A) Situação conjugal atual:

- Vive com a companheira?
 - ✓ Se sim, há quanto tempo?
 - ✓ Tem filhos?
- Se não, ficaram juntos durante quanto tempo?
 - ✓ Há quanto tempo estão separados?
 - ✓ O que ocasionou a separação?
- Está casado de novo ou está namorando alguém?

(B) Um pouco da história pessoal de cada um:

ANTES DO CASAMENTO – FAMÍLIA

- Antes de casar, você morava com quem?
- E como era a relação homem/mulher de seus pais (ou de alguma figura parental)?
- Tinha irmãos?
- Havia castigos? Algum tipo de castigo físico?

NO CASAMENTO – RESPONSABILIDADE/DECISÕES

- Em geral quem toma as decisões relativas a \$\$, a educação dos filhos, a sexo?
- E se vocês não concordam? Como é que fica?
- E se você quer transar e ela não, como é que você reage? E o contrário?
- E na relação de vocês, você diria que alguém tem mais responsabilidade?
- Na sua opinião, quem é, ou deveria ser, o chefe de família?

FALANDO SOBRE VIOLÊNCIA

- Em relação ao seu casamento. Como é ou era a relação de vocês (brigavam muito, era conturbada)?
- Havia algum motivo que era mais freqüente na briga de vocês? Tinha alguma coisa que fazia ou que faz você perder a cabeça?
- Como foi o episódio que deu a origem ao processo? Houve que tipo de agressão (física, psicológica, sexual, verbal)? Alguém assistiu (vizinhos, filhos, parentes)?
- Como ela regia? Houve algum episódio de agressão contra você? De que forma?
- A gente houve muito dizer por aí que em briga de marido e mulher ninguém mete a colher. Que você acha disso?
- Agora, tem outras pessoas que dizem que em mulher não se bate nem com uma flor. Que você pensa disso?

(C) Sobre o grupo de Homens

- Como foi chegar no CEOM para participar no grupo com outros homens? Você sabia do trabalho, tinha alguma expectativa?
- Qual era sua motivação para participar no grupo?
- O que você mais gostou?
- O que você menos gostou?
- Como você via a relação dos participantes com os facilitadores?
- Vendo agora depois desse tempo, você acha que o grupo contribuiu de alguma forma para sua vida? Se sim, de que forma? Se não, o que podia ser melhor no grupo?
- Depois de participar do grupo, houve algum episódio de violência na sua relação?
- Se você conhecesse algum homem em situação semelhante (envolvido nas mesmas questões de violência), o que você diria pra ele?

6. Referências Bibliográficas

- ACOSTA, Fernando. "Conversas Homem a Homem: metodologia de grupo reflexivo de gênero". In: *SEMINÁRIO RESPONDENDO À VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR E DE GÊNERO: reflexões e propostas de trabalho com o parceiro masculino*. Brasília, 1999. (Mimeografado)
- ADORNO, Rubens de C. F. "Identidade e exclusão". In: PARKER, Richard, BARBOSA, Regina Maria (Orgs.). *Sexualidades pelo avesso: direitos, identidades e poder*. Rio de Janeiro: IMS/UERJ, São Paulo, Ed. 34, 1999. p. 89-98.
- ALMEIDA, Maria Isabel M. de. *Masculino Feminino: tensão insolúvel. Sociedade brasileira e organização da subjetividade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- ARILHA, Margareth, RIDENTI, Sandra G. U., MEDRADO, Benedito. "Introdução". In: ARILHA, Margareth, RIDENTI, Sandra G. U., MEDRADO, Benedito (Orgs.) *Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo: ECOS, Ed. 34, 1998. p. 15-28.
- BARBOSA, Sérgio. "Viver, deixar viver, sobreviver: experiência de prevenção da violência intrafamiliar com grupos de homens". São Paulo, 2000. (Mimeografado)
- BARKER, Gary. "Non-violent males in violent settings: an exploratory qualitative study of prosocial low-income adolescent males in two Chicago (USA) neighborhoods". *Childhood: a Global Journal of Child Research*, London, v. 5, n. 4, p. 437-461. nov. 1998.
- _____. "Homens jovens e violência de gênero: implicações para a prevenção". In: *SEMINÁRIO RESPONDENDO À VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR E DE GÊNERO: reflexões e propostas de trabalho com o parceiro masculino*. Brasília, 1999. (Mimeografado)
- _____. "Gender equitable boys in a gender inequitable world: reflections from qualitative research and programme development in Rio de Janeiro". *sexual and relationship therapy*, London, v. 5, n. 3, p. 263-282. 2000.
- BECKER, Howard. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- CÂMARA, Marcus Vinicius. *Para além do claustro bipessoal: proposições teóricas para uma psicoterapia grupal de base reichiana*. 1999. Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia, UFRJ, Rio de Janeiro.

- CASTELLS, Manuel. "O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação". In: CASTELLS, Manuel. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v.2, p. 169-285.
- CHAUÍ, Marilena. *Repressão sexual: essa nossa (des)conhecida*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CONNELL, Robert. *Gender and Power*. California: Stanford, 1987.
- _____. *Masculinities*. California: Stanford, 1995.
- _____. *The men and the boys*. Cambridge: Polity, 2000.
- CORRÊA, Mariza. *Os crimes da paixão*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- COSTA, Maria Auxiliadora G. da. *A face masculina do planejamento familiar: trabalhando com grupos de homens*. Fortaleza: Secretaria do Trabalho e Ação Social, 1997.
- DA MATTA, Roberto. "Tem pente aí?: reflexões sobre a identidade masculina". In: CALDAS, Dario (Org.). *Homens*. São Paulo: SENAC, 1997. p. 33-49.
- ESTUDOS e Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana (ECOS). *Homens, Masculinidades e Gênero: uma metodologia de trabalho em sexualidade e saúde reprodutiva com homens no setor privado*. São Paulo, 1998.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- _____. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1997.
- FREIRE, Paulo. "Educação 'bancária' e educação libertadora". In: *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970, p. 65-87.
- FRY, Peter. MACRAE, Edward. *O que é homossexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- FRY, Peter. *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GARCIA, Sandra Maria. "Conhecer os homens a partir do gênero e para além do gênero". In: ARILHA, Margareth, RIDENTI, Sandra G. U., MEDRADO, Benedito (Ogs.). *Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo: Ed. 34, 1998. p. 31-50.
- GASPARY, Marisa C. de S. *Projeto de intervenção profissional para atendimento aos perpetradores da violência doméstica no Centro Especial de Orientação à Mulher de São Gonçalo*. São Gonçalo, 1999. (Mimeografado)

- _____. *Breve estudo de caso: Centro Especial de Orientação à Mulher de São Gonçalo (CEOM – Zuzu Angel)*. São Gonçalo, 2000. (Mimeografado).
- GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1993.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1998.
- GOLDENBERG, Myrian “O macho em crise: o debate dentro e fora da academia”. In: GOLDENBERG, Myrian (Org.). *Os novos desejos*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 13-39.
- GREIG, Alan, KIMMEL, Michael, LANG, James. *Men, masculinities and development: broadening our work towards gender equality*. Gender in Development. UNDP (United Nations Development Programme). New York, 2000. (Monograph Series, n. 10)
- GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- GUATTARI, Felix. *Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- HEILBORN, Maria Luiza, CARRARA, Sérgio. “Em cena, os homens...”. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 370-374. 1998.
- HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. Estudos de Gênero. In: *SEMINÁRIO AS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL: TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS (1970-1995)*. São Pedro. 1998. (Mimeografado)
- HEISE, Lori. “Violence, Sexuality and Women’s Lives”. In: PARKER, Richard, GAGNON, John (Eds.). *Conceiving Sexuality: Approaches to Sex Research in a Postmodern World*. New York: Routledge, 1995. p. 109-134.
- _____. “Violence Against Women: An Integrated, Ecological Framework”. *Violence Against Women*, London, v. 4, n. 3, p. 262-290, Jun. 1998.
- HEISE, Lori; ELLSBERG, Mary; GOTTEMOELLER, Megan. *Ending Violence Against Women*, Population Reports, Baltimore, Johns Hopkins University, v. 27, n. 4, Dec. 1999.
- KAUFMAN, Michael. *Hombres: placer, poder y cambio*. Santo Domingo: CIPAF, 1989.

- KIMMEL, Michael. "Homofobia, temor, vergüenza y silencio en la identidad masculina". In: VALDÉS, Teresa, OLAVARRÍA, José (Eds.). *Masculinidad(es): poder y crisis*. Santiago: FLACSO, 1997. p. 49-62. (Ediciones de las mujeres. n. 24)
- _____. "El desarrollo (de género) del subdesarrollo (de género): la producción simultánea de masculinidades hegemónicas y dependientes en Europa y Estados Unidos". In: VALDÉS, Teresa, OLAVARRÍA, José (Eds.). *Masculinidades y equidad de género en América Latina*. Santiago: FLACSO, 1998. p. 207-217. (Ediciones de las mujeres. n. 24)
- LAPLANCHE, J., PONTALIS, J. B. *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.
- LAURENTI, Ruy et alli. *Perfil epidemiológico da saúde masculina na região das Américas: uma contribuição para o enfoque de gênero*. Faculdade de Saúde Pública da USP, 1998. (Relatório de Pesquisa)
- LORENTZEN, Jorge, LOKKE, Per Are. "Men's violence against women: the need to take responsibility". *Men & Violence IASOM Newsletter*, vol. 6, n. 2. Oslo, Jun. 1999. p. 30-35.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MACHADO, Lia Zanotta. "Matar e morrer no feminino e no masculino". In: OLIVEIRA, Dijair, GERALDES, Elen, LIMA, Ricardo B. (Orgs.). *Primavera já partiu. Retratos dos homicídios femininos no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 96-121.
- MEN for change. Disponível em
<http://www.chebucto.ns.ca/CommunitySupport/Men4Change/the_group.htm> Acesso em 18 jun. 2001.
- MINAYO, Maria Cecília de S., SOUZA, Edinilza Ramos de. "É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública". *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 4, n. 1, p. 7-32, 1999.
- MINAYO, Maria Cecília de S. *O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- NÚCLEO de Estudos de Saúde Coletiva (NESC/UFRJ) e ESCOLA Nacional de Saúde Pública (ENSP). *O FACILITADOR: Manual de Apoio a Agentes Sociais. Homens, Saúde e Vida Cotidiana: uma proposta de pesquisa-ação*. Rio de Janeiro, 2000.
- NOLASCO, Sócrates. *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

- _____. "Um 'homem de verdade'". In: CALDAS, Dario (Org.). *Homens*. São Paulo: SENAC, 1997. p. 13-29.
- OLIVEIRA, Pedro Paulo. "Discursos sobre a Masculinidade". *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, 1998. (Dossiê Masculinidade)
- PAIVA, Vera. *Fazendo arte com a camisinha: sexualidades jovens em tempos de Aids*. São Paulo: Summus, 2000.
- PANIAGUA, Humberto Abarca. "Discontinuidades en el modelo hegemónico de masculinidad". In: GOGNA, Mônica (Comp.). *Feminidades y Masculinidades*. Buenos Aires: CEDES, 2000. p. 193-244.
- PARKER, Richard. *Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Best Seller, 1991.
- PARKER, Richard, BARBOSA, Regina Maria. "Introdução". In: PARKER, Richard, BARBOSA, Regina Maria (Orgs.). *Sexualidades Brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996. p. 7-13.
- PARKER, Richard. "Hacia una economía política del cuerpo: construcción de la masculinidad y la homosexualidad masculina en Brasil". In: VALDÉS, Teresa, OLAVARRÍA, José (Eds.). *Masculinidades y equidad de género en América Latina*. Santiago: FLACSO, 1998. p. 106-129.
- PEREIRA, Carlos Alberto M. *O que é contracultura*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- PEREIRA, Carlos Alberto M. et alii. "Introdução". In: _____. (Org.). *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 13-22.
- REDE NACIONAL FEMINISTA DE SAÚDE E DIREITOS REPRODUTIVOS (Redesaúde). *Jornal da Redesaúde*, São Paulo, n. 19, 1999a.
- _____. *Violência contra a mulher: interesse de toda a sociedade*. São Paulo, 1999b.
- REICH, Wilhelm. *A Revolução Sexual*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- RIZZINI, Irma et al. *Pesquisando... Guia de Metodologias de Pesquisa para Programas Sociais*. Rio de Janeiro: Ed. USU, 1999.
- SAIDON, Osvaldo et al. *Práticas grupais*. Rio de Janeiro: Campus, 1983.
- SÃO GONÇALO (Prefeitura Municipal). Disponível em <<http://www.saogoncalo.rj.gov.br>>. Acesso em 16 jun. 2001.
- SCOTT, Joan. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.
- SHRADER, Elizabeth, SAGOT, Monserrat. *La ruta crítica que siguen las mujeres por la violencia intrafamiliar: Protocolo de investigación*. Washington: OPS, 1998.

- SOARES, Luiz Eduardo, SOARES, Bárbara M., CARNEIRO, Leandro Piquet. "Violência contra a mulher: as DEAMs e os pactos domésticos". In: SOARES, Luiz Eduardo et al. *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.
- SOARES, Luiz Eduardo. "Uma interpretação do Brasil para contextualizar a violência". In: PEREIRA, Carlos Alberto M. et al. (Orgs.). *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 23-46.
- TELLERIA, Oswaldo Montoya. *Nadando conta corriente: buscando posta para prevenir la violencia masculina en las relaciones de pareja*. Managua: Puntos de Encuentro, 1998.
- THE NATIONAL ORGANIZATION FOR MEN AGAINST SEXISM. Disponível em <<http://www.nomas.org>>. Acesso em 11 abr. 2000.
- THE WHITE RIBBON CAMPAIGN. Disponível em <<http://www.whiteribbon.ca>>. Acesso em 14 jun. 2001.
- THIOLLENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 1989.
- THROOP, David R. *What are Men's Issues?*, 1996. Disponível em <<http://www.vix.com/pub/history/accounts/throops.html>>. Acesso em: 14 jun. 2001.
- TREVISAN, João Silvério. *Seis balas num buraco só: a crise do masculino*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- VAITSMAN, Jeni. *Flexíveis e Plurais: identidade, casamento, família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- VALDÉS, Teresa, OLAVARRÍA, José. "Introducción". In: VALDÉS, Teresa, OLAVARRÍA, José (Eds.). *Masculinidades y equidad de género en América Latina*. Santiago: FLACSO, 1998.
- VALDÉS, Teresa. "Presentación". In: OLAVARRÍA, José, PARRINI, Rodrigo (Eds.). *Masculinidad/es. Identidad, sexualidad y familia*. Santiago: FLACSO, 2000. p. 5-7.
- VALE DE ALMEIDA, Miguel. *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim de Século, 1995.
- ZANGONI, Eduardo L. "Masculinidades y violencia desde un programa de acción en Mexico". In: VALDÉS, Teresa, OLAVARRÍA, José (Eds.). *Masculinidades y equidad de género en América Latina*. Santiago: FLACSO, 1998. p. 130-136. (Ediciones de las mujeres, n. 24)